

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EDSON PAULO SANTOS LIMA

**“O PODER DA FAMÍLIA”: As Práticas de Participação e
Sociabilidade na Cooperativa dos Agentes Autônomos de
Reciclagem de Aracaju (CARE)**

São Cristóvão – Sergipe

2008

EDSON PAULO SANTOS LIMA

**“O PODER DA FAMÍLIA”: As Práticas de Participação e
Sociabilidade na Cooperativa dos Agentes Autônomos de
Reciclagem de Aracaju (CARE)**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais, Mestrado em Sociologia,
Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Seidl

São Cristóvão – Sergipe

2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L732p Lima, Edson Paulo Santos
“O poder da família” : as práticas de participação e sociabilidade na Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE) / Edson Paulo Santos Lima. – São Cristóvão, 2008.
126 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Seidel.

1. Sociologia – Família - Cooperativas. 2. Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju – CARE. 3. Reciclagem. I. Título.

CDU 316.4.063.34-027.33(813.7Aracaju)

EDSON PAULO SANTOS LIMA

**“O PODER DA FAMÍLIA”: As Práticas de Participação e Sociabilidade na
Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE)**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais, Mestrado em Sociologia,
Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

São Cristóvão (SE), 19 de dezembro de 2008.

Prof. Dr. Ernesto Seidl (UFS) – Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Tânia Elias Magno da Silva (UFS)

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Santana Tavares (UNIT)

A Deus, fundamento da minha existência, aos meus queridos pais, Geraldo e Iolanda, meus irmãos Murilo e Álvaro e minha amável namorada Jamile.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao amável Deus, que sempre esteve ao meu lado nos momentos de alegria e nos momentos de dificuldade e desânimo;

Aos meus queridos pais, Geraldo e Iolanda, pelo carinho, dedicação e investimentos em minha formação acadêmica;

Aos meus irmãos, Murilo e Álvaro, pela paciência nas situações de nervosismo;

Ao meu amor, meu anjo, minha querida namorada Jamile, pelo seu amor, carinho, atenção, companheirismo e dedicação a cada momento valioso desse trabalho;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ernesto Seidl, pela transmissão de conhecimentos preciosos para conclusão desse trabalho;

Aos professores da Universidade Federal de Sergipe, em especial do Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado em Sociologia e as professoras: Prof^a. Dr^a. Tânia Elias Magno da Silva e Prof^a. Dr^a. Márcia Santana Tavares;

Aos servidores da Universidade Federal de Sergipe, pelo auxílio prestado durante minha passagem por essa instituição de ensino;

Aos meus sogros “Seu” Inailson e “Dona” Riso, aos meus cunhados Joyce e Bruno, pela atenção e carinho durante essa jornada do saber;

Aos amigos: André Marcos, Agnes, Elaine, Cleber e Daniel Ambrosi e família, Eduardo Todeschinni e família, Elvoclébio, Manoel, Marcos, Olivaldo, Sidney, Sueny, Vanessa, aos amigos e amigas de trabalho do Instituto Dom Fernando Gomes, Projovem e das Unidades Básicas de Saúde “Humberto Mourão”, “Augusto Franco” e “Fernando Sampaio”, entre outros, pela força e estímulos em momentos alegres e difíceis na minha vida acadêmica;

Aos cooperados da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE) e aos demais representantes dos poderes públicos, que cederam pacientemente seus depoimentos e contribuíram para realização desse trabalho;

Enfim, aos amigos e parentes que sempre torceram pelas minhas vitórias.

O maior teste para a ética é a relação de poder. A ética deve ser mais forte que o poder, os princípios éticos precisam estar acima das manifestações de poder. A sociedade ideal sempre se guia pelos valores da ética. A felicidade humana se produz pela ética, e não pela política. A ética é o reino do Bem (SOUZA Herbert de; RODRIGUES Carla. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994).

RESUMO

O presente estudo tece uma análise sobre as relações desenvolvidas pelas práticas participativas e sociabilidades estimuladas e desenvolvidas na Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju – CARE. Considerou-se as formas de ação coletiva ensejadas pela organização corporativa da classe de catadores de lixo em função da efetivação de uma demanda social por melhores condições de vida e de engajamento político-social. As medidas promovidas pela mobilização da comunidade, estimulada pelo Ministério Público Estadual de Sergipe, resultou na implantação da unidade cooperativa no ano de 1999, beneficiando ex-catadores da lixeira do bairro Santa Maria. Durante a implementação dessa cooperativa dois aspectos devem ser considerados: o ideológico e o decisório. Debruçar-se sobre estes aspectos possibilitou a análise das dinâmicas de interação e influências do interesse entre os atores políticos e sociais envolvidos nessa cooperativa. Neste sentido, problematizou-se os elementos que configuram a relação existente entre os agentes envolvidos nesse espaço social. Dados empíricos evidenciaram a existência de atores políticos e sociais ligados a essa cooperativa dotados de um poder que influencia as ações aí mantidas, inscritos a partir do volume de capital simbólico, no qual se destacou a figura do representante do MP. A partir da atuação do MP há uma produção de interferências no curso da funcionalidade da cooperativa, dentre elas a que determina a articulação de cooperados de uma mesma família para a manutenção de relações de interesses nesse espaço social.

Palavras-chave: Práticas Participativas, Sociabilidade, Poder.

ABSTRACT

The present study analyzes the relationships developed by the participatory practices and sociability encouraged and developed in the Recycling Cooperative of Autonomous Agents of Aracaju - CARE. It was considered the forms of collective action tried by the cooperative organization of workers on garbage according to the realization of a social demand for better living conditions and social-political engagement. The measures promoted by community mobilization, stimulated by the State Public Ministry of Sergipe, in 1999 resulted on the establishment of cooperative unit, benefiting former workers on trash at the Santa Maria district. During the examination of the preparation of the cooperative, two aspects must be regarded: the ideological aspect and decision making, enabling an analysis of the dynamic interaction and influence of interest between the political and social individuals involved in this cooperative. It is necessary to question that the elements that were setting the relationship between those involved in social space. Empirical evidence showed the existence of political and social individuals are related to this cooperative equipped with such power that influenced the action kept in social space, entered from the volume of symbolic capital, which stood out the picture of the representative of the Public Ministry. Beyond this operation, there is a production of interference in the course of the functionality of the cooperative which determines the articulation of the cooperative members of a same family to maintain these relationships of interest in social space.

Word-keys: Practice Participative, Sociability, Power.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente

ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável

CARE – Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju

CEHOP – Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas

CODISE – Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe

DESO – Companhia de Saneamento de Sergipe

EMSURB – Empresa Municipal de Serviços Urbanos

FUNDAT – Fundação Municipal do Trabalho

FUNDESE – Fundação de Desenvolvimento Comunitário de Sergipe

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ITPS – Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe

MP – Ministério Público

OIT – Organização Internacional do Trabalho

SEBRAE/SE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLANTEC – Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VARREPET – Fábrica de Vassouras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I.1 Cooperativismo e participação: fundamentos conceituais	13
I.1.1 Cooperativismo como ferramenta de promoção e engajamento sócio-econômico..	16
I.2 Estudo da CARE: recursos conceituais e analíticos.....	19
I.3 Níveis de análise e metodologia.....	23
I.4 Procedimentos da pesquisa.....	25
I.4.1 A coleta de dados	28
I.4.2 A amostragem	29
I.4.3 Estrutura da dissertação.....	30
CAPÍTULO I - RECOLHER, RECICLAR, REVIVER: O SURGIMENTO DA CARE	32
1.1 Breve contextualização histórica da CARE.....	32
1.2 A estrutura e a institucionalização da CARE	36
1.2.1 O projeto Recriate a VARREPET	46
1.3 A dinâmica funcional da CARE	47
1.3.1 O Conselho de Fiscalização e de Desenvolvimento.....	52
CAPÍTULO II - ENTRE COOPERADOS E REPRESENTANTES: UMA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA?	55
2.1 O papel do representante-mediador junto à CARE	55
2.2 Participação e construção das relações de força.....	60
2.3 Os efeitos das relações de força.....	65
2.4 O exercício do mando.....	69
2.5 Participação ou clientelismo?	74
CAPÍTULO III - A RELAÇÃO DE PODER: AS PRÁTICAS DOS REPRESENTANTES E DOS COOPERADOS	79
3.1 A reprodução do poder	80
3.1.1 O processo eleitoral	88
3.2 Práticas que produzem violência simbólica.....	96
3.2.1 As práticas familiares	101
3.3 A respeitabilidade	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
APÊNDICES	122
Apêndice A – Consentimento informado	122
Apêndice B – Roteiro de Entrevista	123
Apêndice C – Dados da Pesquisa	125
ANEXOS	127

INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata dos resultados de uma pesquisa sobre formas de sociabilidade e participação na Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE), abrangendo o período da sua concepção (1999) até o ano de 2008. As categorias teóricas que fundamentam a análise são as idéias de “sociabilidade” (COMERFORD, 2003), caracterizada pelas práticas participativas (BEZERRA, 2007), ressaltando a forma como os atores sociais tentam explicar as concepções ou “modos” de mobilização e participação inscritos no processo dinâmico da unidade cooperativista. As relações desenvolvidas no espaço social da CARE são marcadas pela presença do “poder simbólico”, entendido como um poder invisível, que se exerce sobre os atores sociais, sem que eles percebam (BOURDIEU, 1998a).

A pesquisa se preocupou em desvendar os procedimentos utilizados pelos atores sociais para a formação da CARE, bem como em analisar sociologicamente os agentes concretos que deram origem à cooperativa e aos que dão continuidade às ações nela desenvolvidas. Sendo assim, durante a pesquisa de campo, foram focalizados os princípios básicos que garantem a organização da cooperativa, com ênfase nas relações de poder que induzem ou limitam a participação dos agentes envolvidos. Também faz parte do foco empírico o papel desenvolvido pelos “representantes públicos” frente à construção das práticas participativas, os quais fomentaram o processo de criação e estruturação da cooperativa.

Num primeiro momento, é preciso identificar o período da intervenção do poder público no espaço social da lixeira da Terra Dura, introduzindo a idéia da mobilização dos excitadores através de práticas participativas. Desse modo, ao examinar as mudanças ocorridas

nesse espaço social, relacionando-as às ligações estabelecidas entre os representantes sociais e os cooperados, procede-se a análise dos interesses que estão em jogo.

Porquanto, o debate acerca das práticas desenvolvidas pelos agentes sociais e políticos da CARE e a análise de suas ações permitiram verificar a existência de parâmetros determinantes das relações de força nesse campo social. Assim, para uma melhor estratificação dos fatores envolvidos, destacamos a importância de entender como os cooperados desenvolvem suas estratégias de ação, de forma a co-produzir a realidade na qual estão imersos. Finalmente, serão apresentadas as discussões sobre as variáveis da pesquisa, como uma forma de reconstituição das ações dos agentes envolvidos e também dos seus respectivos encaminhamentos.

I.1 Cooperativismo e participação: fundamentos conceituais

A bibliografia clássica sobre cooperativismo apresenta os fundamentos da participação de indivíduos e da proposta de organização ao desenvolver suas atividades em conjunto, direcionando-os para uma nova alternativa à estrutura das relações de trabalho. Por conseguinte, os ordenamentos das relações de associação entre os trabalhadores potencializaram atividades condicionadas em ações de mutualidade entre eles, ou seja, evidenciando um trabalho cooperativo (MAIA, 1985; SINGER, 2002).

Julga-se interessante aqui, apresentar de maneira objetiva algumas definições referentes ao tema cooperativismo. Vale considerar, que na estruturação para o trabalho cooperativo a auto-gestão desenvolvida se destaca, pois esta detém uma proposta de resgatar as bases que advêm de condições igualitárias entre os indivíduos em sociedade. O seu propósito é fundamentar, nessa modalidade de relação de trabalho, um avanço democrático

responsável pela aquisição de maneira coletiva dos meios de produção. Essa alternativa de trabalho explicita vantagens quando comparada às relações trabalhistas clássicas.

Além disso, faz-se necessário fundamentar que na cooperação se manifesta, enquanto forma de organização dos trabalhadores, a capacidade de articulação do pensar e do agir. Articulação esta que pode se apresentar como forma coletiva da utilização dos meios de produção, com execuções de tarefas em todo o processo produtivo e participação efetiva do trabalhador nessa organização.

Conforme salienta Singer (2002, p. 13)

[...] a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução.

A apresentação do autor acerca dessa nova experiência de relação de trabalho, pautada na economia solidária, parece resumir a significação teórica do cooperativismo.

Para um breve entendimento, a definição de cooperativismo permite inferir a idéia de um trabalho mútuo e a “sociação” (SIMMEL, 1983) dos indivíduos, a fim de desenvolver o favorecimento da consolidação de atividades semelhantes. Conclui-se que no modelo de cooperativa a participação se consolida como fator imprescindível para a estrutura organizacional da mesma. O fortalecimento das cooperativas também ocorre devido à existência de mercados que viabilizem o empreendimento.

Segundo documentos legislativos da OIT (Organização Internacional do Trabalho) a definição sobre o papel da cooperativa é apresentada nos seguintes termos:

A cooperativa é uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente (OIT, Recomendação n° 127, 1966).

A cooperativa pode então ser considerada um agrupamento de indivíduos em relações de trabalho, tendo como compromisso a consolidação de um estreito vínculo para a manutenção da sociabilidade entre os seus membros. Pode-se afirmar que o ato de *sociabilidade* garante a pretensão de obter “uma relação relativamente unívoca” (COMERFORD, 2003, p. 20), ou seja, uma espécie de homogeneização das relações sociais em um determinado local. Sendo assim, as ações contextualizadas na cooperativa em destaque (CARE) evidenciam a idéia de que esse local seja um espaço social de relações mútuas legítimas entre os cooperados. Denota-se daí uma transformação da realidade das relações de trabalho, passando para um processo de mudanças capazes de desenvolver uma gestão estruturada, estabelecendo periodicamente os princípios democráticos e a eliminação da idéia de paternalismo.

A dimensão fornecida ao cooperativismo demonstra uma possível aplicação para o desenvolvimento com sustentabilidade. Haja vista que a promoção do princípio de autonomia e de preservação da liberdade entre os trabalhadores participantes de uma cooperativa tende a consolidar o fortalecimento da construção e instalação de um arquétipo organizacional com tendência coletivista. Este é orientado para a defesa de direitos e definição racional de meios materiais sustentadores de uma dada forma de agir e de pensar comum, em que indivíduos se reúnem para dar significação à existência de tal “instituição”, expressando a pré-existência de interesses mobilizados derivados da ação social (WEBER, 1987).

A ação pautada no princípio coletivo remete à dimensão moldada na construção de uma forma de compreender-se mutuamente o contraste observado no sistema capitalista, promovendo condutas ou práticas entre os indivíduos envolvidos, eliminando a competição (MARX, 1983). Outro aspecto merecedor de destaque para a consolidação do sistema cooperativo são as transformações ocorridas no mercado de trabalho, com a afirmação do

sistema capitalista no final do século XIX, que acelerou a concentração do capital e ampliou a disponibilidade de mão-de-obra sujeitando-a a baixos proventos.

Alguns fundamentos e definições sobre cooperativismo, aqui enunciados, apontam-no como instrumento contextual importante, o qual servirá como parâmetro conceitual para a própria base de análise acerca das experiências vivenciadas pelos cooperados da CARE. Cabe ressaltar, que essa unidade cooperativa legalizada, apresenta algumas contradições em suas práticas participativas, evidenciadas ao longo da pesquisa.

I.1.1 Cooperativismo como ferramenta de promoção e engajamento sócio-econômico

Após a apresentação dos fundamentos presentes na noção de cooperativismo, volta-se à apresentação e análise acerca do engajamento de experiências de empreendimentos cooperativos que resultaram na possibilidade de uma reestruturação das organizações de trabalho.

Em meio a um processo de gestão democrática das relações de trabalho verificado na segunda metade do século XX ocorreu a consolidação das modalidades cooperativas na sociedade brasileira, impulsionando um conseqüente salto quantitativo. Nesse período existiram diversas experiências de cooperativas que atuaram nas áreas de crédito, habitacional e agrícola. Porém, a materialidade desse processo de organização e viabilidade das cooperativas de trabalho somente inicia nos anos oitenta, com a consolidação do fracasso econômico vigente nesse período. Fracasso esse favorável às primeiras repercussões na mudança econômica através de nova estrutura de produção. Contudo, no caso do nosso país, a

funcionalidade do cooperativismo surge a partir de organizações de movimentos ecológicos e de minorias, objetivando estabelecer uma alternativa para a economia em vigor.

Alguns parâmetros para a regulamentação dessa nova opção nas relações de trabalho foram propostos por organismos internacionais, visando um maior engajamento ou participação da sociedade no desenvolvimento da estrutura cooperativista. O envolvimento da esfera estatal pode ser considerado como um valioso instrumento ou o principal meio jurídico, cuja aplicação se deu em programas emergenciais de desenvolvimento das relações de trabalho, propondo a defesa e o incentivo de organizações em comunidades, tendo como justificativa uma maior proteção aos direitos sociais.

Em diversos âmbitos as unidades de trabalho cooperativo nascem a partir de intervenções, através de políticas públicas, imprimindo um caráter de “modelização” do convívio social (LARRATEA, 2004). Porém, ainda não será preciso deter a atenção quanto ao mérito de resolução de uma política pública, mas observar os caminhos tomados pelo Estado ao se caracterizar como um órgão capaz de promover e desenvolver ações intervencionistas frente aos “problemas” acerca das relações de trabalho.

Além disso, segundo Conceição (2005), ocorreu um crescimento significativo de cooperativas, projetando nessa opção das relações de trabalho uma evidência na eliminação de interesses individuais e promovendo uma gestão mais democrática. Os princípios de *auto-gestão* ou de um regime democrático entre as relações de trabalho conquistam ênfase cujas condições se fundamentam em uma institucionalização crescente das práticas cooperadas das atividades de trabalho.

A evidência do processo de crescimento nas relações de trabalho em cooperativas, verificado no meio sócio-econômico dos anos 1990 no Brasil, é um reflexo do aumento do número de trabalhadores envolvidos com o processo produtivo informal. A reestruturação econômica do país através das reformas neoliberais, das constantes ameaças do encerramento

das atividades nas unidades produtivas, do enfraquecimento do poder dos sindicatos, da diminuição do emprego formal e do crescimento do desemprego, impulsionou a informalidade nas relações de trabalho. Dessa forma, movimentos dos setores sociais organizaram cooperativas no setor de confecções e, na grande maioria delas, a presença feminina era predominante entre os trabalhadores associados.

Além das cooperativas de confecções é muito comum a organização de cooperativas para tratar do reaproveitamento de materiais sólidos ou da reciclagem, instituindo um referencial alternativo sócio-econômico. No tocante a essa variável, a estrutura de produção direcionada para o reciclo desse material é consideravelmente recente, sobretudo se ponderarmos acerca do intuito de atender as demandas sociais marginalizadas, para as quais são baixos os índices de postos de trabalho. Com isso, geralmente, esse campo é explorado por “catadores”¹ de lixo nas ruas das grandes cidades, em atividades de coleta seletiva de materiais recicláveis, já que esses agentes detêm um “capital social e cultural” (BOURDIEU, 1998a) inferior ao das classes dominantes, de modo que só lhes resta garantir o seu sustento material básico através desse trabalho.

Esta situação fez com que, em determinado momento, existisse a presença de discursos nas agendas políticas sobre a questão ambiental ou o desenvolvimento sustentável². Tal cenário parece conceber a existência de uma nova ordem para um crescimento econômico, incorporando responsabilidade aos limites de preservação e manutenção de condições favoráveis do meio ambiente e, conseqüentemente, a permanência da vida terrestre.

¹ Os catadores, também conhecidos como coletores, são aqueles que recolhem os rejeitos diretamente das ruas ou dos usuários e aqueles que recolhem os rejeitos diretamente dos chamados lixões, visando à comercialização desses rejeitos.

² A definição para desenvolvimento sustentável é a de desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Organizações das Nações Unidas, 1988).

Diante de atuais debates em relação ao tema, a reciclagem de resíduos sólidos se define como um instrumento estratégico para a diminuição desse material nos locais anteriormente destinados, ou seja, “os lixões”. Sendo assim, evidencia-se um entendimento sobre as relações de produção voltadas para a reciclagem³ do lixo, na qual algumas alternativas econômicas se destacam através das relações de associação de indivíduos.

I.2 Estudo da CARE: recursos conceituais e analíticos

As disputas e os conflitos que se instauram entre os agentes da CARE serão considerados como uma experiência de vida que constitui um “campo social”⁴. Desse modo, possibilitará entender como se constituem os grupos e seus respectivos interesses, presentes nas análises dos “esquemas de percepção e apreciação, em especial os que estão inscritos na linguagem” (BOURDIEU, 1990, p. 161) dos atores envolvidos na elaboração desse espaço, sobre as suas concepções de “participação” e “sociabilidade” (BEZERRA, 2004) (COMERFORD, 2003).

Em meio à discussão sobre essas considerações é possível visualizar, nas análises dos discursos, um fundamento substancial às condições objetivas de cooperação nesse espaço social. Por outro lado, a força motriz das ações foi concebida a partir de “interesses” encontrados na postura de alguns agentes que assumiram uma atitude de liderança sobre os demais na cooperativa. Esses se apresentaram como interlocutores com experiências de

³ A reciclagem é um termo genericamente utilizado para designar o reaproveitamento de materiais beneficiados como matéria-prima para um novo produto.

⁴ A idéia de campo sugere um espaço social em que os agentes e instituições se valem de seus capitais – cultural, econômico, social – para ocupar as posições dominantes (BOURDIEU, 1998a).

negociação e também detendo a faculdade de influência junto aos outros agentes envolvidos, ou seja, “interlocutores com poder de influência e decisão” (GOHN, 1997).

É preciso salientar a existência de outros parâmetros determinantes do processo de participação, além de estabelecer a fundamentação dos âmbitos sociais que circundam o fenômeno estruturante dessa cooperativa. Por isso, destacamos a importância da presença da concepção “clientelista” nas relações desses agentes, tornando-se um instrumento de interferência política, que acrescenta um requisito fundamental de inviabilidade nas práticas participativas. Assim, os princípios de justificação do exercício da dominação tradicional se tornam princípios de legitimidade nas relações sociais, predominantemente nas práticas desenvolvidas pelos representantes do poder público na cooperativa (WEBER, 1992).

Evidencia-se, também, a existência de um “poder simbólico” (BOURDIEU, 1998a) instituído por alguns indivíduos, muitos ligados à direção dessa cooperativa, destacando-se a introdução de práticas reguladoras e normatizadoras das ações, aspirando à consolidação de interesses nas relações sociais dos cooperados. Uma vez que, as ações denotam uma imposição coercitiva sobre outros associados, com aplicações de mecanismo de controle e até de disciplina⁵, baseado em uma diretriz de posicionamento desses cooperados. Conseqüentemente, o membro da associação tem o seu papel⁶ frente às práticas participativas enfraquecido (GOFFMAN apud ALBUQUERQUE, 1980).

Fundamentada no referencial teórico, ressaltando o “poder” como principal categoria, a pesquisa procurou evidenciar determinadas ações exercidas pelos agentes, de forma a co-produzir a realidade na qual estão inseridos. A reconstituição das ações entre os agentes sociais envolvidos e o delineamento conferido às relações no desenrolar das práticas participativas permitirá a verificação dos fundamentos e interesses movimentados para a

⁵ O conceito de disciplina de Foucault é explanado como estratégia do poder (FOUCAULT, 2003).

⁶ Um papel é compreendido aqui como uma cristalização de uma relação de forças tendo por efeito o reconhecimento de que uma seqüência de práticas deve ser estruturada (ALBUQUERQUE, 1980, p.132 e 133).

mobilização e criação dessa organização social. Posteriormente, é pertinente dirigir a compreensão para os atores sociais que detêm posicionamentos de liderança e de poder frente aos outros agentes envolvidos nessa relação, ou seja, os sócios responsáveis pelo direcionamento e controle das ações em prol de uma manutenção interna das relações sociais na unidade cooperativa pesquisada.

Entrementes, destacamos o modo pelo qual fora formado e “*estimulado*” o surgimento da CARE. Cabe questionar se o processo, ao invés de promover uma vivência social democrática, não se constituiu num fator primordial de enviesamento e de reducionismo da participação, propiciando uma reprodução de uma cooperativa creditada em uma intervenção sistemática alinhada estreitamente aos interesses defendidos por determinados agentes. Conseqüentemente, deve-se indagar se a cooperativa desfruta de um razoável grau de autonomia frente às entidades mobilizadoras de sua criação, contando com a participação plena dos agentes inscritos na dimensão dessa organização democrática e se estes possuem capacidade dialógica suficiente para interferir nos rumos e objetivos das atividades inerentes à CARE.

Porém, em face dos questionamentos iniciais da pesquisa, outro fator relevante surge durante o desenvolvimento das atividades de campo: a noção que alguns relatam e associam sobre cooperados, evidenciada na postura de “articulações familiares”, nas ações desenvolvidas na cooperativa, muitas das vezes por agentes ligados à direção da entidade. Esta perspectiva, ou noção, apresenta uma nova significação das práticas participativas e que, por esse motivo, proporciona um novo direcionamento e se torna merecedor de investigação e análise.

Esse novo aspecto identificado permitiu ampliar a abordagem qualitativa sobre a concepção de “sociabilidade” visualizada nesse espaço social. Este despontou como um campo referencial, articulado para uma interpretação sociológica do entendimento acerca do

corpo estrutural da cooperativa, além de ser um potencial responsável por consolidar um entendimento adequado para as práticas participativas dos indivíduos envolvidos.

A abordagem teórica-crítica pertinente à CARE está respaldada no interesse científico de se averiguar as condições na qual se deu a mobilização e a articulação de indivíduos em torno da idéia (ou proposta) de ser formada uma cooperativa, sendo mediado e conduzido por representantes do poder público. O entendimento acerca da dinâmica social que conduziu os agentes sociais e políticos foi orientado por uma interpretação dos mecanismos de interesses na formação e na elaboração dessa cooperativa e também do conteúdo ideológico-político das ações ensejadas por tal fenômeno.

Visando compreender as atividades da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE) procuramos questionar e refletir sobre as concepções de política entre os envolvidos para o interesse de origem/surgimento dessa organização, sem deixar de averiguar os critérios de seleção e/ou indicação desses cooperados e, posteriormente, os interesses para que se criasse uma parceria com o poder público. Para tanto, salientou-se quais foram as concepções políticas e/ou práticas participativas entre os agentes envolvidos que possibilitaram a mobilização dessa “sociabilidade”, resultando em uma política intervencionista.

As “idéias ditas participativas” e o interesse de compreender as relações sociais da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE) apresentam-se como foco central que permite questionar e refletir se as sociabilidades e a participação dos atores sociais na cooperativa são desenvolvidas de modo a valorizar o mérito para a ocupação das funções de mando e poder, ou reproduzem as relações paternalistas enraizadas no sistema político brasileiro.

I.3 Níveis de análise e metodologia

A categoria “poder simbólico” é um recurso analítico que ajuda a compreender as relações sociais dos agentes envolvidos na constituição da CARE. Segundo a orientação bourdieusiana, a idéia de poder simbólico se refere a uma disseminação do poder por toda parte, de modo que os agentes sociais nem se dão conta de que estão sendo por ele atingidos. É um poder invisível que se realiza com a complacência daqueles que se julgam estar fora de seu alcance.

No espaço social da CARE está naturalizada a idéia de que as pessoas com maior grau de instrução devem exercer as posições de mando. O capital cultural seria o elemento determinante para a ocupação dos cargos mais importantes na instituição. Desse modo, parece que o princípio da “meritocracia” (SEIDL, 1999) não se apresenta como um recurso legítimo na funcionalidade das relações sociais estabelecidas nessa cooperativa.

Contudo, a apreensão dos processos sociais nos quais os agentes desse espaço estão inseridos implica em compreender os princípios e as concepções inerentes à perspectiva do interesse em organizar tais indivíduos num espaço social, ou seja, do “interesse” em converter as relações laborais dos trabalhadores da lixeira para uma organização de cooperação.

Entretanto, para considerar o surgimento desse espaço público é preciso referenciar o contexto do processo de mobilização dos atores que o compõem. Para a análise deste aspecto é imprescindível compreender a constituição e legitimidade dos agentes que detêm posições de liderança frente à CARE, analisando suas trajetórias e seus históricos sociais, em que pese o “fato de possuírem uma quantidade de capital específico” (BOURDIEU, 1997, p. 52). Para tanto se dará prioridade aos fatores que possibilitaram tais

agentes se tornarem mediadores e estabelecerem interações entre os envolvidos na organização em pauta.

Nesse sentido, a noção contida nos “interesses” permeará a execução das análises da nossa pesquisa, tendo como pressuposto o fato de entender as mediações executadas por esses atores sociais. Rendendo-lhes, inclusive, posicionamentos estratégicos “para a conquista do poder” (BOURDIEU, 1998a, p. 167) e práticas direcionadas às expectativas do jogo social ali estabelecido. Os estratagemas então utilizados coincidem com aquilo que o autor chama de “monopólio dos profissionais” com a manutenção de concepções legítimas no desenvolvimento das relações desse espaço social (Ibid, p. 166).

Esse aspecto, relevante à análise, permitiu compreender a discussão de tais interesses e práticas nas estruturas do espaço social da cooperativa. Percebe-se, no ambiente em questão, a construção de determinadas situações discrepantes com a sua caracterização enquanto espaço de práticas democráticas. Desse modo, a análise se direciona para os interesses que estão em jogo, necessitando de um maior esclarecimento sobre o processo em que parece haver uma construção das relações centrada em um indivíduo ou um grupo.

Sendo assim, o desafio que se apresenta é construir uma análise, sobretudo a respeito da influência destes agentes para os demais participantes da cooperativa em estudo, percebendo o conjunto de “interesses” que se apresentam nos representantes da cooperativa, que corroboram na construção de um limite da perspectiva racional nas condutas interativas e decisórias dos indivíduos nesse espaço social e, ao mesmo tempo, a perspectiva de dimensionar as estruturas das relações sociais a partir de seus saberes.

Nesse sentido, o marco teórico dessa pesquisa se introduz em um debate sobre os interesses constituídos em um campo social na categoria do “poder simbólico” (BOURDIEU, 1998). A discussão acerca da experiência que elegemos sobre a organização de trabalhadores em uma cooperativa possibilitará o entendimento da constituição dos grupos e suas

respectivas “práticas participativas”. Isto se dará em torno dos interesses produzidos pelos agentes envolvidos, na medida em que eles são determinantes para o processo de relacionamento social desta entidade.

I.4 Procedimentos da pesquisa

Do ponto de vista metodológico, a dimensão elencada como objeto de estudo teve sua origem em um planejamento prévio, visando enriquecer as discussões sobre essa temática, conforme as possibilidades que a realidade verificada proporcionava. Nesse sentido, é preciso atentar para alguns entraves que foram encontrados durante a realização da pesquisa, a exemplo da limitação do tempo de contato com o objeto de estudo, levando o pesquisador a restringir a exploração sobre alguns novos caminhos que surgiram naturalmente no andamento dos trabalhos. Outro aspecto limitador foi a restrição, em alguns momentos, do acesso ao espaço físico da cooperativa, principalmente na pesquisa documental dessa entidade. Inclusive, nesse segundo obstáculo, destacamos o grau de complexidade presente na compatibilidade da nossa investigação no que tange a disponibilidade dos indivíduos-sujeitos da pesquisa. A adaptação às rotinas dos pesquisados foi necessária, provocando um replanejamento temporal em relação à pesquisa de campo. Durante os contatos com os agentes das pesquisas, precisamente no espaço da cooperativa, revelaram-se momentos de presença “inconveniente” do pesquisador. Cabe ressaltar que nesse aspecto houve superações, após determinadas “permissões”⁷ de alguns representantes do poder público ligados à cooperativa.

⁷ Durante o trabalho de campo, para ter acesso às informações mais precisas da cooperativa, como por exemplo: a pesquisa nos arquivos da cooperativa, aplicação de entrevistas e questionários, entre outros, tínhamos que ter a permissão de membros do Conselho de Fiscalização e Desenvolvimento da CARE. Porém, as permissões eram concedidas por um membro-representante do Ministério Público do Estado de Sergipe, que detinham um maior grau de aproximação com as relações estabelecidas com a cooperativa e com isso, se caracterizava como um sujeito central de acessibilidade ao objeto de estudo.

Porquanto, elencou-se aqui alguns fatores “anormais” e inerentes à pesquisa empírica e que, conforme as observações anteriormente citadas, possibilitaram suprimir a ilusória linearidade presente em uma descrição. Esse foi o trajeto adotado como orientação fundamental e que propiciou o universo empírico da presente pesquisa.

Considerando a proposta de estudo, composta da análise, compreensão e identificação dos fundamentos político-sociais do objeto em questão – partindo-se de uma realidade social específica – o método de pesquisa social empregado consiste no estudo qualitativo com abordagem exploratória-descritiva. Porém, será necessário realizar um estudo teórico a partir de um embasamento bibliográfico considerando as concepções de representação social, relações de interação, cooperação, disputas e conflitos.

Os procedimentos adotados se referem ao ambiente de pesquisa composto pela Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE), entre o período de 1999 a 2008. A escolha desse período se deu por estarem registrados os conflitos, as tentativas de mobilização dos agentes para sua criação e a dinâmica das relações desenvolvidas nessa cooperativa. A experiência de acompanhamento do pesquisador junto a essa cooperativa foi de aproximadamente 10 (dez) meses, caracterizando uma observação e investigação das atividades iniciais dos agentes sociais envolvidos na mobilização e na organização da CARE. O primeiro contato foi realizado com a atual presidente da cooperativa e com o membro do Ministério Público de Sergipe responsável por realizar a interlocução com a CARE. Este último ofereceu toda a assistência acerca das informações relacionadas ao processo de criação da cooperativa.

O levantamento das fontes primárias, necessárias à pesquisa, foram realizadas junto aos arquivos do Ministério Público do Estado de Sergipe, da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE) e da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB); somando-se a estas as fontes secundárias, que transmitiram informações

necessárias para a consolidação da análise dos agentes sociais envolvidos no processo de criação da cooperativa. O acesso aos recursos orientados à coleta de dados relativos ao fenômeno possibilitou uma compreensão sistemática do objeto de pesquisa. Examinar esse material foi um passo significativo para conduzir as análises, permitindo-nos tanto observar os mecanismos para a sua concepção e sua estruturação, quanto entender o papel transformador das relações internas e externas desta estrutura.

Foi-nos apresentado todo o processo de produção da cooperativa, desde a coleta seletiva realizada diariamente nos órgãos públicos e privados cadastrados, até a separação dos resíduos sólidos, pesagem, prensagem e carregamento do material com destino às unidades de reciclagem. O acompanhamento dos trabalhos dos cooperados foi realizado através de observação das tarefas por estes realizadas, evitando uma interferência que prejudicasse os processos de trabalho.

Observou-se, ainda, a dinâmica dos atores envolvidos na esfera cotidiana das suas atividades, o que favoreceu a identificação dos indivíduos capazes de servirem como referência e que poderiam contribuir como principais informantes para as determinadas práticas no âmbito da pesquisa. Em meio a alguns questionamentos gerais, envolvido nas conversas informais com os participantes do campo da pesquisa, o roteiro de entrevista se tornou um instrumento mais conciso.

Com o conhecimento prévio da estrutura física da cooperativa e começando a construir uma proximidade com o objeto de estudo, houve o contato para a realização das entrevistas. Os contatos iniciais tiveram algumas dificuldades. Eles foram dirigidos aos agentes sociais envolvidos e relevantes para o processo de elaboração, implantação e execução do fenômeno estudado e até mesmo ao acesso às informações documentais da cooperativa. Desde o início estava presente uma espécie de “autorização” concedida pelo representante do MP, no que diz respeito ao acesso à documentação e à cooperativa.

Observou-se, também, que o representante do Ministério Público era o mais capacitado e, por isso, responsável por transmitir todas as informações da cooperativa.

I.4.1 A coleta de dados

Os procedimentos metodológicos foram feitos através de coletas de dados. Partiu-se de um roteiro básico de entrevistas semi-estruturadas, que previamente elaborado visando o contato com agentes relevantes para o processo de criação e funcionalidade da cooperativa, dentre ex-catadores, representantes do MP e demais, possibilitando contribuir para a compreensão acerca da temática da pesquisa. As indagações dirigidas aos entrevistados foram formuladas dentro de possibilidades de manifestação subjetiva favorável à elaboração de um entendimento mais amplo do objeto de estudo.

A abordagem inicial se justifica pelo fato de que a obtenção de informações importantes ao período citado certamente não seriam relatadas em questionários, pois as trajetórias e os relatos desses indivíduos estabeleceram subsídios importantes, permitindo ao pesquisador absorver outros elementos que a princípio não estavam previstos na pesquisa. Não obstante, ao se reportar ao entrevistado manteve-se o limite, procurando não perder o foco do problema da pesquisa.

Com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre aspectos que foram levantados durante a pesquisa, também foram realizadas aplicações de questionários com perguntas abertas e fechadas, na intenção de verificar as metodologias de trabalho e as suas práticas participativas dentro dessa unidade produtiva, contribuindo com importantes aspectos. Além disso, esse instrumento de pesquisa proporcionou uma melhor dinamicidade ao entendimento do objeto de pesquisa. Outro instrumento de coleta de informação presente no trabalho foi a “observação participante”, haja vista ser um valioso instrumento de percepção de significados

e de acompanhamento aproximado entre o pesquisador e a realidade a ser estudada e observada. Buscou-se, por intermédio desse instrumento, registrar no “bloco de nota”⁸ as observações cotidianas da cooperativa, o que favoreceu o entendimento das atividades dos cooperados, viabilizando o acesso às informações que não são apresentadas por meio de entrevistas e questionários.

I.4.2 A amostragem

Para amostragem da pesquisa foram selecionados os principais agentes das esferas envolvidas e relevantes ao processo de elaboração, implantação e execução do fenômeno estudado, destacando os mediadores sociais, tais como: ex-cooperados, cooperados e representantes do poder público. Levou-se em consideração as características dos pesquisados; definiu-se o número em torno de 6 (seis) entrevistas semi-estruturadas com os agentes (dois representantes do MP, dois cooperados, um representante da administração municipal e membro do Conselho de Desenvolvimento da CARE e um ex-cooperado), aceitando que seria um número satisfatório para absorver o aspecto primordial e responsável do processo de elaboração e implementação da cooperativa. Porém, foi necessário realizar mais 3 (três) entrevistas com cooperados, visto a dinamicidade das informações apresentadas no curso da pesquisa. Em que pese à quantidade de entrevistas realizadas, a prioridade foi a partir da seleção daqueles indivíduos, caracterizados como peças chaves, ocupando posições de destaque em relação ao objeto de pesquisa, suas identificações se sucederam durante o trabalho de campo.

Nesse sentido, na intenção de verificar as metodologias de trabalho e as suas práticas participativas dentro dessa unidade produtiva, contribuindo com importantes aspectos

⁸ É um exemplo de fonte primária do pesquisador, ou seja, é uma ferramenta usada por pesquisadores para fazer as suas anotações quando executam os trabalhos de campo.

e proporcionar uma melhor dinamicidade no entendimento do objeto de pesquisa, foi definido um número de 42 (quarenta e dois) entrevistados, ou seja, todos os cooperados. Porém, devido a algumas dificuldades enfrentadas durante o trabalho de campo, destes foram aplicados 27 (vinte e sete) questionários.

Para a consolidação do conhecimento aplicado a esse espaço social, procurou-se com a quantidade de entrevistas e questionários realizados, não somente dar preferência àqueles informantes que ocupavam lugar de destaque na cooperativa e que serviam como parâmetros para a regulação da condução social dos indivíduos, mas durante o período do estudo exploratório, identificar as informações fundamentais merecedoras de atenção na compreensão do devido objeto de estudo.

I.4.3 Estrutura da dissertação

Com o objetivo de melhor explicitar sobre o assunto, este trabalho está dividido em três capítulos, organizadas as idéias da seguinte forma:

- o primeiro capítulo tem como proposta a intenção de focalizar o processo histórico da cooperativa, sua estrutura e institucionalização e demais atividades que foram identificadas pelos cooperados como demanda para o fortalecimento do projeto, e as designações significantes à compreensão do nosso objeto de estudo, ou seja, identificar os motivos que contribuíram à formação da CARE e as condições que possibilitaram a sua criação, contendo à referência da análise acerca dos conteúdos das primeiras discussões e demais eventos que ocorrem entre os ex-catadores, intermediadas pelo Ministério Público Estadual de Sergipe, para a formalização da cooperativa no ano de 1999. Serão enfatizados os discursos desses representantes do “Estado” envolvidos no

processo, considerando os mecanismos intencionais de provocar intenções de demandas e diretrizes para uma prática participativa dos ex-catadores. Enfim, neste capítulo será apresentada uma dimensão considerada relevante das ações desenvolvidas nesse espaço social para a apreensão da realidade empírica estudada nessa pesquisa.

- Abordaremos no segundo capítulo, de forma a introduzir uma apreciação ao capítulo posterior, o contexto no qual estão inseridos os principais agentes e mediadores envolvidos nesta pesquisa. Nessa parte, serão ilustradas algumas observações das relações sociais dos demais agentes envolvidos nesse espaço social, ou seja, análises preliminares dos recursos utilizados por estes para a construção desse espaço social.
- No capítulo seguinte, terceiro, serão apresentadas as dinâmicas das ações dos cooperados na instituição, destacando como “interesses particulares” ou posturas com uma espécie de “*familiarização*” permeiam as ações de alguns cooperados. As resultantes deste capítulo foram resultado das evidências empíricas colhidas no trabalho de campo. Na primeira seção deste capítulo é identificada uma discussão inicial acerca dos interesses que influenciaram os representantes no envolvimento de fortalecer as práticas de criação da cooperativa. Em um segundo momento, será analisado o processo de politização desses mediadores, em que são notórias as formas dominantes de visão de mundo consolidadas no âmbito das relações sociais estabelecidas com ex-catadores e, por fim, será apresentada uma análise dos processos dinâmicos de participação, considerando as relações de “sociabilidade” e “respeitabilidade”⁹ (COMERFORD, 2003) estabelecidas nas ações dos cooperados da “*família*” e dos mediadores com os demais agentes da cooperativa.

⁹ O autor na sua obra “*Como uma família*” (2003) analisa a representação do sindicalismo como fonte de respeitabilidade presente em um espaço rural e de que modo as relações familiares e institucionais se articulam, inclusive na uma dependência de ambas as partes.

CAPÍTULO I

RECOLHER, RECICLAR, REVIVER:

O SURGIMENTO DA CARE

1.1 Breve contextualização histórica da CARE

Neste primeiro capítulo serão abordados os processos das primeiras discussões e as dinâmicas que contribuíram para a elaboração e formação da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE). Este processo é identificado na expressão e perspectiva da solução de um problema detectado naquela localidade por setores da esfera estatal, condutores/coordenadores das discussões formadoras da base de ações para a criação da cooperativa¹⁰. Nesse sentido, a história da cooperativa se traduz como um primeiro espaço de participação vinculada à questão da reciclagem no município de Aracaju.

Balizados por tal perspectiva, para entendermos a dinâmica da criação da cooperativa, faz-se necessário expor o histórico da lixeira da Terra Dura¹¹, vinculando-o ao aterro sanitário localizado nos limites geográficos deste. O aterro serve como local de despejo e de depósito do volume de lixo recolhido no município de Aracaju. Em decorrência da presença da lixeira muitas famílias acorrem ao local para desenvolverem trabalhos com a coleta de resíduos sólidos para a comercialização dos materiais coletados. Além disso, com

¹⁰ A organização da estrutura acerca da condução do processo de surgimento da CARE, pode ser visualizado à partir de um organograma que segue em anexo.

¹¹ A lixeira da Terra Dura está localizada em área considerada de expansão de Aracaju; fica situada na parte sudoeste da cidade a uma distância de 20 km do centro da cidade. Seu tamanho é de 3.000m², sendo a forma do terreno retangular, medindo 500m X 60m.

aparente desigualdade sócio-econômica, deslocam-se para invadir o espaço destinado à lixeira e constituem ali suas residências. Moradias caracterizadas por habitações precárias e subnormais que estavam distribuídas ao longo da área do aterro.

É interessante notar que os trabalhos realizados nesse espaço assumem um contorno de possível organização “independente” no que diz respeito ao processo de produção dos catadores, vivenciado de acordo com as relações identificadas a partir das suas atividades. Esse contorno aparenta resistência a qualquer tipo de mudança na tentativa de organizar os catadores em outro local. Visto que, esse espaço social se mostrava como única fonte de sustentabilidade desses indivíduos, como bem relata um cooperado e ex-catador e morador dessa localidade:

Eu mesmo, não vou mentir pra você. Eu fui muito feliz ali dentro. Não faltava dinheiro no bolso, não tinha preocupação com nada. Dinheiro, amigo, era água mineral, tomar banho, que tinha naquelas fontes de água que vinha da terra. Eu gostei muito dali. [...]. Eu achava que ali era o único meio de sobrevivência (J.C. – entrevista).

Porém, no ano de 1999, foi apresentado aos representantes do Ministério Público o “Projeto Lixo e Cidadania”, dividido em duas fases de ações. A primeira delas consistiu da implantação e consolidação de atuações, firmando uma parceria inicial entre Unicef, Ministério Público e Universidade Federal de Sergipe (UFS), com princípios e objetivos de pensar ações conjuntas, cuja proposta baseia-se em apresentar uma solução aos problemas sócio-ambientais que eram provocados pela inadequação dos resíduos sólidos urbanos da região da Grande Aracaju.

Sob a coordenação do Ministério Público de Sergipe, metas do projeto foram estabelecidas, dentre outras, como: a erradicação do trabalho infante-juvenil nos vazadouros de lixo e a inserção escolar de todas as crianças e adolescentes envolvidos na catação; redução da mortalidade infantil; geração de emprego e renda para as famílias que sobrevivem da economia de reciclagem; erradicação das habitações nas lixeiras; recuperação das áreas

degradadas pelos lixões; eleição dos catadores como parceiros prioritários na coleta seletiva do lixo e erradicação dos lixões (Relatório Final, 1999).

Dada a diversidade das propostas previstas no projeto em relação aos problemas encontrados na localidade, os membros do Ministério Público do Estado de Sergipe – contando com a participação de representantes e técnicos das Prefeituras Municipais de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, FUNDESE, ADEMA, ITPS, Banco do Nordeste, Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente, DESO, EMSURB e TORRE¹² – chegaram a decisão de que seriam divididas as ações em dois subprojetos com as denominações de “Criança Fora do Lixo e Dentro da Escola” e o “Aterro Sanitário e Prevenção Ambiental” e, devido a isso, foram desenvolvidas outras propostas “estratégicas” como:

[...] efetuar o cadastramento das famílias envolvidas na atividade de catação do lixo, visando dimensionar o problema; promover articulações com os mais diversos segmentos sociais, de forma a viabilizar uma maior participação da sociedade civil na formulação de propostas e conhecer experiências desenvolvidas por outros estados, no tocante às soluções encontradas para os lixões urbanos e para a população catadora (Relatório Final).

Posteriormente, na possibilidade de tornar ágeis as atividades do projeto, a implementação foi coordenada pela Promotora de Justiça Maria Izabel Santana de Abreu e pela Promotora Maria Cristina G. S. F. Mendonça, nesse período integrantes do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público.

Segundo dados observados junto aos relatórios e documentos do Projeto “Lixo e Cidadania”, do Programa de Defesa Comunitária do Ministério Público do Estado de Sergipe, em 1999 foi realizado o cadastramento dos trabalhadores da lixeira do bairro Santa Maria, quando foram identificadas 310 (trezentas e dez) famílias, perfazendo um total de 1.080 (mil e

¹² É a empresa responsável por fazer a coleta de lixo da cidade de Aracaju.

oitenta) pessoas que sobreviviam das atividades de catação de materiais na lixeira. Acerca da aplicação dos trabalhos junto aos catadores, foi constatado que 42 (quarenta e duas) famílias residiam no interior da lixeira em barracos de madeirite¹³, onde também foram construídos uma igreja e 2 (dois) sanitários destinados ao atendimento das famílias.

Na avaliação dos representantes e técnicos aqui mencionados, durante a implantação do projeto foram direcionadas ações com o intuito de enfatizar o êxito das propostas. Um aspecto que mereceu particular atenção foi às condições que contribuíram para a criação da CARE, no que diz respeito ao cercamento da área do aterro e a construção de uma guarita na entrada da lixeira do bairro Santa Maria (esta era controlada pela Empresa Torre). Com isso, houve um controle na entrada de caminhões de coleta de lixo e também dos catadores, que trabalhavam e comercializavam os materiais coletados.

Com a definição quanto às ações realizadas, destacamos o processo de extinção das habitações, com a destruição dos barracos existentes internamente no espaço que se destina à lixeira. *A posteriori* as famílias de catadores foram conduzidas para casas de alvenaria do tipo popular, obtidas junto ao Governo do Estado, no Conjunto Padre Pedro, bairro Santa Maria.

Antes da efetiva criação da CARE seus idealizadores visitaram a ASMARE (Associação dos Catadores do Papel Papelão e Material Reaproveitável) na cidade de Belo Horizonte, com o objetivo de conhecer a experiência desenvolvida pela organização social e produtiva dos catadores e ex-moradores de rua. Organização que, segundo Conceição (2005), prima pelo resgate da auto-estima daqueles agentes, articulando um entendimento acerca da utilidade prática de cidadania a essa parcela excluída da população.

¹³ Madeirite é um dos nomes dado ao compensado resinado utilizado na construção civil, lembrando que madeirit é marca registrada de um tradicional fabricante e virou sinônimo para todas as formas de compensado resinado.

Espelhados na experiência da ASMARE, os representantes envolvidos com o projeto em Aracaju adotaram medidas levando em consideração às altas taxas de analfabetismo e a ausência de práticas inscritas nos princípios de cidadania observados nessa localidade. Decidiram iniciar o processo com ações direcionadas à melhoria das condições de vida dos catadores da lixeira, executando cursos de alfabetização para jovens e adultos, a fim de possibilitar às famílias um processo de reintegração a uma nova realidade social, ou seja, providenciar condições para constituir uma cooperativa de trabalho e renda, permitindo aos mesmos não retornarem a procurar o seu sustento em atividades internas na lixeira.

1.2 A estrutura e a institucionalização da CARE

Para entendermos a dinâmica das ações da CARE dentro da realidade sócio-econômica do bairro Santa Maria é *mister* retornar aos momentos de mobilização e participação dos ex-catadores. Com o objetivo de melhor compreender o surgimento da CARE, é indispensável visualizar o panorama antecessor dos catadores de resíduos sólidos durante o processo de concepção da cooperativa. Desse modo, essa entidade em destaque representa um exemplo para compreender o processo de organização coletiva, sob o aspecto de uma cooperativa, em que expressam “condutas sociais” e a promoção de “*práticas participativas*” dos agentes envolvidos.

No período antecedente à constituição da cooperativa o trabalho consistia em sistematizar a produção voltada para uma prática, sem se fazer uso da “*organização*” dos catadores e as suas prioridades estavam alocadas, essencialmente, na sobrevivência. Esta era realizada em torno da experiência de coleta e separação de resíduos sólidos no espaço da

lixreira. Porém, essa constituição da produção “*aberta*” das atividades entre os catadores começou a apresentar novos delineamentos, pois os catadores já delineavam um plano de aproximação, suscitando uma possível alternativa para a constituição e organização das relações de trabalho, como salienta um ex-catador:

A gente já vinha pensando. A gente já vinha fazendo reunião, incentivando o povo, foi o caso do papelão, na época tinha um depósito que comprava e eles queriam pagar o papelão barato demais, né?! Tava R\$0,03 e eles queriam pagar R\$0,02 e meio. Aí foi na época que eu tava lá e eu tomei a frente das coisas [...]. Eu sei que a gente queria R\$ 0,05 foi pra R\$ 0,04, quer dizer, não foi muito não, mas foi bom. Pronto, daí foi que aos poucos deu pra sentir a minha potência lá dentro, em agregar o povo todo e tudo mais e quando eles viram, pois quem tinha muito papelão e ganhou dinheiro começou a aplaudir. E não, o negócio dá certo, tem que ter uma cooperativa aqui dentro e toca o barco pra frente [...]. É isso mesmo [...]. (J.C. – entrevista).

Contudo, J.C.¹⁴ se afastou da lixeira durante um período de aproximadamente 8 (oito) meses. Ele deslocou-se de sua moradia para outro bairro da cidade de Aracaju, alegando problemas particulares, mas sempre manteve contatos com os outros catadores. No período anteriormente citado, que coincidiu com o afastamento de J.C. das atividades da lixeira, foram desenvolvidas, por algumas instituições privadas¹⁵ tentativas de implementação de uma unidade cooperativa com os catadores. Porém, as modalidades dessa organização social não obtiveram sucesso, devido ao baixo interesse dos catadores em direcionar as suas produções para um empreendimento organizado com idéias sistemáticas de um trabalho que relegava as experiências dos catadores a segundo plano, ou seja, aplicando delineamentos divergentes aos interesses dos catadores. Essa sistemática acabou por criar um clima de problemas entre ambas as partes, impedindo a consolidação do projeto.

¹⁴ J.C. foi o primeiro presidente da CARE e principal articulador para mobilização dos catadores para a formação da cooperativa. Natural de Brejo Grande-SE, seu pai era lavrador e sua mãe era dona de casa e ambos possuíam a escolaridade mínima. Iniciou as suas atividades na lixeira como catador no ano de 1995, desempenhando atividades de recolhimento, separação e venda do material com destino à reciclagem.

¹⁵ Segundo o ex-cooperado entrevistado, cita o nome de duas instituições de ensino da rede privada.

A outra justamente não deu certo pela falta de interesse de quem tava na frente e também não tinha boas intenções. Nem na parte de cá e nem na parte de lá. Porque a parte de lá também tinha interesse no monopólio do lixo, assim como eles falavam até documento eles esconderam por lá, aquele lance todo, até ameaça de ir pra justiça. Essa outra não, essa já foi bem formada, bem direitinho [...]. E a outra não deu certo por causa disso aí, falta de interesse dos próprios catadores de lixo, falta de ânimos dele. Falta de honestidade de um para com outro. Não deu certo, porque não tinha uma pessoa que batesse na tecla o tempo todo, né?! (J.C. - entrevista).

Durante esse período, os conflitos entre os catadores propiciaram uma falta de interesse no tocante à organização em torno de uma unidade produtiva, visto que as tentativas de organização não obtiveram sucesso. Embora essa realidade tenha gerado uma maior desmotivação na participação dos catadores em outras experiências, era notório o apoio de alguns atores para organização de uma entidade.

Posteriormente, J.C. retornou a morar na lixeira, pois o mesmo relatou que teria uma incumbência a cumprir naquela localidade, como relata a seguir: “Mas parece alguma coisa assim, parece que foi Deus dizendo... seu caminho é voltar lá pra a lixeira de novo, porque você tem uma missão a cumprir lá. É fundar uma cooperativa pra aquele pessoal” (J.C. – entrevista).

Uma característica aparente no relato do cooperado J.C. foi o seu poder de envolvimento, mobilização e liderança. O esforço de alavancar junto aos outros catadores da lixeira uma organização de cooperativa, para direcionar, de forma mais adequada, os destinos dos materiais coletados, propiciando ganhos monetários de maneira coletiva.

Deu pra sentir a minha potência lá dentro, em agregar o povo todo e tudo mais (...) tem razão, tem que ter uma cooperativa aqui dentro e toca o barco pra frente. É isso mesmo, é fundar uma cooperativa. Se não vai vim gente tomar esse lixo da gente. Eu sempre fui uma liderança (J.C. – entrevista).

Verificado a sua expressão de liderança frente aos demais catadores da lixeira e de promover a idéia de criar uma nova forma de “*sociação*”¹⁶ (SIMMEL, 1983) ou uma nova estrutura com os catadores, o mesmo foi procurado por membros do Programa de Defesa Comunitária, que passaram estabelecer contatos sistemáticos com o catador JC e demais catadores, realizando visitas técnicas àquele espaço social. “Nas nossas primeiras dinâmicas descobrimos algumas lideranças e começamos a trabalhar [...]. Eu, quando fui a primeira vez lá, eu até procurei uma liderança. Até porque o MP precisa de uma liderança” (M.C. – entrevista). J.C. foi nomeado representante e interlocutor entre o MP e os catadores da lixeira da Terra Dura para a articulação na formação da cooperativa.

Nesse processo, segundo o relato de J.C., o desafio de organizar as ações dos catadores, em proporcionar a participação dos mesmos, foi bastante conflitante: “a luta foi muito grande, formar aquela cooperativa ali” (J.C. – entrevista). Pois também existia o risco de descrédito e da resistência à implementação de um projeto cooperativo naquela localidade, devido à desativação da lixeira da Terra Dura que era a fonte de renda desses catadores, a sua possível mudança de local e dos procedimentos de destino da coleta de lixo.

No período de mobilização dos catadores na lixeira, J.C. teve a contribuição de dois indivíduos, “*parceiros*”¹⁷ que também eram catadores, que tiveram importante atuação

¹⁶ A compreensão em torno do princípio de sociação entre indivíduos de Simmel (1983), está ressaltada na maneira de criar uma rede de interação com o intuito de solucionar contradições presentes nas relações sociais.

¹⁷ Em diferentes ocasiões tivemos contatos com os “parceiros” de J.C., que residem no bairro Santa Maria no Conj. Padre Pedro, porém os mesmos negaram qualquer tipo de informação através de entrevista ou questionário. Estabelecemos um contato com “A” e o mesmo não se mostrou a vontade em responder indagações sobre o processo vivenciado internamente na lixeira. Realizamos tentativas de inserção para uma conversa informal, mas “A” se apresenta de forma resistente em não apresentar informações a seu respeito. O mesmo me indicou que “G” residia na mesma rua daquela comunidade e conseguiríamos junto a ele as informações necessárias. No encontro com “G” o contato foi um pouco conturbado. O ex-catador também não se apresentou a vontade em fornecer informações do período que esteve desenvolvendo atividades na lixeira, do seu afastamento e da relação que manteve com J.C., ajudando-o a organizar uma cooperativa com os catadores. Ao ser questionado, “G” negava informações sobre o período em destaque, em suas declarações estava presente um estabelecimento de troca de favores, enfatizando que ele me ajudaria e, ao mesmo tempo, questionava se eu poderia ajudá-lo, principalmente na possibilidade de reintegrá-lo ao mercado de trabalho. Porém, os “parceiros” verbalmente identificaram a grande importância de “J.C.” no relacionamento com os catadores; identificaram-no como a única pessoa adequada a transmitir todas as informações acerca daquele momento vivenciado internamente na lixeira. Ambos também apontaram que J.C. tinha uma grande visibilidade e possuía um

nas primeiras organizações. Eles incentivaram os agentes daquela localidade à participarem da cooperativa. Segundo J.C., durante esse período de conflito vivenciado no local, estabeleceu-se um contato com os seus “parceiros” “A” e “G”, ambos catadores. Estes se tornaram agentes importantes, intensificaram seus esforços em mobilizar os catadores para participar das reuniões e discutirem sobre a formação da cooperativa. “Sempre querendo acolher o povo, incentivando o povo como era as coisas da cooperativa [...]. Era um trabalho coletivo, não era um trabalho individual, assim a gente foi incentivando o povo, incentivando mais de 50 pessoas” (J.C. – entrevista).

Nessa mesma ocasião, também houve um possível direcionamento das atuações dos representantes do MP, adotando uma postura e um discurso baseado na credibilidade das ações dessa entidade, denominado como assistência político-social, demonstrado nesse relato:

Olhe, eu acho assim, o MP desde o começo ficou do lado do catador e nunca abandonou. Sempre, sempre, todos os momentos, em todas as fases, o MP esteve e está presente com eles. Sempre no sentido do crescimento deles, né?! Orientando, é, fazendo assim, convênios, buscando parcerias e realizando projetos. Sempre no sentido do crescimento deles, dos catadores enquanto cidadãos. Porque é, catar, catar lixo, é na situação que eles catavam no lixão era assim como coisa totalmente desumana, né?! Então eles começaram a acreditar realmente que é um trabalho sério, é um trabalho que veio a beneficiar, não só o catador, como a família, como os dependentes, os filhos (M.C. – entrevista).

Desse modo, a expressão utilizada pelo representante do MP, parece promulgar a identificação de aspectos pertinentes a uma concepção “*clientelista*” entre os demais agentes. Há uma ênfase discursiva em que “o poder dos fracos é um poder que se atualiza por meio de qualidades intrínsecas, irremovível dos seus portadores e concebido como sendo natural” (DAMATTA, 1980, p. 230).

Contudo, para que houvesse a conquista da confiança em um processo cooperativista e os riscos que porventura pudessem existir entre os catadores fossem

minimizados, houve um engajamento intensificado por parte dos representantes do MP. Foi apresentada uma proposta mais “*organizada*” das ações e práticas dos catadores, com ênfase na participação das famílias, na importância do papel de uma entidade cooperativa voltada para o trabalho com os resíduos sólidos. No escopo do projeto foram expostas iniciativas e definições a serem implementadas para execução da constituição jurídica da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE), assim como o preparo de catadores para ocupar funções junto à direção da futura entidade.

Em junho de 2001, com a presença de 20 catadores (número mínimo exigidos de pessoas físicas para validar a criação de uma cooperativa)¹⁸, a CARE (Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju) se torna realidade. Em meio ao contexto das atividades realizadas pelo “*Projeto Lixo e Cidadania*”, comandado pelos representantes do Ministério Público do Estado de Sergipe, ela surge é fundada com a perspectiva de criar uma alternativa aos problemas identificados na realidade da lixeira da Terra Dura.

Nesta nova etapa, vivenciada pelas relações em cooperativa, os representantes do MP pretendiam expandir sua atuação efetiva “inaugurando uma relação recíproca de proximidade” (COMERFORD, 2003, p.18) e também com uma intermediação “como um elemento essencial na construção da democracia participativa” (BEZERRA, 2004, p. 146) com os catadores. Porém, na medida em que se desenvolveram essas práticas, constatou-se a produção de um “sistema complexo de relações de dependências mútuas” (BEZERRA, 2001, p.185), instituídas por esses mediadores, o que constitui uma capacidade de intervenção a partir de um método regulador das condutas dos agentes da cooperativa. Contudo, esse referencial estabelecido, será discutido mais adiante.

¹⁸ Esse critério está destacado no Estatuto Social da CARE no capítulo III, artigo 3º, registra o número de pessoas físicas que fundaram a cooperativa. Esse número mínimo era exigido nos termos do artigo 6º da lei nº 5.764 do Código Civil de 1971.

A institucionalização da cooperativa nessa localidade se apresentou como uma proposta de organização coletiva com a promoção da criação de uma alternativa em contribuir para a potencialização de mudanças nas condições de trabalho e renda dos catadores de resíduos sólidos. Após sua fundação, destaca-se a elaboração de um projeto com a necessidade da construção do espaço físico da cooperativa, como também a aquisição de equipamentos para instrumentação nessa unidade produtiva.

Ao que refere à estrutura física da unidade produtiva, o governo do Estado de Sergipe, através da CEHOP, cedeu um terreno de 3.000 m² para a construção da futura sede da cooperativa; também foram formalizados alguns convênios com a iniciativa privada para a aquisição de equipamentos os quais pudessem subsidiar a construção da unidade produtiva da CARE. Tendo em vista à efetividade do projeto de estruturação da unidade produtiva, os recursos foram assegurados por convênio firmado entre o Ministério Público do Estado de Sergipe, a empresa MAXITEL¹⁹, Universidade Federal de Sergipe, FUNDAT, EMSURB, CODISE, SEBRAE, ADEMA, Federação do Comércio, MULTISERV e Banco do Nordeste. Todavia, os recursos financeiros²⁰ necessários para a consolidação da base operacional, como o maquinário da cooperativa, foram assegurados pela MAXITEL.

Em que pese a aplicabilidade da expressão de participação e integração à cooperativa, remeteu-se ao princípio voluntário de cada catador. Nesse processo de organização, foram constatados que a grande maioria não possuía a escolaridade mínima e nem sequer possuía alguns documentos básicos de identificação. Nesse sentido, a atuação dos membros do MP foi de agilizar uma medida objetiva, com cursos de capacitação dos

¹⁹ Operadora de Telefonia Celular Móvel.

²⁰ O valor monetário dos recursos financeiros destinados pela MAXITEL para a construção da CARE, não foram divulgados pelos agentes envolvidos nesse processo, também nenhum registro foi encontrado nos materiais pesquisados.

catadores e confecções de documentos (carteira de identidade, CPF, entre outros), que garantissem a efetivação do processo de criação da cooperativa.

Com os resultados obtidos a partir da mobilização e capacitação dos catadores, apenas 20 catadores optaram “*voluntariamente*” em participar na inserção inicial da cooperativa e estavam presentes na assembléia geral no ano de 1999. Ocasão em que foi aprovado o estatuto da entidade e iniciada as relações de produção com atividades da separação do material sólido.

Com o objetivo de obter uma efetivação real das ações a serem desenvolvidas com as famílias nessa localidade, representantes do projeto, juntamente com o Programa de Defesa Comunitária do Ministério Público, em parceria com o SEBRAE/SE realizaram um ciclo semanal de palestras, abordando temas de cooperativismo, direitos sociais e políticos, coleta seletiva, cartilha da cidadania, dentre outros. Tais ações promoveriam, em tese, a capacitação de ex-catadores e providenciaria condições para capacitar os cooperados, possibilitando uma melhor formação e fortalecimento do desenvolvimento das ações da cooperativa.

Segundo relatos de representantes do MP e de ex-catadores, existiram muitas dificuldades para que os mesmos aderissem à cooperativa, visto que muitos passaram por experiências anteriores sem sucesso e por esse motivo existia uma falta de confiança nessa nova proposta. No início das atividades, muitos catadores que aderiram terminavam abandonando a cooperativa e retornavam à lixeira, pelo fato de ainda não haver uma política de coleta seletiva que se materializasse em resíduos sólidos e a sua conseqüência refletia na falta de trabalho para os cooperados.

Em meio ao processo de estruturação das ações dessa cooperativa, em que “*toute action sociale, implique une opération de définition sociale de la réalité*” (JOBERT, 1992, p.

220)²¹, surgiu a necessidade de acompanhamento das possíveis mudanças que constituíram as formas de pensar a dimensão da realidade concreta da sociedade, que por sua vez, permitiu aos atores envolvidos construir uma visão considerável de intervenção e definição nas ações públicas. Porquanto, surgiu a possibilidade da cooperativa deliberar uma coerente discussão com a possibilidade de inserir uma proposta de transformação junto à pauta da agenda pública do município (LARRATEA, 2004). Tal fase constituiu um período fértil de entendimento e de relação, ou seja, “as experiências de participação popular podem [...] construir um novo canal de intervenção de setores da população na administração pública” (BEZERRA, 2004, p.190).

Nesse sentido, foi analisada uma intervenção sistemática na gestão municipal, objetivando a inserção da coleta seletiva de resíduos sólidos na cidade de Aracaju. Porém, no curso das ações, constatou-se que não havia uma estrutura constituída, assim essa variante possibilitou um redirecionamento das estratégias do poder público, referente a uma intervenção e inclusão de “*soluções*” na agenda pública. Foi estabelecida na administração municipal no ano de 2001, representado pela EMSURB, um “*projeto piloto*” de coleta seletiva domiciliar, iniciado no bairro Inácio Barbosa, situado nesta capital. Posteriormente, essa proposta foi estendida para alguns órgãos públicos e privados, que contribuíram para um acréscimo dos recursos e ampliação da jornada de trabalho na cooperativa, funcionando como um instrumento de resolutividade dos “problemas” de falta de material para as ações desenvolvidas na CARE.

A consolidação das ações de uma coleta seletiva permitiu um acréscimo na quantidade de material a ser trabalhado e fortaleceu a permanência do cooperado na unidade produtiva. Graças a tais ações, verificou que a CARE também teve o acréscimo efetivo da sua produção, com o benefício concedido através de uma coleta seletiva diária, realizada pela INFRAERO, SEPLANTEC, TRT, Transportadora Cometa, Condomínio Mansão Drummond,

²¹ “Todas as ações sociais implicam uma operacionalização da definição social da realidade”.

Coordenadoria de Defesa Civil, SENAI, Petrobrás, entre outras, que foram bastante relevantes para a estruturação dessa cooperativa. Em resumo, as fontes de recursos que sustentavam a cooperativa eram provenientes das doações dessas entidades.

Todavia, compreende-se que o princípio de inserção dessa “solução” em uma agenda pública, atende à finalidade de ajustar a abordagem aos imperativos e requisitos da lógica governamental, respeitando, por conseguinte, aspectos que se refiram à dimensão jurídica a qual deve estar vinculada a ação governamental. Sendo assim, em face do sistema jurídico, a cooperativa obteve um benefício às suas necessidades de aquisição de resíduos sólidos, com a aprovação do decreto de lei federal que: “Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis” (Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006).

Pode-se dizer, então, que a incorporação do poder estatal em estruturar uma coleta seletiva na cidade, é um entendimento que a inscrição de um dado problema na agenda governamental não é definida tão somente pelo agravamento da extensão daquele em si, mas é definido a partir dos interesses e da própria concepção dominante no meio institucional do governo acerca da significação política do problema, além da confluência das diversas variáveis configuradoras do fenômeno.

Assim, a partir do momento de “intervenção” do poder público para contribuir nas condições do trabalho da cooperativa, destacamos, interpretados nos relatos dos agentes envolvidos, que essas ações foram imprescindíveis para a manutenção dos cooperados, de maneira que esses ex-catadores não se sentissem motivados ao retorno à lixeira da Terra Dura.

1.2.1 O projeto Recriarte e a VARREPET

Para a continuidade das atividades da CARE foram propostas estratégias e estabelecidas ações objetivando um melhor desempenho escolar das crianças, filhos e filhas dos cooperados, sendo a grande maioria deles ex-trabalhadores da lixeira. Tem-se como exemplo o projeto Recriarte²², cuja sistemática consiste na oferta de reforço escolar aos estudantes. Soma-se ao Recriarte a instituição “VARREPET” (Fábrica de Vassouras), localizada também no bairro Santa Maria, membro de unidade produtiva da CARE, onde são fabricados vassouras a partir de materiais recicláveis.

No desenvolvimento das atividades da CARE, destacamos as suas “*unidades secundárias*”, as quais permitem a projeção do Recriarte. Esse projeto possui como pressuposto a necessidade de desenvolver capacidades de inclusão social com noções de cidadania. O público alvo está no atendimento infanto-juvenil com idade de 7 (sete) a 14 (catorze) anos, em sua grande maioria filhos dos cooperados. Atualmente, o seu alcance repercute em um universo de 30 (trinta) crianças e adolescentes de ambos os sexos.

Ainda seguindo esse projeto, os seus objetivos estão submetidos à promoção de atividades de reforço pedagógico e escolar, desenvolvimento de práticas esportivas, integração social e incentivo em atividades culturais. A pretensa dimensão do projeto, fornecer uma abordagem qualitativa em propiciar o exercício de consagrar um estado de harmonia social, ou seja, a promoção da melhoria da “*sociabilidade*” entre os indivíduos envolvidos.

²² “Objetivando contribuir para o melhor desempenho escolar das crianças egressas do lixão, o Projeto Lixo e Cidadania instituiu o RECRIARTE, uma modalidade de reforço escolar para o segmento de 7 a 14 anos, acolhendo 25 alunos do Conjunto Padre Pedro, sendo assegurada preferência para os filhos dos catadores no preenchimento das vagas” (Relatório Final).

Outro projeto relacionado às *unidades* da CARE é a “VARREPET” ou a “Fábrica de Vassouras”. Nessa parte da cooperativa encontramos equipamentos e instalações destinados a prática da confecção de vassouras ecológicas, a partir do material pré-separado no galpão da CARE, principalmente retirado das garrafas pet²³ de refrigerante, compreendida como uma forma de aproveitar o material. Nesse empreendimento a condução profissional é realizada por dois cooperados que fabricam os objetos, que posteriormente são destinados à comercialização.

Nas administrações dessas unidades estão os membros da CARE e são acompanhadas pela responsabilidade dos representantes do MP. As atividades práticas são executadas por instrutores e estagiários das instituições de ensino superior, atendendo ao princípio de desenvolver suas habilidades de estudos, perpassando as discussões teórico-pedagógicas.

1.3 A dinâmica funcional da CARE

No tocante ao regimento do estatuto da CARE, este apresenta um conjunto de normas amparadas juridicamente, ressaltando a funcionalidade da instituição, com aplicações tomadas para o âmbito do desenvolvimento das atividades cooperativas como instrumento fundamentado em alternativas de geração de renda.

Em meio às discussões referentes às questões legais, o princípio estatutário da cooperativa se aplica a cada cooperado, que deve obedecer aos critérios estabelecidos em seu regimento para assegurar o seu ingresso na cooperativa. Conforme a pesquisa documental

²³ Politereftalato de etila, ou PET, é um poliéster, polímero termoplástico ou plástico, formado pela reação entre o ácido tereftálico e o etileno glicol, formando um poliéster. Utiliza-se principalmente na forma de fibras para tecelagem e de embalagens para bebidas.

existe um critério importante para a regulação da participação de um do ex-catador na cooperativa, que por sua vez, garante a comprovação de que o mesmo foi inscrito no momento de cadastramento das famílias residentes na lixeira. Obedecendo a esse critério, o indivíduo é considerado apto para se tornar membro integrante da CARE.

O pretendente precisa obedecer a uma lista de cadastro e de critérios acompanhados pelos membros da direção da cooperativa, e se assim acontecer, o mesmo será consultado e convidado para ser cooperado. Concretizado essa primeira fase, o cooperado será submetido aos procedimentos administrativos, como a apresentação de documentos necessários. Realizada essa formalidade, o cooperado exercerá as suas obrigações e conquistará os direitos assegurados pelo estatuto da cooperativa, participando ativamente dos processos de produção. Além de obter o direito de participar nos processos internos de eleição, podendo ocupar um cargo na direção e ser esclarecido sobre os balanços financeiros mensais e anuais.

Outro aspecto a ser considerado está relacionado ao fato de que a unidade produtiva da cooperativa tem uma estrutura capaz de processar 100 (cem) toneladas de resíduos sólidos mensais destinados à reciclagem e poderia manter até 100 (cem) cooperados em atividades nas suas atuais instalações. Porém, segundo relatos de membros da direção da CARE, a sua produção mensal é de 57 (cinquenta e sete) toneladas mensais²⁴, advinda do processo de coleta seletiva e das doações, contando, em relação aos recursos humanos, com um total de 42 (quarenta e dois) cooperados.

A produção dos trabalhos é distribuída em seqüência aos cooperados, conforme as funções determinadas na cooperativa, essas são estabelecidas em reuniões ou assembléias realizadas com os membros da CARE. Desse modo, o cooperado pode exercer suas atividades

²⁴ Dados coletados durante o período da pesquisa.

em todas as áreas dessa associação, cumprindo com suas obrigações distribuídas em tarefas que podem se constituir por trabalhos internos ou externos.

Inicialmente, os trabalhos na cooperativa consistem na coleta seletiva de resíduos sólidos, realizada por cooperados em caminhões que se deslocam diariamente aos locais determinados: empresas, órgãos públicos e outras entidades. Com os materiais coletados, os veículos retornam para a cooperativa para assim dar início a outro processo de produção, ou seja, a separação, organização e distribuição desse material para comercialização em empresas ligadas à reciclagem.

Nesse segundo momento de produção da cooperativa, encontramos a parte mais importante da estrutura, onde os trabalhos são realizados no galpão da CARE²⁵. Para garantir o desenvolvimento e funcionalidade das atividades dessa unidade existe a concentração da maioria dos cooperados, divididos em modalidades da separação à organização do material coletado. É importante entender que a atuação efetiva das práticas participativas dos cooperados se expressa nesse momento, ou seja, a aplicabilidade do processo de “sociabilidade” (COMERFORD, 2003).

A organização dessa cooperativa, sob a qual reside a concepção e o aprofundamento dos laços de sociabilidade entre os agentes envolvidos, possui uma dimensão de construção das ações que contribui para a consolidação de suas relações sociais, o que permite que esta sirva como um instrumento interpretativo para estabelecer os mecanismos dimensionais relativos aos parâmetros responsáveis à um trabalho societário.

Acerca do processo de espaço de sociabilidade, Comerford afirma o seguinte:

²⁵ A cooperativa funciona em um galpão divididos em baias para seleção de material, prensa de papel, papelão, plásticos e latas, triturador de vidro, elevador de cargas, balança e fragmentadora de papel.

[...] contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar (COMERFORD, 1999, p. 47).

Por isso, a presença da sociabilidade nesse momento acrescenta um fundamento imprescindível à articulação acerca da efetividade das ações e práticas vivenciadas no processo dito como produtivo da cooperativa. Em suma, a atuação nesse processo de produção deve seguir uma seqüência consagrada em estado de harmonia, no qual é fundamental a participação dos cooperados.

Entretanto, cabe ressaltar que a participação do cooperado não se resume apenas à produção, mas também ao direito de se fazer presente nas reuniões e assembléias que tratam de assuntos de interesse de todos. Porque, nesses eventos os cooperados discutem os assuntos tratados na pauta, apreciam as movimentações financeiras e participam de eleições.

A dinâmica das ações produtivas da cooperativa conduz para a comercialização dos “fardos” de materiais recicláveis com empresas e indústrias desse ramo. Desse modo, todo o recurso arrecadado com a venda desse material, ou seja, os rendimentos financeiros são repassados, quinzenalmente, de forma igualitária para cada cooperado²⁶. Ao final de cada ano o cooperado poderá obter um retorno líquido das “sobras”, que são divididas entre eles. Faz bem ressaltar que nenhum dos cooperados possui vínculo empregatício, porém todos possuem desconto em seus rendimentos para contribuição ao INSS.

Porquanto, o elemento de participação é o pressuposto primordial para as relações vivenciadas na unidade da CARE. O reflexo dessa participação carrega em si, alguns aspectos

²⁶ Segundo os relatos dos membros da cooperativa, o valor repassado aos cooperados é equivalente à um salário mínimo (R\$ 380,00), valor da época da pesquisa; dividido e repassadas em parcelas quinzenais.

de complexidade, ou se pode mencionar conflito, estabelecida nas relações sociais dos cooperados, nos aspectos problematizados nos seus relacionamentos de trabalho, sedimentados em lógica de atribuição de poder ou de dominação por cooperados de “*uma mesma família*” aos demais cooperados. Entretanto, esta importante variável da nossa pesquisa não será contextualizada nesse momento, sendo que sua abordagem se permeará numa discussão adiante.

A direção da cooperativa é composta por 5 (cinco) membros que exercem um mandato de 3 (três) anos, podendo o presidente ser reeleito por mais um mandato. A conjuntura dos cargos da direção da CARE está dividida em: presidente, vice-presidente, diretor administrativo e financeiro, diretor de operação e secretário. O processo de eleição desses representantes é realizado em assembléia geral com votação direta dos cooperados. Havendo apenas uma única chapa inscrita, a opção é por aclamação dos presentes na assembléia. Um ponto a ser ressaltado está na constituição desse corpo representativo, em que não pode haver grau de parentesco entre os membros da direção.

O estatuto dessa entidade indica que os representantes da direção da CARE têm como atribuições e competências assegurar o funcionamento dessa unidade, fomentando condições para o desempenho das atividades. Ainda, responsabiliza-a por acompanhar e supervisionar a execução dos trabalhos, as movimentações financeiras e convocar reuniões mensais com os cooperados, solucionando problemas e deliberando sobre situações diversas. Dentre outras atribuições, consta do estatuto a de servir como um instrumento capaz de estimular as práticas de participação na defesa de legitimar as formas de cooperação. Para tanto não devem declinar da observância das normas vigentes.

Em meio ao histórico de eleições para representantes da direção dessa cooperativa, observamos que em toda a sua existência, somente ocorreram dois processos

eleitorais assegurados pelo estatuto, em que o presidente eleito, foi reeleito posteriormente. Durante esse período houve apenas um único candidato, que fora proclamado presidente por aclamação entre os cooperados.

Dentre as diversas modalidades apresentadas nas dinâmicas das relações dessa cooperativa, as práticas participativas aliadas à regulamentação se consagram como delineamentos responsáveis para a condução social dos agentes envolvidos. Pois, segundo relatos extraídos de alguns cooperados²⁷, tais instrumentos esboçam os padrões de ações e interesses dos cooperados, principalmente dos detentores de posições estratégicas na estrutura da entidade, tornando-se responsáveis por delimitar a sua socialização.

Entretanto, no exercício da gestão da atual presidente, tais parâmetros estão sendo relevados, haja vista que esta se vale de elevado número de parentes, membros cooperados, utilizando-os como um “produto da sincronização social” (WOLF, 2003, p. 101). O enlace das relações aqui dispostas torna possível identificar uma prática na qual se faz uso da detenção da maximização de “capital simbólico” (BOURDIEU, 1998a), servindo-se deste como um instrumento de poder no espaço social da cooperativa, presente na importância da mobilização e organização da conduta dos demais.

1.3.1 O Conselho de Fiscalização e de Desenvolvimento

Dentre a organização da cooperativa e embasada no estatuto, existe a atuação do Conselho Fiscal. Essa parte integrante da organização é um órgão que estabelece um

²⁷ Foi observada empiricamente a efetivação e manutenção das práticas desenvolvidas por essa cooperativa da atual diretoria e que suas ações são produzidas baseadas em um sistema de produção assegurado pelo grau de relacionamento familiar.

referencial de constituir uma conduta reguladora, com fundamentos de acompanhar, fiscalizar e orientar as atividades dessa unidade produtiva. A instalação e a existência desse Conselho de Fiscalização e Desenvolvimento das atividades da cooperativa, com composição de membros da iniciativa privada, ou seja, das entidades parceiras da CARE, possui uma atuação e uma representatividade com predominante influência dos rumos de funcionamento dessa unidade, garantindo certa “*autoridade social*” (Bourdieu, 1990) sobre os demais que compõe o corpo do empreendimento.

Nas atribuições do conselho junto à cooperativa, destacamos o seu acompanhamento acerca das atividades administrativas desempenhados nesta unidade produtiva, como por exemplo: averiguar se a direção da CARE está executando as tarefas que lhe compete em relação às reuniões mensais, a existência de insatisfação por parte de algum cooperado abstraído através de incoerência operacional e também no exame das movimentações financeiras realizadas pela direção.

Cabe ressaltar, que a presença dos procedimentos ativos do conselho mencionado acima, também favoreceu a aplicação e institucionalização de convênios para as coletas seletivas em empresas da iniciativa privada, repartições públicas e conjuntos habitacionais, resultando em um elo importante e favorável quanto à estruturação qualitativa da cooperativa.

A presença desse grupo representativo de caráter fiscalizador, ou até interventor, na atribuição de ser uma “Comissão de Fiscalização e Acompanhamento” (BEZERRA, 2004), concebe um tipo de parâmetro regulador. A atuação deste conselho favorece procedimentos norteadores capazes de conceder uma diretriz para definição de práticas de participação e execução dos cooperados, ou seja, da organização das relações sociais. Chama-nos atenção a forma como essa estratégia de representação tem sua importância ressaltada pelos cooperados, que a legitimam e autenticam através de suas falas.

Portanto, em virtude do desenvolvimento das atividades da cooperativa em destaque, na qual as concepções referenciais de cooperativismo e solidariedade estão presentes, pois os próprios cooperados controlam a produção da unidade produtiva, existe uma discordância entre a normatividade de “autonomia”, alicerçada pela entidade em seu regimento, e as ações estabelecidas entre os agentes envolvidos.

Os representantes do MP afirmam que os cooperados precisam ser apoiados e orientados até que estejam capacitados para conduzir as atividades da cooperativa e que estejam amadurecidos para gerir os seus trabalhos de maneira democrática. Entretanto, existe uma forma de subordinação às decisões tomadas entre os cooperados, resultando numa certa “dependência” que conduz a uma estagnação do potencial de decisão. Porquanto, a autogestão dos seus interesses e as articulações realizadas pelos representantes do MP frente a esses cooperados inibe as suas contestações, como pode ser verificado ao apresentarmos os relatos dos perfis dos agentes envolvidos.

CAPÍTULO II

ENTRE COOPERADOS E REPRESENTANTES: UMA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA?

2.1 O papel do representante-mediador junto à CARE

Em meio ao processo de discussão do conhecimento, destacamos a atuação e o discurso dos representantes do poder público, mais especificamente a direcionada às intervenções em comunidades onde foi identificado algum tipo de “problema” relacionado à organização social. Através de tais atuações, entende-se que se constituem como autênticos mediadores²⁸ daqueles cooperados; nesse caso as ações se efetivam através dos representantes do Programa de Defesa Comunitária do MP, que são os principais interlocutores frente aos ex-catadores, a respeito da mobilização destes para a organização da cooperativa.

Assim é que o MP assume o papel de estabelecer a mediação entre elementos diferentes ou até divergentes. Tal atuação se apóia na concepção de que o mediador deve está equipado com determinados “capitais simbólicos” e com uma legitimidade nas ações, ou seja, um poder instituído pela organização que represente.

O princípio da legitimidade do mediador leva a uma concepção de que este possui a permissão para intermediar, devendo acreditar e fazer acreditar que suas ações são basicamente sem interesse próprio, como também; perpetrando um ensejo de contribuir para o

²⁸ A atuação de um mediador é mais ampliada do que um agente intermediário, pois esse apenas transporta informações. No caso do mediador, a sua interferência é criativa, gerando novos valores e condutas, ou seja, o seu papel é estratégico, na medida em que suas decisões podem interferir e influenciar a vida e o prestígio daqueles que estão em seu campo de ação.

bem coletivo, e não como uma maneira de ascensão profissional ou política. Entretanto, esse desinteresse é superficial, visto que sempre se almeja ganhos simbólicos nesta relação, podendo influenciar nas relações entre os indivíduos envolvidos.

Como ressalta Bourdieu (1998a), existe uma noção de interesse presente no campo simbólico. O mesmo também afirma que essa categoria segue a premissa que considera que esse é um instrumento utilizado pelos agentes sociais e suas ações sempre serão motivadas e manifestadas por interesses.

Em face do papel do representante ou do mediador, esse debate se faz necessário para introduzir uma discussão sobre a prática do MP no campo social. Haja vista que, neste contexto, a atuação do agente, detentor de um poder institucional de uma organização especificamente representada pelo MP, responde pela função de mobilizar a participação e a organização de trabalhadores e moradores da lixeira da Terra Dura.

Nesta proposta de discussão, o agente, que é posto em condição de mediador, acaba por integrar um grupo com discurso que tende a valorizar a organização social. Porém, existe uma ambigüidade em relação ao seu papel junto às ações da cooperativa, porque além de assumir uma identidade baseada em interesses constituídos nesse campo social, também assume um discurso expondo uma posição referencial, colocando-se como observador e direcionador nas relações de trabalho dos cooperados.

Além disso, alguns mediadores atuam estrategicamente na estrutura objetiva, ou até subjetiva, das ações dos cooperados, ainda que não se classifiquem como transformadores das relações sociais então vivenciadas pelos catadores da lixeira da Terra Dura. Perceber-se, desta maneira, que em determinadas situações das suas práticas, aqueles que deveriam atuar enquanto “promotores” da participação integralizada, propalada pelo discurso do poder público, contrapõem-se, atuando como detentores absolutos do poder de decisão.

Uma destas contradições pôde ser exemplificada quando um representante ressaltou que assume uma postura desinteressada em interferir nas forças dinâmicas dos processos decisórios das ações da cooperativa: “Eu acompanho, direciono, faço todo o contato pra que aquela cooperativa dê certo. Sou eu que acompanho toda a movimentação das ações ali dentro [...] *Eu digo assim, mas parece que em alguns momentos, eu sou dono daquilo ali. Mas não sou*” (Grifo nosso) - (A.B. – entrevista).

A postura de um mediador implica, pelo menos em teoria, ser um agente munido de um discurso alternativo para a promoção de soluções às possíveis divergências nas relações, operacionalizando com postura imparcial, renunciando aos seus próprios interesses. Entretanto, esse representante não é um indivíduo sem influência nas relações estabelecidas na CARE, mesmo quando há renúncia em seu discurso, pois evidenciamos que a sua presença, envolta de uma detenção do capital simbólico repleto de “poder”, induz uma interferência decisória, na maioria dos casos, em intervenções práticas. Na pesquisa, demonstramos que o reconhecimento desse representante, enquanto possuidor desse potencial, configura-se totalmente incompatível com a identificação apresentada.

Porquanto, o discurso feito pelo principal representante de intermediação entre o MP e a CARE, contradiz sua prática frente à cooperativa, uma vez que foi verificado um conjunto de ações e práticas de articulação política com objetivos bem acentuados para a manutenção do “poder”²⁹ ou de “noção de pertencimento” (COMERFORD, 1999). A exemplo do direcionamento dos processos administrativos e de participação mantidos nessa entidade³⁰. No entanto, para consolidar a função destes representantes, é necessário referenciar a importância de estarem equipados de *capitais simbólicos*; é preciso entender que

²⁹ A sua justificativa para tal posicionamento frente às ações da cooperativa não estava na sustentação de um próprio favorecimento. Porém, no seu discurso, enfatiza que foi o integrante do MP indicado quem tinha uma maior identificação com esse espaço social e poderia manter o trabalho de assistência aos cooperados.

³⁰ Ao tocante à postura desse representante do MP, será melhor abordado no capítulo adiante da dissertação.

“o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital” (BOURDIEU, 1998a, p. 134, 135).

O representante é coberto, assim, desse poder simbólico e determina efeitos variados na relação estabelecida com os cooperados, sendo que delimitar a grandeza desse poder é de extrema importância para o estudo realizado. A presença da concepção de posse de um capital cultural confere ao representante um destaque dentro do espaço que frequenta e com o qual interage. É um agente que conquista um relativo acréscimo ao seu capital social, dada à facilidade e necessidade de construir um processo de mobilização desses cooperados e influenciar nas decisões dos mesmos. Como em um jogo, o indivíduo direciona seus atos de “dominação” segundo sua posição em um determinado espaço social.

No caso da cooperativa, o limiar justificador e legitimador a ser considerado no princípio de mediação se consolida na medida em que o representante adquire o papel de aglomerar os interesses dispersos nessa entidade, atribuindo uma “fala” àqueles que não possuem. Essa “fala” está repleta de poder, contendo recursos simbólicos e servindo como diretriz para legitimar e determinar as relações sociais. Nesse sentido, o poder concedido a esse representante atribui um contorno qualificado enquanto identidade de comando na cooperativa em destaque.

O comentário de um cooperado acrescenta elementos significativos à presença desse representante nas articulações internas da cooperativa, ressaltando sua importância.

Eu tive alguns problemas aqui na CARE. Logo no começo. Quiseram me tirar [...]. Então, eu disse: então risca o meu nome aí. A. B. (representante do MP) foi na frente e não deixou até hoje. A.B. é o nosso anjo protetor. Sem ele aqui pra ajudar, num sei não se tinha a gente aqui na CARE hoje (J.P. – entrevista).

Dessa forma, o cooperado afirma a importância do papel que o representante media em assuntos conflitantes nesse espaço social.

Bourdieu reforça que “a intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento” (1998a, p. 165). Ainda, segundo o autor, o direcionamento do nosso olhar ao representante será dado tal a importância das suas ações, definindo a sua conduta ativa das relações. O mediador é o principal interlocutor com outros espaços sociais e recorre a critérios objetivos para direcionar as transformações daquele local. “Seu prestígio e poder como mediador deriva, por um lado, das demandas que originam-se, por assim dizer, de baixo e, por outro, das ligações que é capaz de mobilizar” (BEZERRA, 1994).

Desse modo, enfatiza-se a existência de uma definição, a priori, no acompanhamento das ações, principalmente com os cooperados ligados à direção, pelo qual é respaldado no discurso de um membro: “Precisa falar antes com A.B. pra gente direcionar alguma coisa aqui. Ele que dá bastante ajuda aqui na cooperativa. [...]. Ele é o principal interlocutor da gente aqui com os outros parceiros” (V.R. – entrevista). Essa postura é estendida aos outros cooperados, criando uma espécie de dependência em relação ao mediador, fortalecendo a expressão do “*poder*” sobre estes. Conseqüentemente, o representante-mediador conquista um “*status*” com um papel significativo em um conjunto de relações aplicadas na cooperativa, ou seja, no ambiente cooperativo todos são “iguais”, “mas parece que em alguns momentos, eu sou dono daquilo ali. Mas não sou” (A.B. – entrevista).

2.2 Participação e construção das relações de força

Quanto à discussão aqui estabelecida, faz-se necessário indagar sobre o que foi determinante para possibilitar a mobilização de um número de ex-catadores, resultando em uma política intervencionista, ou seja, o processo que possibilitou articular esse grupo social a uma nova forma de organização, da qual surge a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE). A partir desse substrato, faz-se *mister* problematizar e esclarecer quais foram as concepções políticas e/ou práticas participativas que marcaram o debate de criação desse espaço social.

Nesse momento, as atuações dos representantes do MP como mediadores do processo se caracterizam por estimular o esboço ou arquitetura conferida ao processo de criação dessa organização coletiva. Pois, a atuação dos representantes implicou em um fator a ser considerado decisivo para participação/adesão de ex-catadores à cooperativa em destaque.

Começou a trabalhar a formação da cooperativa, fazendo aquilo que eles sabem, que é a questão da separação de resíduos sólidos. Mas não dentro de uma situação de uma lixeira. Voltado agora totalmente ao contexto de uma coleta seletiva, um trabalho mais digno, né?! Um trabalho onde o cidadão, ele se sinta realmente cidadão [...]. Não foi uma coisa imposta, foi todo um processo discutido com eles lá dentro do lixão. Pra isso, nós fizemos um barracão e foi feito todo um trabalho, juntamente com a equipe técnica do Programa de Defesa Comunitária. Um processo de dinâmicas de grupo, né?! Aquele processo de conscientização, palestras, né?! Mostrando a eles, o que é que realmente é o cooperativismo, distinguindo doação de uma empresa pra uma cooperativa, de uma associação e tudo isso eles passaram por esse processo. Motivação e auto-estima. Então, foi uma coisa construída da base, não foi nada imposto. Então, por isso que eles se refletem. Até porque, é uma cultura totalmente diferenciada desse público [...]. Não existe esperança dentro de um trabalho daquele ali dentro de uma lixeira. Então, foi todo um processo de mobilização e conscientização pra que eles realmente participassem da cooperativa. E é muita resistência ainda, né?! Por conta do compromisso, né?! Ele dentro da lixeira, ele vai a hora que ele quer, ele trabalha como quer, né?! [...] Então, mudando já pra o processo da cooperativa, realmente é uma transformação, né?! A gente sempre fala que ele entra limpo e ele sai limpo. Quando no lixão, ele entra limpo e sai sujo, porque não tem condição de ele levar uma vida saudável lá dentro. Então, é isso o que levou, o que despertou, é essa outra condição de um trabalho mais digno (A.B. – entrevista).

Portanto, em meio à discussão, devem ser consideradas questões referentes à necessidade de constatar o processo das práticas participativas estabelecidas entre os catadores para a criação da unidade produtiva. Na busca para essa dinâmica de cooperação, o que se verificou foi o esforço dos representantes do MP em creditar, de maneira reflexiva, a necessidade de participação à expectativa de mudança de vida que poderia advir do estabelecimento de novos “ambientes de trabalho”. A insalubridade, como foi indicada pelo representante do MP, configurou-se como ponto de partida para a reflexão sobre as demais necessidades desses trabalhadores.

Dessa forma, é importante realizar uma discussão acerca do tema da participação, pois é notória a ênfase da presença desse instrumento nas relações estabelecidas por esses agentes. São nesses espaços de participação que observamos um jogo de interesses responsáveis por lançar a mobilização aos catadores e a existência expressiva de creditar um saber fundamentado através do poder simbólico do discurso compatível para aquele espaço. Entretanto, considera-se aqui que os processos das práticas participativas entre os catadores é um fator potencial para a compreensão das relações mantidas nessa organização social.

Observou-se que os agentes envolvidos em torno da pesquisa, cooperados e representantes – assim como na sociedade em geral –, reagiram a uma convocação para a possibilidade de participação nos espaços de formação e de tomada de decisões. Foi constatada a existência de reuniões ou espaço de “sociabilidade” e dinâmicas ou cursos, onde se expressava e exercia a participação.

Fizemos um salão³¹ grande, justamente pra poder ser utilizado pra fazer as reuniões. Então foi ainda lá mesmo no lixão que começamos a fazer dinâmicas de grupo no sentido de mobilizar, no sentido de conscientizar da problemática deles. Mobilizar para formar, né?! No sentido de formar a cooperativa [...]. As

³¹ Denominação que era um galpão de madeirite (nome dado para o compensado resinado para construção) construído dentro da lixeira da Terra Dura e onde foram realizadas as primeiras reuniões de mobilização com os catadores de resíduos sólidos.

reuniões era um trabalho que a gente vinha fazendo sempre, já no sentido de despertar a questão do cooperativismo (M.C. – entrevista).

Também foi constatado, no que diz respeito à contribuição dos cooperados, que durante as reuniões para a mobilização dos catadores, havia um desinteresse por parte dos agentes em atender aos convites dos representantes do MP. O comparecimento só ocorria frente à promessa de incentivos mais palpáveis que a própria instituição da cooperativa.

Pra você ver, o curso de motivação e cooperativismo, pra o povo poder participar, a professora tinha que tá prometendo agrado, sorteio de quentinha, assim mesmo quase ninguém ia participar. Aí, foi, foi, foi, a escolinha acho que acabou, deve ter acabado, o galpão, a escolinha, se você for lá tinha um galpão de madeirite [...]. Curso que teve lá dentro com os alunos. Cada aluno tinha R\$ 50,00 por mês e vale-transporte, tinha lanche, tinha janta, tudo isso foi oferecido lá aos 60 alunos lá de dentro. Cada um tinha R\$ 50,00 todo mês e tinha essa mordomia toda pra poder participar das coisas [...]. Poucos da cooperativa aprendeu alguma coisa, poucos, 3 (três) ou 4 (quatro) aprendeu, foi muito. Ainda mais oferecendo dinheiro, se não, não tinha não. O povo muito desinteressado, desinteressado mesmo. Acho que até hoje é assim (J.C. – entrevista).

Desse modo, em relação ao princípio de participação nesse espaço social, certos questionamentos podem ser apresentados como fundamentais: por que houve um estímulo para os ex-catadores participarem das reuniões?; quais foram os interesses para o desenvolvimento dessas práticas participativas?; as práticas participativas foram estabelecidas efetivamente na CARE?

Em meio a essas referências de discussão e de estruturação ao conhecimento da participação, significa a validade de adotar uma postura em problematizar acerca da contextualização dessa categoria abordada e os pressupostos determinantes para a formação da cooperativa em destaque.

A importância da participação nas discussões contemporâneas permite ressaltar que essa prática se apresenta de forma significativa e indispensável às relações sociais. Porquanto, alguns autores que configuram esse debate científico acrescentam que o requisito

fundamental está nos elementos formais de interesses comuns e na produção de deliberações consensuais inseridos em um determinado espaço coletivo. Em meio ao exposto acima, Bezerra destaca que “as experiências de participação popular podem [...] constituir um novo canal de intervenção” (BEZERRA, 2004, p.146).

Podemos acrescentar que nos espaços coletivos controlados pelo poder público, os discursos enfatizam que a participação atende ao princípio de uma finalidade composta na aplicação de práticas democráticas que faz suscitar a noção de cidadania. Entrementes, especificamente nessa questão, representantes públicos parecem demonstrar determinadas ações antagônicas, contradizendo as idéias de participação entre os cooperados da CARE. A exemplo da postura em condicionar ou influenciar as ações dos indivíduos nesse espaço, destinado às suas relações de trabalho, garantindo a si mesmos a pretensa posição regular de mediadores; o que parece configurar-se uma legítima passividade nos propósitos de participação desses cooperados.

Pode-se afirmar que esse espaço social caracteriza-se na inexistência de participação ativa e dinâmica dos cooperados. É um ambiente onde se estabelece um posicionamento de “poder” do mediador nas relações sociais da cooperativa (geralmente aquele ator político que possui as camadas apropriadas do saber, ou seja, o “*habitus*”³²). Ao se considerar as relações de poder desse representante entre os agentes da entidade cooperativista, podemos ponderar questões tais como a capacidade de influência e suas conseqüências sobre a manutenção do conjunto de ações essenciais à construção das relações nesse espaço social.

A idéia de “poder” nas relações de cooperativismo é geralmente estabelecida como algo que está igualmente acessível a todos os agentes envolvidos e representa uma

³² O conceito de *habitus* que Bourdieu desenvolve corresponde a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações, ou seja, um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo do tempo, permitindo a percepção e ação em espaço social.

condição de regulamentação das forças. Infere-se que esse poder já não é mais necessariamente atribuído a uma pessoa, mas, segundo Bourdieu, “garantem aos seus ocupantes um **quantum** suficiente de força social ou de capital” (1998, p. 28, 29). Todavia, os elementos que amparam a articulação acerca da efetividade das formas de poder em uma estrutura específica são capazes de serem alterados e, dessa forma, não são totalmente ordenados como definitivos.

A caracterização do poder está demarcada pelos limites do campo e o agente que obtiver o maior volume de “capital social³³” sempre se destaca (PUTNAM, 1996), ou seja, aquele que é mais poderoso exerce uma subjugação ao outro que expressa menor volume de capital social. Contudo, na tentativa de compreender as relações entre os agentes presentes na cooperativa, percebe-se a predominância, em certos agentes, de configurações próprias da adoção do poder que apontam para interesses comuns e que somente conquista força pela postura inerte da maioria dos cooperados. Entre esses últimos foi observado que o volume de capital cultural é mínimo.

Entretanto, por meio das ações dos cooperados nessa entidade, a postura passiva que geralmente predomina nessa dinâmica de participação pode ser convertida em ações aguerridas por seus direitos. Isso ocorre na medida em que alguns cooperados passam a identificar os “códigos” das crises estabelecidas e enfrentadas nessa cooperativa, além de enxergar com maior clareza os “inimigos”, aqui representados por cooperados de um mesmo grupo de parentesco, lançando posicionamentos contrários às condutas desses indivíduos.

Ainda nessa discussão, a participação é ressaltada e se apresenta de forma legítima dentro desse espaço de cooperativismo como um elemento importante a ser estabelecido. É considerada uma base capaz de servir de diretriz para definição de determinadas condutas e

³³ "Aqui o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas" (PUTNAM, 2000, p. 177). O autor atribui como um elemento simples para a implementação de processos de cooperação.

práticas que os agentes assumem em relação ao modelo de um espaço de interlocução constituído. Contudo, cabe ressaltar que essa relação entre os agentes sociais possibilitou o acionamento de ações condicionadas, assumindo um comportamento de passividade, sustentando cada vez mais a ausência da dinâmica de participação nesse espaço. Dessa maneira, os objetivos idealizados pelos cooperados detentores de maior poder terminam por projetar um pretense e regular desenvolvimento de suas estratégias de “domínio político” (BEZERRA, 2004) sobre aqueles que não possuem os códigos desse processo e não se reconhecem como tais. Ainda segundo o autor, “a importância do controle destes elementos reside em grande medida no fato de constituírem historicamente fontes de poder social” (idem, p.165).

2.3 Os efeitos das relações de força

Acerca das práticas nas quais os cooperados e os representantes do MP estão introduzidos há certo paradoxo, pois nota-se que esses agentes estabelecem uma relação bastante ambígua. Ainda que durante o trabalho empírico tais atitudes pareçam óbvias, faz-se necessário explicitar tais diferenças, haja vista que a partir delas são definidas as posições que cada indivíduo assume na relação que constituem.

As concepções das práticas para os cooperados permitem inferir que estes são motivados pela necessidade do seu trabalho e, conseqüentemente, da sua sobrevivência, por isso se submetem, mais das vezes, às regras presentes nesse espaço. Porquanto esse é um requisito fundamental para a sua permanência, até porque uma vez não assumida a identidade do dominante e não obedecida às normas, passa-se a correr os riscos que são determinantes para sua permanência nas atividades cotidianas da CARE.

Já os representantes do MP sustentam ser um apoio em torno da causa de proporcionar aos cooperados uma assistência adequada referentes aos assuntos que requer uma melhor representação social, assim assumem a sua existência na cooperativa. Estes se movimentam estabelecendo alianças nos espaços e seus interesses são alcançados não somente em função das participações dos cooperados, mas também em função do raio de alcance dos seus interesses. Portanto, tais interesses têm uma relação diretamente vinculada ao grupo dos cooperados, esses, por sua vez, admitem que as suas práticas estão sob a orientação dos representantes do MP.

Na presença de concepções e elementos que edificam os princípios de uma cooperativa era de se esperar que cada indivíduo ocupasse posições determinantes na estrutura com a qual se relaciona, não se deveria supor algo diferente. Todavia, o que se pretende nesse ponto é averiguar o fato de que para se estabelecer enquanto um grupo que se proclama e opera com uma coesão relativamente forte, foi necessário construir uma dependência para com as condutas dos representantes, o que lhes concede legitimidade e destaque na CARE.

Com isso, ao analisar a trajetória da CARE, constatou-se que desde sua origem ocorreu uma construção de instrumentos favoráveis para consolidar as bases da autoridade e, na seqüência, foi incorporado pelos cooperados. O que se originou como discursos e normas e permitiu assinalar o que delinea a possibilidade de denominar de “poder”, surge a partir de um processo em que ambos, cooperados e representantes, foram influenciados pelos padrões de pensar e de agir, contribuindo decisivamente para a criação da cooperativa. Significa dizer que a constituição da CARE foi um processo que foi se constituindo num espaço onde veio se situar um jogo social de interesses, ademais os cooperados agem movidos pela submissão e obediência.

A cooperativa é arquitetada no conjunto de uma dinâmica relacional e, a partir do jogo de interesses, irá se aproximar de um contorno em que os cooperados e os representantes

envolvidos possam se identificar; é nesse processo de construção que as identidades individuais e de grupo se erguem. Os agentes que aqui estão sendo analisados se identificam como membros da cooperativa, mas há uma distinção entre aquele cooperado participante que pratica a sua participação e aqueles outros, geralmente vinculados a um grupo composto por cooperados condicionados a apenas reproduzir as posições de integração.

Portanto, há uma ampla contradição no engajamento entre os cooperados identificados com a proposta de uma prática participativa e o tipo de envolvimento com tal proposta se delimita em função das ações e dos interesses de um grupo. Pode-se observar a existência dessa prática na demonstração de uma análise que virá a seguir, em que a construção se processa a partir de ações explícitas aos limites que determinam à participação dos cooperados.

Aqui é assim. Fala que a gente participa, mas é tudo obrigado a ir pra participar das coisas. Eu só vô mesmo porque é obrigado. Porque eu não gosto de ir. O povo daqui só fala de fofoca, de briguinha. Aí por aí começa, todo mundo fica desunido. Aí ninguém entende nada [...]. É assim, é por isso que não tem união, às vezes a gente vê uma coisa errada e não pode falar. A gente diz a ela (presidente), aí quando nós fala é ruim [...]. Eles querem que a gente vá pra reunião, mas quase ninguém entende nada. A quantidade que dá por mês tem lá no papel. Quem sabe lê, quem não sabe quase nem pergunta. Assim é bom pra eles, coloca qualquer coisa e nós aceita. Eles não tem interesse pra os outros aprender a lê, porque é bom eles bota pra lá em cima da gente (S.S. – entrevista).

A partir do conteúdo desse discurso poderiam ser construídas análises orientadas por diferentes enfoques, mas o que interessa aqui é perceber como se forma as normas desse ser e fazer participante e como se situa o cooperado frente à proposta de uma prática participativa. Diante do que lhe é imposto, o cooperado deverá considerar a possibilidade de se submeter aos ditames das recomendações ou optar em permanecer numa postura passiva, para não sofrer as conseqüências que significaria em uma suspensão das atividades diárias e até no seu desligamento da cooperativa.

Desse modo, o cooperado deverá, em conjunto com os demais associados, realizar uma análise dos benefícios frente às perspectivas que lhe são oferecidas. Qualquer uma das alternativas aqui citadas provocará formas diferenciadas de relação entre os cooperados e os representantes do MP, esse último, que até então lhe auxilia. Com isso, pode-se dizer que uma situação na qual se verifica um receio às condições que lhe são apresentadas, permite a estes escolher alternativas referentes ao campo da compreensão racional dos fatos,

[...] determinada pela crença consciente no valor – interpretável como ético, estético, religioso ou de qualquer outra forma – próprio e absoluto de um determinado comportamento, considerado como tal, sem levar em consideração as possibilidades de êxito (WEBER, 2001, p. 417).

A compensação material, o costume, os valores e o puro afeto são interesses que possibilitam o consentimento à dominação por parte do dominado. Mas nenhuma dominação pode ter garantida sua permanência se lhe faltar legitimidade, já que os interesses do dominado por si não asseguram a persistência da dominação. Se do lado dos cooperados dominados é preciso que haja certo mínimo de vontade de obedecer, do lado do representante se faz necessário um esforço para despertar a crença na legitimidade da dominação. Nas palavras do próprio autor:

Conforme ensina a experiência, nenhuma dominação contenta-se voluntariamente com motivos puramente materiais ou afetivos ou racionais referentes a valores, como possibilidades de sua persistência. Todas procuram despertar e cultivar a crença em sua 'legitimidade' (WEBER, 2000, p. 139).

Diante da discussão aqui ensejada é importante, para as análises das práticas estabelecidas nesse espaço social, apreender que os cooperados também se vêem diante de um modelo diferente para a fundamentação da sua prática, uma “relação patrono-cliente” (WOLF, 2003), a qual oferece vantagens e desvantagens em relação ao outro. Como será averiguado

mais adiante, cooperados e representantes irão buscar compatibilizar os seus interesses em relação a este modelo.

Assim é que, algo relativamente comum de observar entre os cooperados é a aceitação às propostas de um “*patrão*”, pois estes não estariam equipados de uma racionalidade que permitisse conduzir as ações da cooperativa. Porém, essa “*posição*” é por si só, um elemento interessante, porque informa àqueles com quem se relaciona uma parcela carregada de legitimidade a esse espaço social.

Ainda que parte desses bens não seja conscientemente considerado pelos cooperados, os bens simbólicos e materiais subjacentes a este agente os condicionam a se submeterem a tais regras. Nesse sentido, “aqui emerge o elemento de poder, o qual, em outros casos, é mascarado por reciprocidades” (WOLF, 2003, p. 109). Ao gerar certo posicionamento de poder em torno do que vem a ser as definições das práticas participativas o que está em curso são os cooperados deterem a forma de respeitar essa configuração arbitrária. Ao mesmo tempo, esse posicionamento submisso às determinações desse grupo dominante irá representar a possibilidade de adquirir as condições para se manterem enquanto cooperados.

2.4 O exercício do mando

Observou-se, nas práticas diárias, que o poder simbólico desse grupo é bastante valorizado nas relações dessa cooperativa e a discussão até aqui desenvolvida percorre o eixo de análise que indique as respostas para os questionamentos estabelecidos nessa pesquisa. Por mais que em certos momentos existam elementos de conflito nas relações da CARE, esse espaço social se desenrola a partir do jogo social, nas trocas e na manutenção dos interesses.

Dessa forma, estes agentes estabeleceram um processo de comando sobre os participantes, conduzindo os elementos estratégicos no qual tece uma rede de confiança e vantagens.

As vantagens se assentaram sobre a relação com os demais cooperados ao longo da trajetória da cooperativa e a desconfiança, inerente ao começo de qualquer relação, cedeu espaço a um processo de condições ideais para a aplicação dos parâmetros que servem para a regulação da condução social dos cooperados. Com isso, é na configuração de tal relação que os conceitos básicos do mandonismo conquistam potência e passam a ser movimentado para ocupar as melhores posições nesse espaço social (CARVALHO, 1997).

Esse capital social, aqui utilizado, é um recurso simbólico que dinamiza a forma dependente segundo a qual está configurada a relação estudada. É importante entender que a posse de um significativo volume desse capital social, interpretado nessa condição de mando, faz com que os cooperados se sintam presos com maior força a estes círculos de relações da qual fazem parte. Dessa forma, este argumento proporciona as bases servindo como meio de conclusão a partir do qual as relações entre o representante do MP e os cooperados da CARE se sustentam. Porquanto, esse processo de dependência relacionado à posição de comando gerado, cujo sentido se estabelece a partir de uma relação de forças e seu regular desenvolvimento, é responsável por fundamentar a configuração conforme a resultante interação dos agentes envolvidos.

A legitimidade das ordens desse representante está calcada na “política tradicional” (Idem, 1997), embora seu poder de mando também se exerça com certa margem de arbitrariedade, sobretudo nas situações em que a tradição não encaminhou um juízo. Mesmo assim a tradição impõe limites aos poderes habituais desse agente, do qual não pode se descuidar sob pena de esfriar sua dominação, já que não está ao seu alcance instituir um novo direito. Obviamente, o livre arbítrio permite ao representante agir segundo sua

afetividade, sua simpatia ou antipatia em relação aos cooperados, numa relação marcada por princípios utilitaristas e não formais.

Nesse sentido, ao fazerem parte de uma rede constante de mando, os cooperados oferecem legitimidade aos representantes e estes, por sua vez, criam as condições práticas e simbólicas para serem reconhecidos. Enfim, o representante somente foi reconhecido e conquistou a posição de mando nesse espaço por onde circula estabelecendo suas alianças e também conduzindo consigo o poder simbólico acumulado pelo seu legítimo reconhecimento enquanto agente significante a esse espaço. Do mesmo modo, os cooperados serão reconhecidos e terão destaque na medida em que estiverem aliados a esse indivíduo.

Um dos motivos do reconhecimento pode ser o objetivo claro de obter alguma recompensa com fim material ao obedecer tal representante, como foi observado na expressão de um comentário:

Vejo acontecer muita coisa errada aqui, mas pra que eu vô falar. Não vô ganhar nada com isso. Pra mim tá tudo bom. É mio obedece e trabalha. Isso, eu sei que a gente ganha mais. Preciso trabalha e ganha meu dinheiro aqui. Me dê licença (C.S. – entrevista).

É interessante observar nesse relato que o simples fato de prestar obediência são motivos de ordem individual que se traduzem em valores morais. Nesse caso, o cooperado dominado obedece pelo fato de estar consciente de que obedecer é uma questão de necessidade, ou seja, é determinante à sua recompensa material do “dinheiro”, alcançando alguma lucratividade. Seus princípios, seus valores, ainda que difiram dos demais cooperados, é o guia da sua conduta e base do seu comportamento de subordinação.

A compensação material é um dos interesses que possibilita a aceitação à dominação por parte do dominado. Mas nenhuma dominação pode ter garantida sua permanência se lhe faltar legitimidade, já que os interesses do dominado por si não asseguram

a persistência da dominação. Se do lado dos dominados é preciso que haja certo mínimo de vontade de obedecer, do lado do representante se faz necessário um esforço para despertar a crença na legitimidade do comando.

Pode-se dizer, então, que sua reprodução de comando se efetiva pelo fato desse representante atuar praticando contatos com instituições externas e entre os cooperados, principalmente os pertencentes a uma mesma família. Em meio a esse processo de estruturação e de consolidação terá seu poder simbólico enriquecido pelos cooperados que os legitimam, da mesma forma que esse agente atribui uma importância significativa a esse grupo de cooperados da “família”.

Evidências empíricas que dão conta desse processo de relações de comando foram verificadas na própria manutenção dessa relação, constitutiva como amostragem da ocorrência de elementos típicos do “mandonismo” (CARVALHO, 1997). Contudo, ainda que se possa verificar um relacionamento tenso, ficou demonstrado que tais conflitos não chegam a representar riscos a um possível comprometimento dessa representação. Nesse sentido, o que se verifica é uma postura de obediência, que na atual conjuntura, assume uma marcante expressão.

Desse modo, em torno das práticas estabelecidas na CARE, ficou evidente que o representante possui um poder de mando nas ações dos cooperados e, ao mesmo tempo, fica implícito nesses um sentimento de inferioridade. Esta constatação encontra referência direta no relato de um cooperado em momento informal, enfatizando as práticas do membro da direção.

Não adianta. A gente tem que obedecer e não pode reclamar. Ela não é patrão de ninguém. Todo mundo tem direito ali, mas aí, quem vai abrir a boca pra depois sair de ruim, que nem eu. Só fui reclamar do meu salário que está atrasado mais de dez dias, mas levei a pior. Tô suspenso (G.S. – entrevista).

Um exemplo simples, porém significativo do que aqui está sendo considerado, pode ser identificado no comentário proferido por G.S., é a observação da imposição de “um silêncio”, submetendo os cooperados a inibição do seu agir. Porquanto, compreende-se que a CARE foi submetida a um processo de transformação, apresentando uma contradição às suas normas institucionais e que, nesse sentido, há evidências na cooperativa que demonstram as relações com os fundamentos típicos de patrão e cliente (WOLF, 2003), bastante presente numa estrutura de produção tipicamente capitalista, descaracterizando os alicerces que permitem uma construção coletiva desse espaço social.

Em meio a essa discussão, vale ressaltar que a existência desse “patrão” no comando da cooperativa, concorre para que determinada estrutura não permita a aplicação da sua auto-gestão. Nesse contexto, as estratégias da sua conduta produzem um efeito relevante capaz de gerar uma prática na manutenção da natureza capitalista, na qual acentua o grau de subordinação dos cooperados em relação a esse representante e a ineficácia frente ao grau das participações que lhe são demandadas ao seu cotidiano.

Assim, considera-se pouco provável a construção de espaços de participação, na qual os atores dominados possam impor outra lógica que venha a interromper a racionalidade dominante ou até desenvolver consensos possíveis em torno de contextos favoráveis a isso. O que também pode ser ressaltado como impraticável é a superação da relação de mando e obediência entre esses cooperados, relação esta que foi provocada a partir de uma situação de ausência de ações com caráter participativo, ou seja, no que se refere à normatividade de um espaço cooperativista.

Diante do que está demonstrado, é interessante afirmar que os representantes constroem e atuam a partir do plano em destaque, ou seja, o exercício do comando sobre os cooperados. Este é um elemento que promove distinção nas práticas participativas dos cooperados e diante desse limite apenas lhe reserva aceitar a situação imposta apresentada por

esse sistema. Sendo assim, ocorrerá aquilo que durante a pesquisa foi subtendido, ou seja, agentes inseridos nesse espaço que conduziram os demais participantes a acatarem os seus comandos.

Ao estabelecer essa relação de subordinação de um para com outros, verificamos o ensejo de uma relação na qual alguém detém as regras do jogo e sempre pressupõe a troca de favores. Verificamos assim, que o desenvolvimento das práticas está envolto em mecanismos condicionados e vazios de contestações, permitindo inferir que as relações clientelistas vêm acrescentar um requisito fundamental e importante para a forma real das ações desenvolvidas na cooperativa em destaque.

2.5 Participação ou clientelismo?

Os fundamentos de uma discussão em deferência ao assunto da participação refletem o conjunto ou uma determinada justificativa no fato de ser este um ponto determinante na estrutura e no cotidiano desses agentes. Nos espaços de participação aqui analisados é possível observar expressões, nas relações de interesses e bens simbólicos, capazes de direcionar agentes nessa organização social. Desse modo, uma análise de como estabelecem os procedimentos de participação permitirá inferir um ponto significativo para compreender as relações mantidas entre os agentes sociais envolvidos nessa cooperativa.

Tomando como referencial a análise dos fatos submetidos aos ditames da participação, observa-se a sua necessidade e importância nesse espaço social. A presença da concepção de participação acrescenta um requisito fundamental para a sua prática, a partir da qual o indivíduo estaria produzindo deliberações para o interesse coletivo. Cabe ressaltar que

nos espaços dirigidos pelo poder público a participação é comparada à constituição de práticas que geram cidadania.

O princípio de participação, que está legitimado atualmente através de condutas convencionalmente denominadas “práticas participativas” (BEZERRA, 2007), coincide com a intensificação do processo de liberalização política do Estado, como salienta o mesmo autor: “defende-se que a sociedade civil passe a ocupar um espaço maior nas decisões e no controle das ações do Estado, quebrando assim o monopólio das autoridades, técnicos e funcionários governamentais na definição das ações públicas” (BEZERRA, 2004, p. 149).

Em meio a esse processo destacamos o desígnio da estruturação de uma grande variedade de espaços e instrumentos de participação, com o intuito de abranger todos os cidadãos nos contextos até então tratados exclusivamente pelas instituições estatais. Coincidente a esse período, advém as bases do surgimento de movimentos de estruturas de espaços sociais, conformados à pré-existência de normas e discursos, cujo delineamento é possível encontrar na aplicação da participação.

As discussões em relação às contemporâneas estruturas de participação permitem inferir um requisito fundamental para sua prática, qual seja, a existência de uma mudança na estrutura social e de poder. Isto porque essa perspectiva teoricamente concede poder ao indivíduo, porém elementos ocultos acrescentam um entendimento a respeito da articulação e efetividade da atuação nesse espaço social.

Quem vai passar todas as informações da CARE pra você. Desde o início até agora é A.B. Porque aquela cooperativa, desde o início não dá um passo, sem falar com A.B. É ele que dá todo suporte aos cooperados lá de dentro e também é a pessoa do MP que faz essa ligação deles com os outros [...]. Ela pode até ser autônoma (cooperativa), mas ainda precisa de muito dos trabalhos e contatos dele. Pois, se não fosse ele ali até hoje, a CARE não era nada. Ele conhece todos e tudo aquilo ali e é a pessoa que todo mundo respeita (C.V. – entrevista).

É possível visualizar um panorama crítico no princípio ressaltado por C.V. (2008) em relação à participação, de modo particular, uma determinada evidência de aspectos pertinentes e valorativos ressaltando para uma “dominação” dos representantes do poder público sobre os cooperados, em que “o mandão, o chefe, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso” (CARVALHO, 1997).

Dessa forma, podemos acrescentar que os posicionamentos desses representantes carregam expressões, parecendo estar acima de qualquer suspeita; que podem ser consideradas sob o rótulo do “clientelismo”, fundamentando o processo das ações da cooperativa em uma importante prática, em que a manobra do próprio cooperado é praticamente inexistente, ou seja, “clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo” (Idem, 1997).

Por outro véis, na possibilidade de conceber mecanismos de participação dos cooperados como parte da estruturação dessa cooperativa, as ações acabam enfrentando práticas clientelistas que são responsáveis em delimitar e fundamentar os campos de regulação das relações sociais mantidas nesse espaço e, conseqüentemente, ocupam um problema central merecedor de atenção:

A gente faz reunião aqui pro pessoal. Mas eles não participam. Sei lá. Fica assim meio assim num sei. Toda vez é assim. A gente chama pra reunião. Aí a gente faz assim: se não vim pra reunião, não participam das festas. Das festas de aniversário que a gente faz aqui dentro. Ah, aqui tem que ser assim. Se não ninguém vem pra ir pras reunião e não tem reunião (V.R. – entrevista).

Pode-se dizer, em que pese à participação desses cooperados, que esta é uma questão pouco discutida entre os mesmos. Este determinado fenômeno induz ao pretense e regular desenvolvimento de estruturas de dominação entre as relações estabelecidas na cooperativa, de forma que o clientelismo encontra uma instrumentalização produtiva para o

seu desenvolvimento. Bezerra (2001) afirma que essa categoria é responsável por lançar a idéia de que o clientelismo implica na troca de benefícios, tornando-se um objeto merecedor de atenção nessa dinâmica. O mesmo afirma que essa relação atende ao pressuposto da centralização de alguém que detém as regras do jogo. Deste modo, a aplicação das regras e considerações referentes à prática das ações são tomadas por alguém que domina ou controla conhecimentos sobre direitos e deveres.

É importante entender que o espaço social transformado assume uma configuração estabelecida no jogo de poder, instituindo uma hierarquia definitiva e com participações homogêneas. Em face dessa dinâmica, pode-se observar uma tendência à passividade entre os presentes da CARE, onde os cooperados incorporam condutas compatíveis às ações “reguladoras” dos representantes do MP, identificados como aliados dos membros dessa cooperativa e que, ao mesmo tempo, permite realizar a ocorrência da projeção de estratégias de conquista sobre os membros e de resistência por parte dos cooperados.

A dimensão fornecida no contexto em que efetivam as práticas participativas se apresenta como um requisito importante a ser considerado e desse modo é que ocorre o fato dos cooperados adotarem determinadas posturas em relação à aplicação objetiva de interlocução. Contudo, convém salientar que o cooperado, refletindo sobre sua realidade e sobre as possibilidades que o momento lhe apresenta, assume um comportamento conveniente para a ocasião, ou seja, nas relações estabelecidas nesse espaço social, as estratégias utilizadas o tornam menos dinâmico à prática de participação. Atitudes contributivas aos mecanismos de regulação das condutas com a consolidação da preservação da “liberdade”, idealizados pelos agentes de maior poder, podendo ser utilizadas para criar certa resistência da sociabilidade na cooperativa em destaque.

Entretanto, ao se discutir as práticas participativas, ressaltando os aspectos mais pertinentes e valorativos referentes aos princípios nos quais se fundamentam uma prática

qualitativamente mais eficiente de participação, não se elimina a perspectiva de que neste espaço é possível visualizar referenciais capazes de gerar disputas e que delas podem surgir um novo indivíduo apto a construir uma nova realidade. Assim, não se trata de ser contrário à existência de grupos antagônicos dentro da CARE, mas a que um grupo seja responsável por todas as tomadas de decisão, sem que o outro tenha voz ou voto.

Podemos acrescentar, nesse sentido, que a CARE tem sua dinâmica decisivamente influenciada pelas discussões identificadas nesse novo contexto social, a partir dos elementos constitutivos sob a categoria da participação. No princípio dessa discussão, tomada pelo plano da relação entre os cooperados e os representantes do MP, observa-se o fato de discursos e ações fundamentadas no desígnio da participação, que orientam a necessidade da construção de ações com instrumentos de interpretação que servirá de parâmetro conceitual à dimensão participativa.

Assim, pode-se visualizar um panorama geral do princípio da participação existente nos discursos dos cooperados da “família” e do mediador social. Enfatizam, de modo particular, que as ações ressaltam os aspectos que prevêm a dimensão da participação e conduzem os demais cooperados a apoiarem a lógica das dinâmicas inerentes a este espaço. No terceiro capítulo será formada uma análise das formas empíricas das relações sociais estabelecidas cotidianamente nesse espaço social, que expõem os resultados da necessidade de estabelecerem a significação de práticas participativas.

CAPÍTULO III

A RELAÇÃO DE PODER: AS PRÁTICAS DOS REPRESENTANTES E DOS COOPERADOS

Foram apresentadas no capítulo anterior algumas informações significativas que provocou a necessidade de realizar uma compreensão analítica sobre as noções e os elementos determinantes na relação entre os representantes do MP (mediador) e os cooperados que foram determinantes para a formalização da relação entre ambas as partes. Desse modo, esse capítulo estará fundamentado na construção de uma análise amparada pela pesquisa de campo, de maneira a alcançar um entrelaçamento das concepções anteriormente abordadas.

Entretanto, será importante entender de que forma se estruturou o relacionamento constatado no período atual, procurando um referencial de análise nas categorias teóricas favoráveis ao nosso trabalho. Estabelecidos por um ideal em torno da participação, é interessante apreender como surgem os níveis de interesses e quais são as implicações e concepções simbólicas que estão envolvidas entre os agentes constituídos nas relações de interação dessa cooperativa.

A dimensão atuante dos representantes se apresenta como um dos pilares das relações estabelecidas, principalmente porque tal identificação permite conferir autenticidade às suas ações sobre os outros agentes. Em meio a esse processo, faz-se presente o interesse de problematizar a noção de “participação” defendida entre os representantes citados, balizados pelas evidências do “interesse” e do “poder” predominante nas ações promovidas e apresentar a dificuldade do rompimento com tal “estrutura hierárquica”, as quais estão submetidos os cooperados.

3.1 A reprodução do poder

Considerando a pretensão do processo do conhecimento científico, nessa parte serão apresentadas as ações que tornam evidentes a relação de poder vivenciada por esses indivíduos. Entretanto, é necessário considerar que relações de poder estão condicionadas pelo volume de capital, que já foram contextualizadas nas discussões teóricas anteriores.

Deste modo, adotando como fundamento os termos discutidos até o presente momento, será necessário situar o contexto das relações estabelecidas entre o representante (mediador) e os cooperados. Uma informação importante foi extraída durante a pesquisa de campo e é merecedora de análise.

Ele quem comanda, acompanha, dá um auxílio até na questão da contabilidade da CARE [...]. Ele que tá aqui mais presente com os cooperados. Ele sempre vem aqui ver o que eles sempre precisam e já dá os toques do que eles precisam. Um material que falta. Tudo ali. É ele que faz a ponte entre a cooperativa e as empresas privadas pra conseguir recursos, materiais (C.V. – entrevista).

Em face do discurso do cooperado C.V., observa-se uma das formas de demonstração de poder presente nas relações da cooperativa. A maneira incisiva da postura e atuação do representante do MP sobre as ações junto à cooperativa é apresentada no seu discurso apontando uma possibilidade de “contradição”, conforme explicitado.

Eu acompanho, direciono, faço todo o contato pra que aquela cooperativa dê certo. Sou eu que acompanho toda a movimentação das ações ali dentro. Quase todo dia, logo de manhã, eu tenho contato ou até mesmo passo por lá, pra ver se tem alguma coisa a ser feito. Eu digo assim, mas parece que em alguns momentos, eu sou dono daquilo ali. Mas não sou (A.B. – entrevista).

Esse relato, pronunciado pelo representante do MP, anuncia uma legítima prática de atuação, defendendo princípios de aplicações “vivas como desinteressadas”

(BOURDIEU, 1996, p. 137), cuja consideração do seu exercício é firmada sob o escudo dos interesses dos cooperados. Porém, fica evidente no discurso desse agente um posicionamento de exclusividade, em que tudo gira em torno da sua pessoa, mas ao mesmo tempo, ele o renuncia. Essa atitude aparente de desinteresse esconde um jogo de interesses e que no fato, por exemplo, de apenas acompanhar e auxiliar os cooperados ele não se considera como uma influência direta àquele meio.

Entrementes, a sua atitude é objeto de contestação, pois esse mediador declara a abdicação à formalização da sua prática, alegando intenções em não lançar interferência nas ações da cooperativa, assumindo um posicionamento neutro em todo o processo como um representante do poder público na via de estabelecer um “exercício da cidadania” (BEZERRA, 2004), mas que se contrapõe às práticas vivenciadas nesse espaço social.

A figura emblemática do personagem em destaque, durante os relatos dos cooperados e demais agentes envolvidos, evidencia a existência de uma forte influência sobre os rumos das atividades da cooperativa, direcionando como devem ser as ações e as práticas entre os cooperados.

Só entrava na cooperativa quem tinha cadastro e era o pai do meu filho que tava aqui. Mas ele saiu e falei com A.B. pra ver se eu podia tá aqui. Procurei ele e assim ele me indicou pra entrar no lugar do pai dos meus filhos. Foi coisa muito boa. Porque eu tava precisando e ele ajudou a eu e o pessoal daqui. Ele é uma pessoa que ajuda a gente. É só a gente precisar, é só fala com ele e ele tá lá (M.F. – entrevista).

Esse relato evidencia como a influência desse representante garante um “regular” desenvolvimento de suas estruturas de dominação, na medida em que estabelece um maior processo de aproximação à organização. Especificamente neste caso, como já mencionado anteriormente, o mediador assume um papel relevante no trabalho de intermediação entre o poder público e a cooperativa. Cabe ressaltar que a sua indicação para compor o exercício dessa função se deve ao fato deste pertencer a um setor competente em acompanhar

fenômenos relativos ao espaço da organização social e também de ter experiências em campo. Contudo, nesse momento, o problema não era precisamente a sua indicação, mas prioritariamente o âmbito da sua atuação.

Nesse caso, é perceptível a existência do discurso que aponta a produção com a finalidade de arrebatar o seu papel na maneira de se apresentar como agente capacitado e eficaz, responsável em lançar um caráter diferenciado, transportando uma proposta da organização e participação mais adequada, merecendo atenção dos cooperados. Porém, o mesmo versa em proporcionar uma metodologia de atuação que, de maneira suposta, não valoriza o seu papel diante dos demais na defesa dos interesses dos cooperados. Acerca disso, Bourdieu destaca o seguinte: “o poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão” (BOURDIEU, 1998a, p. 117).

Ao analisar a trajetória desse representante, observa-se que suas atuações são marcadas prioritariamente por um processo de consolidação das bases para a intervenção e o monopólio legítimo sobre as práticas dos cooperados, que na seqüência foram incorporados por estes. Suscitado através de discursos e atos que caracterizaram aquele que se denomina principal mediador da cooperativa, induz para um processo de influência dos agentes, contribuindo decisivamente para a aplicabilidade do seu poder.

É importante enfatizar, também, que o poder simbólico que o representante possui é um componente de grande importância na estruturação e regulação das relações sociais analisadas na cooperativa. Esse limiar legitimador do poder está no fato desse mediador ter acumulado diversos elementos do capital simbólico. Pode-se dizer que este capital é o que tem mais validade no campo social em questão, pois parece necessário a existência de um agente confiável que represente tal instituição e, nesse sentido, esse poder é conferido ao representante do MP, expressado em um comentário de agente envolvido: “Ele consegue ser a

voz da cooperativa no contato com outras partes. Ele faz o elo entre as empresas privadas e a cooperativa, conseguindo recursos e materiais, resíduos sólidos, para o trabalho da cooperativa” (C.V. – entrevista).

Portanto, esse mediador que está ligado à cooperativa em destaque, começa a aplicar as suas práticas em “benefício” dos cooperados, ou seja, ele é o responsável por formalizar os devidos contatos com as instituições geradoras do material necessário à cooperativa, dentre outras atuações, indicado pelos cooperados como um personagem importante “*A.B. é o nosso anjo protetor*” (Grifo nosso) (J.P. – entrevista). O seu reconhecimento ao cumprir esse papel é uma referência explícita do volume de capital simbólico, que legitima a importância de ser um interlocutor nos espaços de resolução.

Apesar de o representante renunciar no seu discurso à condição de agente influente sobre as práticas participativas dos cooperados, fica evidente que a sua presença nesse meio produz um efeito de reconhecimento pelos que compõe a cooperativa. Desse modo, nota-se uma tentativa de negação do seu poder simbólico e defende que está simplesmente potencializando as ações de participação dos indivíduos envolvidos. Porém, isto não é constatado nitidamente nos discursos dos cooperados e nas observações do campo de pesquisa. Ao contrário, a prática do poder desse mediador, em certas ocasiões, torna-se determinante para o direcionamento das deliberações nesse espaço social. Sua atuação efetiva se expressa nas ações balizadas no reconhecimento do seu posto de representante do MP. Além disso, soma-se à realidade indispensável, na qual ele é reconhecido, em consequência da incorporação expressiva do capital simbólico que é apreciado e respeitado nas relações sociais da cooperativa.

Portanto, o valor do seu conhecimento tem grande importância, na medida em que se materializa com as ações geradas e consolidadas naquele espaço, ou seja, a valorização desse mediador, sua autonomia, é alcançada de acordo com as normas e práticas estabelecidas

frente aos cooperados. A sua legitimidade nesse espaço é verificada a partir de um processo gerado e instituído pela detenção de benefícios³⁴ e, conseqüentemente, sob os olhares dos cooperados conquista uma valorização ainda maior da sua identidade.

Porquanto, a defesa da legitimidade explicitada por esse mediador social está em significar que o conhecimento do cooperado é considerado inferior ao seu e dessa maneira, esses agentes estariam impossibilitados de produzir ações coerentes e com isso não alcançariam um reconhecimento no meio social, pois não estão munidos de um capital “útil” dentro das relações necessárias à sobrevivência da CARE.

O poder sobre o grupo a que se pretende dar existência enquanto grupo é, ao mesmo tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, e, portanto, uma visão única de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade (BOURDIEU, 1998b, p.111).

Na defesa da sua “unidade”, tais estratégias são utilizadas como fatores relevantes para o engajamento de propostas, disseminando a idéia que seu envolvimento pretende dar credibilidade à cooperativa, direcionando como devem ser as ações e as práticas entre os cooperados como fica demonstrado no seguinte relato:

Quem trabalhava aqui era o pai dos meus filhos, mas ele saiu. Eu tava passando necessidade e vim aqui falar com o seu A.B. Aí eu falei: Seu A.B., eu tô numa pior. O que o sinhô pode fazer por mim. Tô desesperada. Aí, deu um tempinho, uns dois dias e ele chamou. Foi, foi indicação dele pra eu tá aqui hoje. Ele tá até hoje aqui e sempre agradeço a ele. Ele tem muita força aqui. Ele e dona V.R. Eles sempre tão conversando por aqui. Os dois caminham junto. Tudo funciona aqui com as ordem dele. Ele ajuda muita gente aqui na CARE (M.F. – entrevista).

A partir do relato desse cooperado, podemos construir uma análise orientada em perceber como a figura emblemática de A.B. evidencia e confirma a forte influência nas normas da CARE. Desse modo, é importante realçar que o ingresso na entidade em destaque

³⁴ É interessante chamar a atenção nesse ponto, visto que é relativamente comum observar entre os cooperados é a adesão aos posicionamentos desse representante, definidos com um princípio ideológico da obediência e da respeitabilidade, bastante favorável para a manutenção das relações sociais. Acerca do surgimento dessa categoria, será abordado mais adiante nos nossos estudos.

foi através de cadastramento realizado com as famílias que residiam no interior da lixeira da Terra Dura e esse foi um dos requisitos que possibilitava o indivíduo ingressar na cooperativa. No que foi colocado, ressalta a persuasão da sua figura, ao ponto de abrir brechas para a colocação de um cooperado, desconsiderando a existência do sistema de regras.

Contudo, a ilustrativa fala e como é situada a postura significativa de reverência desse cooperado frente ao poder de influência desse representante, anuncia que as ações desse representante são constituídas sob o reflexo da relação de poder que é mantida entre os cooperados, de forma a garantir a sua representação e sua estrutura de dominação. Situação bem demarcada quando induz uma aproximação e introduz uma relação de cumplicidade com cooperados da direção da CARE.

No tocante a esse ponto é anunciada uma arquitetura das suas relações com até então futura direção, estabelecendo a possibilidade de ter uma aliada para as determinadas condutas sociais. Essa atuação iniciou-se com a indicação de uma cooperada para ocupar a função de presidente e assim maximizar o seu alcance de forma “legítima” entre os cooperados, dissimulando a sua dinâmica de interesses.

Na situação apresentada, é importante elucidar que a tática desenvolvida foi se aproximar de agentes que dispunham de um capital social diferenciado dos demais cooperados e dessa maneira, despertar o interesse nesse cooperado. A sua estratégia foi articular “um novo canal de intervenção” (BEZERRA, 2004), afirmando que precisava de um cooperado para conduzir as atividades dessa entidade e produzir determinados efeitos aos seus interesses, ou seja, um agente favorável para contribuir na construção de práticas cujos delineamentos foram responsáveis para a consolidação do seu poder nesse espaço social. Como referência ao que foi citado, tem-se o comentário do próprio representante:

Eu não poderia estar o tempo todo com eles lá nos trabalhos da cooperativa. Até porque nós tínhamos outros trabalhos aqui no MP e não dava pra tá lá. Até porque eles tinham limitações. Então tinha que ter uma pessoa deles lá, preparada, que pudesse dar andamento aos trabalhos e que fosse um auxílio pra mim ali dentro (A.B. – entrevista).

Corroborando com essa afirmação foi verificado que este representante estava preocupado com os andamentos das eleições que ocorreria entre os cooperados. Na tentativa de evitar surpresas, esse mediador antecipou-se e realizou articulações com alguns cooperados, dentre eles os membros da direção da CARE. Basicamente, esta ação incidiu em instituir uma manobra para constituir de maneira efetiva a manutenção das práticas de interesse para a organização.

Nesse caso, constata-se a expressão da relação de poder desse representante, na efetividade de uma articulação com os cooperados ligados à “família”, ou seja, procurou interferir em um processo eleitoral e, por conseguinte, nas práticas da cooperativa. O resultado dessa transação foi a demonstração do seu nível de força do seu poder simbólico.

Um dado significativo está na referência que os cooperados da “família” prontamente tinham compreendido e incorporado o discurso produzido pelo representante nesse espaço social. Dessa forma, as práticas desse mediador encontram-se vinculados nesses agentes “familiares”, os quais são reconhecidos pelos outros integrantes da cooperativa.

Eu acho assim, esse rapaz do MP que vem aqui, quase todo dia, é muito importante pra gente e pra todo mundo. Ele sabe falar e sabe conversar com todo mundo. Eu vejo assim, ele tem, porque é ele que traz mais material das empresas. Assim, dizem e vejo também. Ele é muito importante pra gente (J.R. – entrevista).

Nesse relato, o cooperado expõe o grau de importância que ele representa para as práticas dessa unidade, pois enfatiza o volume de capital social que esse mediador possui. Desse modo, esse cooperado reconhece a posição do representante como sendo um legítimo

interlocutor com a apreensão dos códigos desse campo social, além de um importante diferencial estabelecido pelas condições materiais.

Assim, é atribuída uma posição de destaque a esse representante e os cooperados da liderança são recompensados com um capital simbólico nessa relação, constituído em uma maior legitimidade diante dos demais cooperados. Isto fica representado na ocupação de cargos na direção da cooperativa e em funções estratégicas no corpo dessa entidade.

Segundo o relato de um cooperado, havia questões e ações internas de outros cooperados que estavam impulsionando o seu afastamento da presidência da CARE e, conseqüentemente, o mesmo não se sentia incentivado em continuar na cooperativa, como expressa:

Eu já tava levando o nome de desagregado, começando aquele jogo, aquele jogo, sabe como é?! Ah, jogo político lá dentro mesmo, né?! Aí sabe de uma coisa [...] o que deu pra caminhar, pra que eu tinha que fazer, já tá feito. Pronto, sabe como é, vou deixar a cooperativa na muita falta e pronto [...]. Eu sei porque não passei dar muito bem que tava na frente das coisas. Não passei, não bate, sabe? Não batia. É V.R., né? Às vezes não batia sabe. Nem batia e nem bate até hoje. Ela mais o pai. Eu sei que são peças importantes lá dentro. O pai dela, que é mestre de obra e tudo. Mas eu não batia. Não sei, mas, entendeu agora? Eu mesmo não aceitava, assim a maneira de trabalho. Entendeu agora? Justamente pra começar esse negócio, a falta de controle lá dentro das coisas que era vendido, porque na minha, tinha o controle, tudo certinho. Depois passou a não ter. Então eu digo, o controle que ter assim, mas vocês não querem. Muita desagregação, aquele lance todo, eu me afastei pro lixão de novo. Eu retornei, me mandaram chamar. Eu retornei de novo pra lá. Aí, eu depois disso pra cá, muito falta lá dentro. Aí sabe de uma coisa, vai ter essa reunião, vamos fazer uma coisa, agora a partir de hoje quem faltar, certo? [...]. Pronto eu fui o primeiro a concordar e o primeiro assinar, porque eu já tinha intenção de sair de lá de dentro (J.C. – entrevista).

No processo da consolidação da expressão do poder foram utilizadas formas de afastar certas lideranças, mesmo que esses indivíduos tivessem participado de todo o processo de mobilização e formação da cooperativa. Como foi no caso acima relatado, em que a articulação promovida pelo mediador e outros agentes envolvidos, pode servir como uma possível conclusão sobre esse assunto.

Contudo, percebe-se a partir de todo o trabalho realizado a existência de um grupo, ou seja, indivíduos com um próximo grau de parentesco que estão intensamente ligados à cooperativa e ao representante-mediador. Desse modo, fica evidente o não cumprimento do “elemento essencial na construção da democracia participativa” (BEZERRA, 2004, p. 146). Porquanto, torna-se a considerar como um elemento que demonstra ser restrito, anulando uma justificativa apresentada com a finalidade de propiciar práticas participativas. Toda essa metodologia se expressou nos “processos eleitorais” da cooperativa, que serviu, de maneira geral, como um parâmetro para o desenvolvimento dos interesses dos agentes envolvidos nesse espaço social.

3.1.1 O processo eleitoral

Na análise das relações sociais estabelecidas nesse espaço social, entre o cooperado e representante demonstram elementos que agregam uma conjectura de desígnios sobre os quais tal relação está constituída. Em meio ao processo empírico, foi possível entender que houve uma estruturação de poder entre os agentes envolvidos e que foi consolidado em um processo eleitoral da cooperativa. Nesse tópico, será focalizada principalmente a análise das estratégias de poder do mediador, responsável em estabelecer os parâmetros das práticas entre os cooperados.

Durante o curso das ações desenvolvidas nessa cooperativa, destacou-se a intervenção do representante no desenrolar dessa temática supracitada, com o intuito de construir uma possível aliança com alguns cooperados e dessa forma, estabelecer um posicionamento destacado nesse espaço.

Acerca do que foi acima apresentando, faz-se necessário apresentar algumas considerações no que diz respeito a esse processo, que devem ser aqui apresentadas. A defesa da legitimidade desse processo eleitoral dos membros da direção da cooperativa está assegurada nos ditames legais do estatuto dessa entidade, segundo o “artigo 44 – A votação é direta, o voto é secreto, podendo a Cooperativa, em caso de inscrição de uma única chapa, optar pelo sistema de aclamação, conforme decisão da Assembléia” (Estatuto Social da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju – CARE).

Entretanto, o que se compreendeu em um primeiro momento, foi uma configuração de um processo eleitoral distinto do artigo citado. Segundo relato de J.C., sobre as eleições, foi circunscrito outro modelo prático das ações nesse espaço social:

Eleição não houve, né?! [...] Não foi todo mundo, né?! [...] Aí teve esse processo lá dentro aí! Teve assim umas 10 (dez) pessoas. A maioria aceitou. Agora foi V.R. tomou a frente das coisas [...]. Dr. A.B. sempre dizia, ói J.C., pior sem ela, ruim sem ela, tá certo?! O senhor tá certo Dr. A.B. Não tem ninguém pra tomar de conta, então eu digo não tem não. Então, quem você acha que a gente deve botar? Então eu digo é ela, já tá aí a frente das coisas, tá certo?! Então, só o jeito que tem é colocar ela como presidente [...] esperaram vencer meu mandato. Quando venceu, Dr. A.B. veio aí e disse ói, é assim, né?! Não vai ter eleição tá certo?! Quem aceita, que não aceita. Mas também o pessoal concordou, né?! Ela tá lá dentro também como presidente, porque que estava ali dentro concordaram, não abrindo a boca, mas balançando a cabeça que nem largatixa. Concordaram. E outros ficaram calados [...] que o certo era ter eleição, né?! Não, a eleição que houve foi assim, uma reunião do pessoal lá dentro, entendeu agora, quem tava lá dentro e ela foi aceita presidente (J.C. – entrevista).

Outros membros da cooperativa também discorreram a respeito de suas participações em atividades para as quais eram convocados e obrigados a participar de reuniões com caráter eleitoral, com o objetivo de indicar os membros que iriam compor a direção da entidade. Ao tempo em que eram realizados esses processos de “eleição”, eram mantidas influências, intermediada pelo representante do MP, contribuindo com os seus interesses a partir dessas relações, aceitas pelos cooperados:

Todos votaram, mais foi verbalmente. Eu não votei e não voto nela, porque eu são se dou muito com ela. Eu não votei nela, porque eu se dou com ela e ela sabe. Só que aqui o povo tem medo e todo mundo quis ela, mas não foi pro votação não. A gente vai pra reunião e é mandado a gente levantar a mão, pra fulano ou pra outro, tudo pra votar. E o pessoal fica tudo calado. E todo mundo aceitando isso (S. – entrevista).

Eu ajudei o primeiro presidente da CARE, J.C., nomeamos ele, votação rápida. Ele logo, logo, não passou 4 (quatro) anos e colocamos V.R. [...] Não houve eleição, foi o mesmo sistema que colocou ele, foi assim, votação assim, você fulano, indicamos. Na reeleição também [...]. A maioria escolheu V.R. Fez uma reunião. Não existiu candidato [...]. Teve influência do povo do M.P., creio que teve o conselho. Na hora só tava A.B. Se nós não ganhava, o pessoal apoiava (J.P. – entrevista)³⁵.

O que se pode interpretar nesse caso é que não houve uma execução do que estava determinado e amparado pelas normas jurídicas dessa cooperativa, acarretando possíveis danos significativos a tais normas. Porém, a efetivação dessas ações pode assinalar um princípio de influência nas condutas sociais dos envolvidos, caracterizando um movimento de legitimar o seu poder sobre os cooperados, amparado e manifestado sobre a falta de interesse dos membros desse espaço social.

A completa aversão por uma prática participativa dos cooperados nesses acontecimentos foi também verificada quando não houve disposição de nenhum outro cooperado a se tornar dirigente da CARE, por se considerarem limitados nas suas capacidades, fundamentada na ausência de uma formação letrada, ou seja, em não trazerem consigo um mínimo do *capital escolar* (BOURDIEU, 1998b). Porquanto, a presença do representante do MP o coloca numa posição estratégica, responsável por lançar modalidades típicas, incorporá-las a um discurso e ditar as articulações nas escolhas de cooperados para integrarem a direção da cooperativa. Nesse sentido, essa formulação se torna capaz de promover o avanço à interferência nas práticas internas de participação ao maior número de

³⁵ Esse último comentário foi realizado por um cooperado que tem um grau de parentesco com o atual presidente da cooperativa.

indivíduos, intensificando a manifestação da consolidação do seu posicionamento e do seu poder sobre os demais cooperados.

Outro ponto que está inteiramente vinculado a essa discussão, refere-se à formulações de estratégias referentes ao ingresso de um agente de confiança na direção da cooperativa. Da mesma forma, tal relação somente se efetivou devido aos cooperados serem conquistados pelo discurso do representante, ou seja, através de elementos presentes no seu volume de capital simbólico. Com a vitória do cooperado indicado, este se destaca como um elo importante, evidenciando a promoção processual de estabelecer as bases do poder simbólico desse representante nas ações dessa entidade.

Isto significa o estabelecimento da confiança, que na ótica do representante, não seria qualquer agente a desempenhar essa função, apenas o que tivesse uma considerável influência sobre os outros cooperados. Talvez por isso mesmo é que a figura do representante esteve tão presente no processo eleitoral entre os membros da direção da CARE.

Na discussão em torno dos processos eleitorais dessa cooperativa sugere que por mais que outros cooperados se envolvam nas ações dessa unidade, os interesses e a dinâmica no qual estão introduzidos os faz agir de maneira bastante seletiva em torno das demandas da cooperativa. Averiguou-se que não há uma diferenciação de lideranças nos espaços de discussão, ou seja, são sempre os mesmos personagens que incorporam os códigos desse espaço social e com isso determina certa oposição acerca das suas ações.

Ela sabe ler. Ela sabe escrever. Ela entende alguma coisa [...]. Vamo vê quando ela entregar o cargo, quem é que vai ficar, né?! Que a maioria do povo aqui não sabe ler. Sabe mais é pouquinho. Se a pessoa tomar o cargo que ela ta, porque não adianta a pessoa pegar um cargo sem saber de nada do que ta falando. Ai não adianta. Eu tenho também, mas bem pouquinho. Poderia mais não quero. Até falaram pra eu ser. Mas nada, disse não quero. Só ela mesmo. Pior que é sempre os mesmos. Nada muda (S.S. – entrevista).

No comentário extraído em uma entrevista com esse cooperado, percebeu-se a afirmação da sua participação em atividades em que outros cooperados não demonstravam anseio em tomar parte dos espaços de decisão, inclusive dos processos eleitorais dessa organização. Os membros da direção dessa cooperativa não logravam convencer outros cooperados a fomentar internamente o debate político, de forma que houvesse um envolvimento mais plural e indicasse modalidades típicas de maior legitimidade e destaque às atuações da presente direção da CARE. Assim, os demais cooperados terminavam acatando que essa direção sempre fosse freqüentada pelos mesmos representantes. Pode-se dizer, então, que esses representantes anunciam uma modalidade denominada de monopólio de profissionais (BOURDIEU, 1998a). Estes se consagram em um grande substrato de dominação, ou seja, se torna uma pretensa e significativa estrutura na manutenção do poder entre as ações da CARE e, portanto, tem o respaldo e atenção encaminhada pelos representantes do MP.

Em face desse sistema eleitoral, foi observado um alto nível de desinteresse ou ausência da disposição dos cooperados em participar desses espaços de discussão, pelo fato de não caracterizarem prioridade dentre as atividades cotidianas. Um comentário realizado por um cooperado, retrata a situação descrita: “Quase não tem, mas participo. Não é toda as vezes não. As vezes, eu tô fora! Sem futuro, né?! Tenho de trabalhar” (G.V. – entrevista). Neste sentido, evidencia-se que os assuntos tratados sobre a participação nesses espaços de decisão, não fazem parte do seu universo, justificando um panorama de total insignificância a esses processos.

Sendo assim, foi importante entender que a aplicação racional que acarreta a estruturação de tais ações e origina os interesses desses membros da direção, estão na maioria das vezes, distantes daquilo que expressa a justificativa teórica sobre cooperativismo e das relações dos cooperados. Conforme essas categorias problematizadas, um cooperado membro

da direção realiza um breve comentário sobre a sua compreensão às aplicações e resoluções tomadas nessa estrutura social de trabalho.

Essa é minha segunda gestão. A segunda gestão. Eu tenho 9 (nove) anos de cooperativa e 5 (cinco) anos de gestão. Ah, gosto muito daqui. Isso aqui (cooperativa) é muita coisa pra mim. Não vejo eu fora daqui não [...]. Sobre todo mundo aqui. Problema em toda família tem, né?! Nas melhores família do mundo tem, né?! Mais isso é fácil de resolve. Fofocas. Isso acontece nas melhores empresas³⁶. Mas aí a gente resolve. Tem que trabalhar. Se veio tem que trabalhar. E eu fico aqui, só no comandando. Ei, você fica ali, você ai. No outro dia, ei fulano, você faz aquilo, você fica ali ajudando o outro. Meu papel é esse, ficar aqui no comando. Daqui onde eu tô, vejo tudo. Num pode ficar nesse esquema, se não eu tomo logo os comando. Tomo as providências. A galera aqui sabe como é (V.R. – cooperada).

Tomando como referencial para análise dos fatos submetidos e praticados nessa cooperativa, pode-se concluir a partir desse comentário que o seu discurso apresenta, de maneira bastante incisiva, os parâmetros típicos que servem para a regulação da condução social desses indivíduos. Assegurado por ter construído grande parte de sua trajetória na cooperativa sob o posicionamento de membro da direção; sua fala fica caracterizada por delimitar os padrões de pensar e agir, cujos delineamentos foram possíveis encontrar na denominada convivência social na cooperativa. Desse modo, esse cooperado consegue entender com clareza, que ser um representante da direção é, sobretudo, poder fazer tudo aquilo que não teria capacidade de executar, se ocupasse uma posição “inferior” aos demais. Com as palavras mencionadas acima, do qual essas possibilitaram entender o espaço de poder e dominação, permitiu apresentar demandas interessantes a ser debatido em relação aos fundamentos motivadores a esse cooperado ocupar a função de componente da direção dessa cooperativa.

³⁶ Em meio à discussão aqui ensejada é possível visualizar um determinado panorama, que em geral não será apresentado para o plano de debate, no qual também é notória a presença da concepção utilitarista nas contemporâneas estruturas de cooperativa, permitindo inferir que o princípio da postura “empresarial” dessa unidade produtiva acrescenta um requisito fundamental às práticas estabelecidas. Isto porque esse princípio identificado no discurso desse cooperado, demanda um “novo” modo de conceber as atividades laborais e, particularmente elementos imprescindíveis à articulação de um entendimento acerca da efetividade das práticas. Esse princípio da transformação da cooperativa em empresa capitalista ocorre devido ao fato da constante subordinação do capital e essa dependência orienta para um impedimento do indivíduo partilhe de consciência sobre o trabalho socialmente construído e de fundamentar suas expectativas para o futuro (LIMA, 2004).

Ainda segundo esse membro da direção da CARE, que acrescentou um saber prático e lhe coloca numa posição intermediária entre os demais, este subentende que seu posicionamento é uma importante dimensão para a sociabilidade dos cooperados ao conjunto das ações desse ambiente. O relacionamento entre estes cooperados acaba gerando um capital social, que termina sendo considerado como uma relevante vantagem para aqueles que se inserem nesse meio e assim o coloca em evidência junto aos representantes do MP, no qual estes também estabelecem relações de poder junto aos indivíduos dessa cooperativa.

Outro fator relevante é percebido no momento de aproximação e demarcação da relação com os representantes do poder público, construindo laços de aliança com esses agentes e ao mesmo tempo consolidando um distanciamento dos cooperados. Com essa oportunidade, foi permitido acessar conhecimentos e assumir tal “status”, conferindo-lhe internamente um significativo poder simbólico nas práticas realizadas na cooperativa. Cabe aqui acrescentar, no entanto, que estes cooperados membros da direção somente acessarão os privilégios desse poder uma vez que prestem uma subordinação às ordens dos representantes do MP.

Essa caracterização de subordinação reproduzida nessa cooperativa foi observada em vários momentos durante a pesquisa, porém, dois episódios foram bastante enfáticos. No primeiro, foi perceptível a existência de um “impedimento” do pesquisador para a realização do trabalho de campo. Convidado a interromper as coletas de dados, a presidente manteve contato via telefone com esse representante questionando a minha presença e o meu trabalho de pesquisa. Posteriormente, o pesquisador deveria se deslocar até o MP, local de trabalho desse representante, para adquirir essa “autorização” para a realização dessa pesquisa de campo. “Você não pode fazer mais o que cê tava fazendo. Você vai ter que ir onde A.B. está e pra ele ver esse negócio aí. Pra ele está a pa da situação. Se ele aprovar, tudo bem. Se ele não aprovar, nada feito” (V.R. – entrevista). No segundo, é a referência que um cooperado realiza

sobre a postura de solução imediata desse representante frente aos problemas da CARE: “Aqui é assim, se tiver algum problema e A.B. saber, o negócio esquenta. Ele resolve logo. Se tiver briga, ele já não gosta. Mas outras coisas ele resolve tudo. Ele ajuda muita gente aqui. Todo mundo respeita” (C.V. – entrevista).

Entretanto, o respeito para com esse representante, é uma categoria que se sobressalta nas falas dos cooperados. Nessas situações constata-se uma determinada “racionalidade” e dessa forma, esses cooperados mantêm relações condicionadas à essa subordinação, ou até podemos denominar de “violência simbólica” (BOURDIEU, 1997), que servem como fatores potenciais ao representante para regular as práticas desses indivíduos. Essa invisível violência moral vivida pelos cooperados, é a declaração aberta dessa representação do seu interesse na CARE, do qual ser esse mediador é incorporar discursos e práticas que lhe garantam uma posição de destaque e concede também determinados benefícios.

Em meio aos seus relatos, A.B. ressalta que o atual trabalho realizado com os membros da cooperativa pelos representantes do MP, é de fundamental importância para continuidade da construção de consciência entre esses agentes sociais e a sua interferência nos rumos da cooperativa vem gradativamente sendo diminuída, visto que é uma entidade autônoma. Portanto, em alguns momentos apresenta certos aspectos, que também foram apresentados pelos outros agentes, com a postura como um membro importante detentor de uma “autoridade carismática” (WEBER, 1982) na CARE, ou seja, um agente qualificado para o interesse das relações de forças em processos decisórios para os rumos da cooperativa.

Diante da contínua avaliação pela qual estão submetidas às práticas cotidianas de participação, com a tentativa de inculcar nos cooperados uma determinada consciência de dever e obediência nas relações sociais da cooperativa, se buscou construir uma análise que problematizasse o universo no qual estão inseridos. Dessa forma, na seção seguinte será

analisada a reprodução dessa violência simbólica na relação entre os cooperados e os representantes.

3.2 Práticas que produzem violência simbólica

Nos fundamentos das práticas participativas inscritas nesse espaço social, que servirão como potenciais fatores ao conjunto das ações desenvolvidas nessa organização, refletem uma estrutura complexa de determinadas relações de força presentes nessa cooperativa. Dessa forma, estimular a participação pode ordenar em uma representação estratégica de dominação, disputa, aliança, resistência, enfim, são fatores relevantes direcionados para a construção e manutenção de poder (BEZERRA, 2004).

Então, foi todo um processo de mobilização e conscientização pra que eles realmente participassem da cooperativa. E é muita resistência ainda, né?! Por conta do compromisso, né?! Ele dentro da lixeira, ele vai a hora que ele quer, ele trabalha como quer, né?! [...]. Então, mudando já pra o processo da cooperativa, realmente é uma transformação, né?! A gente sempre fala que ele entra limpo e ele sai limpo. Quando no lixão, ele entra limpo e sai sujo, porque não tem condição de ele levar uma vida saudável lá dentro. Então, é isso o que levou, o que despertou, é essa outra condição de um trabalho mais digno (A.B. – entrevista).

Todavia, cabe ressaltar a predominância do representante do MP nesse espaço organizado e o fato empírico descrito acima, serve como princípio em proceder às advindas análises. Tomando as práticas participativas dos cooperados como referencial para análise dos fatos submetidos, destaca-se um diferencial nos espaços reservados às discussões ou decisões, caracterizando numa certa ausência dos cooperados e ocupando um papel de mero figurante nesse processo em relação aos membros da direção e também em relação ao representante.

Ainda segundo a discussão, é comum observar os constantes estímulos solicitando que os cooperados façam presentes às discussões e legitimar o princípio de um espaço

participativo. Portanto, essa colocação é sustentada com a afirmação de um cooperado em assegurar os princípios “legítimos” utilizados pelas lideranças:

Participo das reuniões, sim. De primeira tinha mais. De uns tempos pra cá, não tem mais. Ah, mas quando tem eu to lá. Discute sobre tudo. As pesagem, os material, as fofocas. Tudo assim, né?! Tem que ir, né?! Ai daquele que não vai pra isso. Fica marcado. E outra, se não for, não participa das festas. É. Tem que ir, pra ter festa (A.R. – entrevista).

Acolhendo a essas convocações, é fácil verificar, aparentemente, um comprometimento às presenças durante as reuniões e outros eventos com característica participativa, consolidando uma prática mais efetiva. Porém, essa tal identificação ocorre devido ao fato das “futuras recompensas” e mesmo diante desses estímulos, é facilmente identificado uma resolução polarizada no exercício por meio do emprego do princípio de menor significância, ou seja, em geral é verificada a ausência do uso da palavra nos debates e nas disputas. No entanto, mesmo diante dos assuntos orientados para interesse coletivo, o que chama atenção, está no rigor dos discursos proferidos, em que os indivíduos com status de liderança, utilizam para caracterizar em uma situação de disciplina das ações ou em uma ameaça real ao cooperado.

Todavia, o que é interpretado diante dessa funcionalidade ocasionada por esses espaços, é a existência da maioria das discussões são promovidas para permitir satisfazer um exercício de autoridade sobre os cooperados e, conseqüentemente, legitimar um ordenamento na aquisição do poder simbólico. Para isso, os fundamentos norteadores dessas conquistas consistem na aquisição de um capital lingüístico, o qual condiciona esse indivíduo ser melhor acionado nessas ocasiões. Acerca desse capital apresentado, Bourdieu destaca que:

A linguagem de autoridade governa sob a condição de contar com a colaboração daqueles a quem governa, ou seja, graças à assistência dos mecanismos sociais capazes de produzir tal cumplicidade, fundada por sua vez no desconhecimento, que constitui o princípio de toda e qualquer autoridade (BOURDIEU, 1998b, p. 91).

Dentre os fundamentos teóricos derivados dos princípios enumerados acima pelo autor, destacamos aquele que detém o poder da fala, apresenta uma maior habilidade nessa estrutura, exercendo um poder simbólico sobre os demais. Nesse sentido, as condições sociais de quem constitui um discurso e de quem o recebe, sempre são determinantes para o seu próprio conteúdo, assim como para o poder de coação que ele poderá exercer.

A sua atitude é classificada como um potencial e condiciona exatamente ao outro que não possui esse capital, renunciar a sua fala por não deterem de um capital lingüístico valorizado. Contudo, tal medida para acrescer esse tipo de capital, com a capacidade de falar e pronunciar discursos e assim, fazer valer de ocupar uma posição privilegiada, o indivíduo teria que reunir os requisitos fundamentais que circulam nesse espaço, para conquistar um reconhecimento do grupo social que pertence.

Em meio à discussão aqui ensejada é possível visualizar o panorama da hegemonia dos discursos que são proferidos pelo cooperado pelo membro da direção e, de modo particular, aparenta ter aspectos pertinentes a um grande poder nesse espaço. Como dito anteriormente, isto suprime a singularidade da fala de outros cooperados e nutre uma prática da apropriação dos aspectos pertinentes a reprodução do poder.

Conseqüentemente, quando o cooperado dissimula o seu capital simbólico, consolidando um discurso hegemônico dominante nesse espaço social, esse alcança uma posição de destaque e de referencial nas relações estabelecidas com os demais cooperados, acrescentando o seu poder simbólico: “Cooperado pode ser líder, mas se não saber falar, não adianta. Porque se não for V.R., os outros não tem capacidade pra isso. V.R. tem mais intimidade com o povo. Ela sabe falar e assim as coisas acontecem e todo mundo respeita” (J.M. – entrevista).

Todavia, esta conduta também é responsável por fundamentar o poder dos representantes do MP, visto que nas falas pronunciadas pelos cooperados, denunciam a defesa da legitimidade dessa prática: “V.R. tem todo apoio de Dr. A.B. O que ela fala aqui dentro pra gente aqui, ele assina embaixo. Num tem erro” (J.P. – entrevista). De qualquer maneira, nesses espaços destinados às práticas participativas, foi observável a ausência de discursos discordantes daquilo que historicamente se estruturou como forma legítima e autêntica dentro do espaço social, como enfatiza outro cooperado durante entrevista: “Eu não falo. Pra que falar? Eu não. Porque eu me sinto uma simples cooperada. Uma mandada mesmo. Se falar e se não for de bom agrado deles, eu levo punição. É melhor não falar. Eu acho que eu não sirvo pra nada” (P.G. – cooperada)³⁷.

Na dimensão fornecida por esse relato, fica evidenciado que naquele espaço, existem elementos propícios a não garantir um regular desenvolvimento do ser e do agir dos cooperados, ou seja, há a reprodução simbólica e material de uma prática pouco democrática. Verificou-se que nos espaços de participação dessa cooperativa, não há fatores potenciais e significativos para motivar os cooperados às práticas participativas. Na verdade, observou-se o predomínio do jogo de poder.

Participo, mas não falo porque eu tenho a cabeça muito quente. Não tenho paciência com nada. Sou ignorante [...]. Nem adianta nada. É só pra dizer que tem de obedecer. Só teve uma reunião ano passado que se discutiu, mas não deu certo, porque ninguém respeita os cooperados. Então, quem manda aqui são eles (J. – entrevista).

Embora existam discursos exaltados, demonstrando um posicionamento contrário ao uso de determinadas práticas pelos administradores dessa cooperativa, estes não instituirão um princípio de enfrentamento, uma vez que seus discursos não acarretam uma legitimidade,

³⁷ Nascida em Aracaju-SE, ensino fundamental incompleto. O pai era lavrador e a mãe era empregada doméstica, ambos analfabetos. P.G. iniciou as suas atividades na cooperativa acerca de alguns meses, porém já desempenhava trabalhos como catadora na lixeira desde os 8 (oito) anos de idade.

uma inexistência de um poder simbólico do qual está constituído os representantes. Portanto, por não terem práticas discursivas favoráveis a esse meio e lhe permitam projetar as modalidades típicas de uma organização cooperativista, a obediência, a ausência de ação e o silêncio se constituem formas de ação relevante para a construção social.

Sendo assim, esses acontecimentos ostentam a existência de uma importância expressiva aos membros da direção e para os representantes do MP. Em face do princípio desse poder simbólico, estes celebram neste espaço, pela mobilização e aplicação de instrumentos de defesa com objetivos significativos que servirão para implementação das suas práticas, a fim de evitar as possíveis disputas internas. A presença dessa concepção é verificada de forma explícita em certas falas a todo questionamento realizado, indicando uma esfera de sentimentos unânimes e favorecendo para uma falta de discussão.

Todo mundo participa das reuniões. Porque tem que participar mesmo. Tem que participar, né?! É obrigado! Mas ninguém fala nada. E nem eu. Pra que? Ninguém ta unido aqui. Só presta pra falar das fofocas, mas do trabalho, ninguém fala nada. Aí fica ruim [...]. É assim. Existe um problema assim: A 'família' (cooperados que possuem parentesco com a presidente), tem mais prioridade que a gente. Alguns têm mais prioridade [...]. Mas aí eu vou me prejudicar [...]. Moço, por favor! É assim, se a gente não participar, se a gente não trabalhar, a gente tem punição. Suspensão! Isso é o que mais tem. Porque quando eu entrei aqui já tinha essa lei de suspensão. Pra gente pega, mas eles (familiares) não pega nada (P.G. – entrevista).

Nesse sentido, surge uma emblemática discussão em torno da temática das práticas participativas, da qual estava permeando alguns depoimentos dos cooperados, sinalizando um assunto em que os membros da direção e os representantes do MP desempenham articulações que favorecem a consolidação de uma base capaz de servir de diretriz para definição de determinadas ações. As relações que se articulam “como uma família” (COMERFORD, 2003) na cooperativa, que ocupam posições estratégicas e de liderança nos seus setores, são responsáveis em nortear e conduzir as práticas nessa

organização social³⁸. Acerca da fala do cooperado, destacada acima, observou-se durante a entrevista, um posicionamento com bastante receio em relação do que poderia ocorrer com este entrevistado.

Portanto, “um dos efeitos da violência simbólica é a transfiguração das relações de dominação e de submissão em relações afetivas” (BOURDIEU, 1997, p. 170) e com isso esse instrumento de interpretação restritiva define ser significativo para as práticas defendidas e desenvolvidas por um agrupamento familiar presente nesse espaço. Essa estrutura é bastante relevante e assim se torna um objeto favorável em acrescentar um requisito fundamental acerca de consagrar a efetividade das ações e garantir o regular desenvolvimento das estruturas de dominação.

3.2.1 As práticas familiares

Em meio ao processo de consolidação das práticas participativas nesse espaço social, destacamos uma compreensão para essa dinâmica bastante significativa, que foi ressaltada durante a pesquisa de campo. Este ordenamento das relações sociais na cooperativa foi possível apreender em diversas ocasiões, de maneira especial nos momentos em que os cooperados assinalavam as “articulações familiares” nas práticas desses cooperados. Destacavam os pontos críticos constatados nas ações desses cooperados, ao mesmo tempo, apontando os benefícios que eram concedidos a esses.

³⁸ Os dados coletados na pesquisa de campo indicaram que atualmente na CARE existem 42 (quarenta e dois) cooperados que são moradores do bairro Santa Maria. Desse total, 6 (seis) estão identificados como membros da direção da cooperativa e 36 (trinta e seis) estão ativos desempenhando as atividades de coleta e separação do material reciclável. Desse total, foram entrevistado 27 (vinte e sete) cooperados de todos os setores da cooperativa. Acerca da categoria “família” que está em discussão, foi possível verificar que 19 (dezenove) cooperados, aproximadamente 70% dos entrevistados possuem algum tipo de grau de parentesco com outros membros da cooperativa, enquanto 09 (nove) cooperados, aproximadamente 30% dos entrevistados não possuem vínculo de parentesco. Esse aspecto identificado entre os cooperados da CARE serve como fator persuasivo para indicar uma possível existência de um grupo composto por cooperados que conseguem manter um relacionamento com objetivos direcionados para seus interesses.

Segundo esse presente assunto, bastante relevante as ações dessa cooperativa, vale ressaltar a existência de uma estrutura de relações baseada nos níveis de parentesco na CARE. Segundo dados da pesquisa, a atual presidente apresenta um número elevado, com 07 (sete) cooperados parentes: pai, irmão, duas irmãs, cunhado e cunhada. A conceituação do princípio está envolto numa esfera de efeitos que favorece a consolidação de uma base, capaz de servir de diretriz para definição de determinadas práticas, ou seja, “aqueles que têm o privilégio de ter uma família adequada podem exigi-la de todos, sem ter de se perguntar pelas condições” (BOURDIEU, 1997, p. 130 e 131).

Ainda acerca dessa questão apreendida, enfatizamos a constante desqualificação realizada pelos cooperados frente ao conjunto das práticas da atual gestão gerenciadora dessa cooperativa. Em muitos momentos, esses relatam as modalidades de protecionismo aos seus familiares e os instrumentos de ameaças, responsável por lançar os pontos críticos nas ações dessa organização social, como relata dois cooperados.

Protege demais. Protege até demais, porque tem coisa que passa por aqui, porque a gente não vai dizer. Roubo. Como a família dela trabalha, aí faz coisa errada, aí a gente não vai dizer né?! Agora se fosse outra pessoa, aí pronto, já sai e bota pra fora. Ai a gente diz vamos falar, mas ninguém fala (S.S. – entrevista)³⁹.

Alguns têm mais prioridade. Eles têm mais prioridade que a gente. São pessoas que são daqui, mas não vem nem trabalhar. Ah, mas aí se eu falar, eu vou me prejudicar [...]. Suspensão. Isso é o que mais tem aqui (P.G. – entrevista).

Nesse elemento merecedor de atenção, se verificou um atrito inicial, pois esse cooperado da direção era constantemente acusado pela postura de beneficiar os “seus” cooperados e por continuamente lançar os critérios objetivos de interesse a esse espaço. Nesse momento, se faz necessário resgatar a historicidade da trajetória desse cooperado, para termos

³⁹ A cooperada S.S. com 9 (nove) anos de associada, nascida no estado de Pernambuco, nunca freqüentou uma escola, com pais agricultores e que também são analfabetos. Dentre todos, ela é a cooperada que mais relata sobre essa insatisfação dos cooperados, pois quando ocupava a vice-presidência da cooperativa e V.R. a presidência, havia muita desunião, discussões e conflitos entre os cooperados, motivando a sua saída como membro da direção.

uma relevante referencial para análise dos fatos submetidos que caracterizou na legitimidade das suas práticas de poder nessa cooperativa.

Um dos fundamentos norteadores dessa análise consiste no relato desse cooperado ao recusar-se a falar do seu histórico: “Antes da CARE não interessa. O que eu respondo é a partir do que eu entrei na CARE” (V.R. – entrevista). Porém, durante o contato no campo da pesquisa, pode-se visualizar um conjunto de elementos pertinentes e valorativos que permitiram o embasamento para a construção das práticas de interesse, enquanto substrato da legitimação do poder.

Na fundamentação da legitimidade das suas práticas, vale destacar que este não poderia fazer parte do corpo estrutural da cooperativa. Pois, a partir de uma análise documental, foi compreendido que para participar do processo de implantação, o indivíduo deveria residir e sobreviver das atividades de catação na lixeira da Terra Dura. Contudo, o mesmo não era morador da lixeira da Terra Dura e nem ocupava a colocação de catador, mas desempenhava a função de comprador do material selecionado nesse espaço, como expõe um agente da pesquisa:

Dois ou três compradores que tinha lá dentro. Até V.R. era compradora. Que por lei memo, ela não pode nem ser a presidenta. Porque ela era compradora, ela, tá certo?! [...] Então fica assim, se ela era compradora, por que ela tá como presidente? Ela era compradora de alumínio. Alumínio e plástico. Ela, o pai, a mãe, sempre foram compradores lá dentro. Até modo como ela começou a participar da cooperativa, ela ainda era compradora, lá dentro. Comprava alumínio [...]. Ela comprava e revendia, né?! O pai dela, comprava e revendia, né?! Eles compravam e revendiam o material pra outros [...]. Eles nunca foram catadores, era comprador. Era na Soledade. Foram tudo comprador. A vida toda eles foram comprador. Vieram de lá pra cá, como comprador e permaneceram aí como comprador nisso daí. Ela e o pai, a mãe e tudo. O único que catavam eram os irmãos. Aí, ela tava lá dentro e participou da reunião, participou de tudo e deu o nome, né?! Praí tudo ser cadastrado, né?! Se cadastraram como catador, né?! E como catador ficaram. E hoje ela é presidente de lá, né?!” (J.C. – entrevista).

Dentre as informações mencionadas acima, podemos acrescentar o relato de J.P.⁴⁰, que desempenhou a função de comprador interno dos resíduos sólidos separados pelos catadores, no qual inicialmente suas atividades de compra era realizado no aterro sanitário do bairro Soledade⁴¹ e com sua desativação deslocou suas atividades para o localizado no bairro Terra Dura. Durante a semana morava dentro da lixeira, mas possuía casa no bairro Santos Dumont⁴², no qual deslocava durante os finais de semana. “Eu era comprador e tinha um barraco lá dentro. De vez em quando eu ia pro Santos Dumont. Eu comprava e eu catava e depois deixei de comprar. Passei a catar, Deixei de comprar, porque tinha gente pra derrubar. Outro comprador” (J.P. – entrevista).

Em meio à discussão aqui ensejada, esses aspectos se nutrem e se apóiam quando é ressaltado que a mesma ocupava o cargo de tesoureira durante a primeira gestão da cooperativa e após a saída de J.C. da presidência da CARE, V.R. foi eleita presidente. Segundo relato de J.C. havia um conflito com essa cooperada, pois “Às vezes não batia. Nem batia, nem bate até hoje” (J.C. – entrevista). Por conta de constantes problemas em relação à falta de controle na prestação de contas, o mesmo resolveu se afastar e sua saída da presidência, posteriormente da cooperativa, foi um acordo com os demais cooperados. Segundo J.C., haviam ações internas de outros cooperados, motivados por V.R., que estavam impulsionando o seu afastamento da presidência da CARE e, conseqüentemente, o mesmo não se sentia incentivado em continuar na cooperativa, como expressa:

Eu já tava levando o nome de desagregado, começando aquele jogo, aquele jogo, sabe como é?! Ah, jogo político lá dentro mesmo, né?! Aí sabe de uma coisa [...] o que deu pra caminhar, pra que eu tinha que fazer, já tá feito. Pronto, sabe como é, vou deixar a cooperativa na muita falta e pronto (J.C. – entrevista).

⁴⁰ Natural de Capela-SE, com formação profissional de marcenaria, ex-catador e atualmente cooperado da CARE e possui a escolaridade de ensino fundamental incompleto freqüentando apenas até a 4ª série. Pai da atual presidente da CARE e também de 3 (três) cooperados.

⁴¹ Esse bairro está localizado na região Norte de Aracaju.

⁴² Esse bairro está localizado na região Norte de Aracaju.

Retomando o debate derivado às práticas familiares, se apreendeu o quanto é importante para o cooperador dirigente a presença e atuação efetiva de alguns familiares nos espaços de participação dessa organização. Apesar de negar a sua aplicabilidade na relação com esses, fica visivelmente explícito as presenças legítimas dos familiares conectados as ações conjuntas do grupo, caracterizando o que foi também assinalado como uma “solidariedade de interesses” (BOURDIEU, 1997, p. 133).

Nesse sentido, podemos acrescentar outra observação importante que deve ser apresentada, na referência dos cooperados pertencentes à “família” em ocupar papéis de grande importância nas forças operacionais desse espaço. Ainda que aparentemente sejam compostos de forma bastante discreta, é relevante à atenção para o fato de que essa correlação reproduz forças favoráveis à presidente da CARE, contribuindo na evidência de diretrizes estratégicas para garantir e legitimar o pretensão regular desenvolvimento das suas relações de poder nessa cooperativa.

A presença da condição dessas dinâmicas desenvolvidas permite compreender que tais ações se convertem num importante capital social para tal cooperado. Isto lhe confere destaque e maior poder simbólico frente aos demais cooperados, com os quais interage, estabelecendo referenciais de um jogo de interesses pessoais e coletivos na consolidação de práticas de dominação.

Todavia, cabe ressaltar que uma das polêmicas encontradas nessa organização, reside em não demandar numa diferenciação nas ocupações de postos importantes ao corpo estrutural dos setores da cooperativa. Tal identificação ocorre devido ao fato de que os cooperados da “família” ocupem as funções estratégicas e possibilite a consolidação de uma base capaz de servir de diretriz para definição de determinadas condutas. A presença dessa medida adotada, impediria que houvesse ameaças à legitimação da sua “autoridade social” (BOURDIEU, 1990).

Na dinâmica da organização dessas funções “chaves” entre os familiares, que não carrega qualquer dano significativo as normas da cooperativa, está definida da seguinte forma: J.M.⁴³, cunhado da presidente – 9 (nove) anos desempenhando suas atividades junto a cooperativa, atualmente como “líder”⁴⁴ dos cooperados na triagem e pesagem do material; G.V.⁴⁵ irmão da presidente – 9 (nove) anos na cooperativa, e atualmente desempenha suas atividades na prensa do material selecionado; J.P. pai da presidente – 9 (nove) anos na cooperativa, e atualmente desempenha suas atividades como coordenador da VARREPET ou Fábrica de Vassouras⁴⁶; S.R.⁴⁷ irmã da presidente – 8 (oito) anos na cooperativa, e atualmente desempenha suas atividades na triagem e pesagem do material⁴⁸.

Essa última citada substituía a presidente na coordenação dos trabalhos diários quando esta precisava se ausentar. Segundo o artigo 40º, § 3 do estatuto dessa organização, assegura que “na ausência do Presidente, os trabalhos serão dirigidos pelo substituto escolhido na ocasião”. Contudo, foi verificado durante o trabalho de pesquisa, que a mesma, repetidamente, era convidada pela presidente, sem nenhuma resistência por parte dos demais cooperados, a ocupar essa posição. Dessa forma, ficou demonstrado um limiar justificador da violência simbólica e legitimador na reprodução do poder da “família” nesse espaço social.

Na busca por exclusividade desses cooperados da “família”, esta a expressão da estagnação ou eliminação de certas lideranças, principalmente nos casos dessas lideranças tenham sido gerado a partir dos trabalhos desenvolvidos na CARE, mas que se verificou a

⁴³ Natural do estado de Alagoas, ensino fundamental incompleto.

⁴⁴ Existe uma eleição mensal para indicação de um líder dos cooperados, um representante que acompanha auxiliando-os no desenvolvimento das atividades de separação dos resíduos sólidos.

⁴⁵ Natural de Japaratinga-SE e ensino fundamental incompleto. O mesmo relata durante a pesquisa de campo, que ocupa um cargo na direção como diretor técnico. Porém, não foi identificado durante a pesquisa documental, qualquer tipo de registro comprovando a sua afirmação, pois como apresentado no primeiro capítulo, não pode haver qualquer grau de parentesco na constituição do corpo representativo da direção. Motivo esse, por não ter levado uma discussão adiante sobre esse fato.

⁴⁶ Essa unidade é um membro da CARE e que já foi explicitado no primeiro capítulo.

⁴⁷ Natural de Aracaju-SE. Frequentou a escola até a 4ª série. Seu pai era carpinteiro e sua mãe era dona de casa e ambos possuem a escolaridade mínima, cursaram até a 4ª série do ensino fundamental.

⁴⁸ Vale ressaltar, que todos os cooperados apresentados nessa simples cronologia, possuem vínculo de parentesco com outros membros. Esse aspecto identificado serve como fator persuasivo para indicar uma existência do grupo que consegue manter um relacionamento com objetivos direcionados na contribuição dos interesses.

diferença dos interesses da “família”. Por conseguinte, verificou-se que essa violência simbólica revelada nesse espaço, determinou efeitos sobre determinados agentes da cooperativa e esta pode ser esclarecida a partir de uma situação empírica. Um cooperado que exercia suas atividades no principal galpão da CARE e que se apresentava com um melhor nível de instrumentalização de fala, comparado aos demais, passou a ser considerado verdadeiro inimigo e que precisaria ser combatido, sendo afastado desse espaço. Oferecendo uma ameaça à atual gestão, o mesmo foi direcionado a realizar suas atividades na VARREPET ou Fábrica de Vassouras, pois estava tendo uma postura de enfrentamento às ações da presidente e sendo rotulado como um líder informal dos cooperados, sugerindo a realização de um exercício mais atuante, a fim de atender aos princípios da participação.

Porque eu falo a verdade e eu digo a verdade na cara dela. Agora tô aqui na Varrepet fazendo isso aqui (vassouras). Tô aqui tem uns dois meses. V.R. é osso duro de roer. Ela trata a gente quem nem cachorro. Rapaz, ela é muito ruim. Ela grita com os cooperados. Ai, quer dizer, ela estressa e estressa quem ta fazendo o serviço. Ai eles não gosta. Ai ela da suspensão de oito dia e quinze dia (S.S. – entrevista).

Acerca desse relato, expondo de forma expressiva a constrangedora condição da violência simbólica, a cooperada descreveu a falta de eficiência dos cooperados ao exercício da capacidade de participar e questionar, sob a arbitrariedade das ações da presidente. Questionada se teria pretensões em expressar novamente as suas opiniões e se firmando como uma liderança nata frente aos cooperados, S.S. assegurou a impossibilidade desse acontecimento ao relatar que existe uma “proteção do grupo da família” impedindo assim a expressão de sua indignação frente aos problemas enfrentados por eles. E se houver um habilitado em ocupar o cargo de liderança, terá alguns problemas de relacionamento, pois segundo S.S. o cooperado tem que possuir as faculdades mínimas do capital escolar (BOURDIEU apud SEIDL, 1999). Advindo daí que: “a maioria do povo aqui não sabe (ler e escrever), sabe, mas é pouquinho. Se a pessoa tomar um cargo que ela ta, porque não adianta

a pessoa pegar um cargo sem saber de nada do que ta falando, aí não adianta” (S.S. – entrevista).

Diante disso, surge uma pretensão ao desejo de liderança na CARE. O cooperado “A”⁴⁹, afirma deter os aspectos indispensáveis para ocupar uma posição importante dentro da cooperativa e também por se destacar com um discurso argumentativo “diante de todos e em nome de todos” (Bourdieu, 1998b, p. 109) e ser um pacificador junto aos conflitos existentes nessa cooperativa. Porém, o mesmo afirma ser muito cedo para se candidatar, pois não possui as condições ideais para a referida empreitada e esta num desenvolvimento contínuo de conhecimento na cooperativa: “Líder exige responsabilidade e eu não estou pronto, mas se houvesse indicação deles (cooperados ligados à família), assumiria. Quem sabe no futuro, estou em processo de desenvolvimento” (A. – entrevista).

Contudo, dentre os fundamentos derivados a essa acessibilidade, os fundamentos não estão somente presentes no maior grau de escolaridade, mas se submeter e reproduzir as regras do jogo. Assim, o agente pode dominar aspectos para possibilitar uma projeção e ocupar um papel de destaque nessa entidade. Todavia, esse cooperado, como os demais, não anunciam a essencialidade de concretizar um possível enfrentamento às práticas familiares, visto que se faz expressar fielmente as características de submissão e de “respeitabilidade” nas diversas situações das práticas da violência simbólica utilizadas por esse grupo familiar nesse espaço.

3.3 A respeitabilidade

⁴⁹ Natural do estado de Alagoas. Ensino médio completo e curso de informática. Seu pai era pedreiro e sua mãe dona de casa, ambos não alfabetizados.

Na dimensão fornecida às práticas estabelecidas nesse espaço social, apreendeu-se que o cooperado considera, em última análise, atender as “condições de respeitabilidade” (COMERFORD, 2003, p.22) enquanto substrato importante para expressar a sua conduta. Diante do que lhe é colocado, o cooperado consente em atender as exigências de conduta, pois o seu não consentimento conduzirá as sanções estabelecidas nesse espaço social. “Eu acho assim, se não respeitar eles, a gente tem punição. Suspensão?! É o que mais tem” (P.G. – entrevista).

Desse modo, o princípio da respeitabilidade é apresentado muito bem como um instrumento eficaz para a regulação das relações sociais estabelecidas nessa cooperativa. Com isso o cooperado realiza constantemente análises nos seus padrões de pensar e de agir, cujos delineamentos são possíveis encontrar frente às perspectivas que lhe são apresentadas.

Durante o trabalho de campo, houve uma situação na qual se verificou uma crise entre o universo de percepção do cooperado e as condições que eram apresentadas, permitindo acrescentar um requisito básico no entendimento às relações dessa cooperativa. “Eu mesmo fui suspenso hoje. Pô, qui nada. Só porque eu fui reclamar de meu dinheiro tava atrasado, ela me suspendeu. Tem uns dez dias que tá atrasado. Sempre é assim, ninguém pode abrir o bico, se não leva chumbo” (G. – entrevista). Em um segundo contato, após o seu período de afastamento decorrente a essa “suspensão” o mesmo se mostrou resistente em apresentar novas informações: “Eu prefiro não falar nada. Desculpa, mas eu não posso falar mais, pra eu não se dar mal. É melhor eu respeitar eles e pronto” (G. – entrevista). Nessas situações de crise e de silêncio como descritas anteriormente, os cooperados podem preferir uma alternativa fundamentada nas modalidades do evitar o enfrentamento e respeitar os delineamentos da convivência social, ou seja, “as linhas do respeito são linhas de evitação, e essa evitação pode ser hostil e temerosa, ou pacífica e amigável” (COMERFORD, 2003, p. 88).

Durante as situações aqui apresentadas, importa entender que o cooperado se vê diante de uma reprodução da violência simbólica e que seu posicionamento contrário a esse fenômeno lhe oferece desvantagens. Como será observado mais adiante, além deste cooperado outros também foram penalizados devido ao entendimento de que suas condutas divergiam das “normas” da cooperativa, sendo estes definidos como danos significativos às ações da cooperativa.

Portanto, algo que é relativamente comum se verificar entre os cooperados é a submissão às condições de respeitabilidade, equipados de uma determinada estrutura racional que lhes permitem manter as relações de permanência e de trabalho na CARE. Pode-se dizer, então, que em meio ao processo dos bens simbólicos e materiais socialmente construídos nesse espaço, estes cooperados são determinados a se lançar para uma submissão a tal normatividade. Nesse sentido, ao se suscitar certo desacordo em torno da definição do que sejam essas “regras”, o que está de pano de fundo, é a definição da sua efetiva presença e da sua utilidade. Com isso, alguns cooperados se estabelecem de forma a preencher os requisitos de fazer parte desse espaço social.

Logo, a existência desse princípio, remonta o embasamento de um conjunto de ações que permite de forma entender ser um lançamento de bases que expressam um desenho na promoção de uma arbitrariedade, definido pelo grupo dominante. Dessa forma, o que deve ser considerado, é a capacidade desse “grupo” em desenvolver e executar determinadas ações estratégicas que lhe institui condições para se manterem enquanto membros capacitados ao poder. Vale ressaltar, que sobre esse dilema significativo pode ser identificado no discurso “irritado” da presidente dessa cooperativa, quando relata em negar a adoção de práticas definidas como limitantes e que afetem as ações dos demais participantes.

Aqui é assim: tudo mundo participa. Todo mundo me respeita. Todo mundo respeita todo mundo aqui. Eu não tenho problema com ninguém aqui. Mas ai

“você não pode me perguntar a mim. Pergunte algum deles aí. Outra coisa que eu não posso lhe responder. Pergunte pra qualquer um aí, por favor (V.R. – entrevista).”

Apesar da resistência, é compreensível a partir desse relato o reforço da existência da condição de respeito às ações cotidianas desse agente, no qual a fala seguinte buscará justificar a materialidade da sua atuação e bastante relevante para a estruturação objetiva das condutas dos cooperados.

Acontece de se reclamar do atraso do salário, leva suspensão. Eu já levei suspensão dela (V.R.) Fui suspensa por três dias. Não gosto muito dela não [...]. Na hora de trabalhar é bora, borá. Mas na hora de pagar, atrasa. Qui nada. Aí tem essa lei de suspensão e outra mais se reclamar. Essa lei é eles que criaram e a gente tem de respeitar. Se não já sabe, cai fora [...]. Eles parecem ser os donos do poder⁵⁰ aqui (Grifo nosso) (C.V. – entrevista).

Contudo, o que se apreende desse relato é que os cooperados são submetidos a um intenso processo de submissão às normas, para que possam atingir a um determinado nível de sociabilidade e assim cumprirem as suas tarefas e “proteger” a sua ocupação nessa estrutura produtiva. Logo, não se apresentará um cooperado a aderir desses princípios, sem se valer dos benefícios simbólicos que este detém, de modo atender, que seria necessário adentrar no segmento da “família” e assim adquirir os capitais valorizados desse espaço social ou uma desfamiliarização (COMERFORD, 2003) da cooperativa, porque “a família tem mais prioridade que a gente. Se não tivesse esses da família que são protegidos, a gente seria todo mundo igual” (P.G. – entrevista).

A presença do respeito pode ser considerada como um capital simbólico com bastante valor conferindo um “*status*” ou legitimidade a tal grupo ou em um entrave a essa estrutura organizacional na busca por tais práticas participativas. Essa dualidade conceitual

⁵⁰ Nessa enfática afirmação e semelhante ao título da obra de FAORO (1998), demonstra que esse espaço reproduz os mesmos aspectos imbricados na historicidade da formação política e da estrutura do poder patrimonialista do Estado brasileiro, cujos fundamentos teóricos modelaram esse tipo particular de dominação, mas que atualmente continua sendo refletida em diversas estruturas político-sociais, principalmente, nessa organização social em destaque, em que demonstra estar submetida a essa ordem patrimonial.

produzida a partir do respeito permite que o cooperado reconheça o que estão sendo propostos e também demonstrem disposição em render obediência (WEBER, 2000) a este grupo familiar com destaque poder simbólico e conseqüentemente dessa maneira, também consolida a própria identidade do grupo.

A dimensão fornecida ao respeito se apresenta, então, como um dos pilares do princípio da homogeneidade nas práticas que conduz a todos os cooperados estar identificados na unificação dos discursos (BOURDIEU, 1998b). Tal identificação, como já apresentado, acrescenta também ser uma estratégia de resistência utilizada por esse grupo na possibilidade de impedir o abalo no poder simbólico adquirido ao longo da construção das relações.

Não obstante, outro ponto determinante em meio a esta discussão e que em regra não foi assumido de forma explícita pelos representantes do MP, é o apoio a essas condições de respeitabilidade. A presença dessa questão permite inferir que esses agentes não contestaram seus efeitos, pois tal modalidade se apresenta de forma legítima e autêntica nos discursos dos cooperados, justificando a importância dessas regras na CARE. Tanto a definição de tais regras, quanto a sua interpretação, estão orientadas de acordo com as construções cotidianas desses agentes, realçada no seu discurso apresentando argumentos incisivos sobre o tema, durante uma conversa informal com esse cooperado:

Isso, tudo mundo respeita ele aqui. Todo mundo gosta de Dr. A.B. aqui. Ele ajuda muita gente aqui. Se quiser ficar aqui é assim: respeita tudo mundo e ele. A gente deve muita coisa a ele. Faz os contatos também e tudo. Não tem outra, quando tem problema, é só chamar ele, que ele resolve. Se tem uma pessoa aqui que todo mundo considera, é Dr. A.B. No dia que você falar com ele, vai ver que é gente boa. Vamos respeitar, mas ele é muito gente boa (S.S., 2008).

A partir do trabalho empírico, esse representante citado acima, não assume claramente que o respeito é um componente decisivo que serve como parâmetro para a regulação da condução social dos indivíduos desse espaço, como também a permanência

desse na cooperativa, ainda que fique evidente nos relatos anteriores. Ficou perceptível que o seu discurso expressa constantemente uma atitude de renúncia em relação às questões relacionadas ao respeito, buscando qualificar os elementos motivadores às práticas participativas. “O problema é que ainda tem aquele respaldo desse suporte [...]. A gente tá dando mais um apoio logístico” (A.B. – entrevista).

Porém esse discurso contrasta com a sua atuação expressiva, ficando apontadas certas coações em sua performance sobre os cooperados, reforçando a mesma prática identificada entre os membros da direção. É perceptível a existência, como ficou presente durante toda a pesquisa, de um movimento paralelo defendendo os mesmos critérios, buscando firmar uma imagem normatizada entre os mesmos argumentos. Enquanto, de um lado, declaram um desempenho de não permitir que a cooperativa afaste das bases advindas dos princípios da participação e que abarquem todos os cooperados com o qual partilhem de uma organização coletiva, por outro lado, são aqueles continuam reproduzindo um diferencial simbólico.

Todavia, apesar dos argumentos estarem identificados com elementos ligados à dimensão que explicitem a lógica da sociabilidade, como já foi citado anteriormente, verifica-se um jogo de interesses para afirmação do seu poder nesse espaço. Ser respeitado como um agente detentor desse capital simbólico permite a este ser constantemente valorizado e desempenhar importantes influências naquele espaço social. Não obstante, esta racionalidade instrumental determina o seu grau de legitimidade e credibilidade durante a instrumentalização da obediência e do constrangimento sobre os demais cooperados.

Pode-se dizer, então, que este aparente paradigma moral enfrentado pelos cooperados é a declaração aberta do valor simbólico que concebe ser respeitado e lhe traz benefícios nessa cooperativa. No entanto, antes de aplicar qualquer tipo de julgamento, o que

se deseja com tal análise é divulgar o quanto esses cooperados vinculam as modalidades típicas do poder.

Além disso, a incorporação desse respeito se apresenta uma normalidade durante as práticas da cooperativa, pois este é responsável em afastar as punições, caso seja executada tais normas, lançando assim, posicionamentos defensivos. Sendo assim, é interessante considerar que aceitar essa posição, diante da sua própria conjuntura, assinala para a coerente proposta apresentada ao parâmetro da manutenção da sua força de trabalho na cadeia produtiva dessa cooperativa e adquirir o seu capital econômico para a sua sobrevivência.

Por fim, apesar de recusarem a existência de uma “dinâmica da familiarização” (COMERFORD, 2003, p. 209), o trabalho empírico tratou de reafirmar que esses agentes em destaque, desfrutam de tal relação, no qual conquista o reconhecimento dos outros agentes envolvidos. Munidos desse poder simbólico, esse grupo edifica a sua legitimidade no princípio da sociabilidade e propaga tais esforços para externar a significação de ser uma organização heterogênea e coesa, procurando estabelecer como principal condição as práticas participativas aos membros dessa cooperativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade convive com um paradoxo: preservar o meio natural para crescer, mas como crescer sem abrir mais estradas, utilizar mais madeiras, produzir mais lixo? E, por fim, o que fazer com o lixo produzido? A religião coloca a destruição à natureza como uma falha tão grave que pode levar ao inferno; a ficção produz dezenas de filmes alertando sobre as conseqüências do mau uso dos recursos naturais; a ciência, por sua vez, busca formas a partir das quais possamos conviver harmonicamente com o meio ambiente. Daí a importância desta pesquisa, haja vista que o remanejamento do lixo urbano está na linha de frente de tais discussões.

O remanejamento e transformação do lixo, principalmente o urbano, perpassa pela qualidade de vida daqueles que trabalham na linha de frente da manipulação dos descartes. Analisar a forma como a sociedade está se organizando em torno da problemática vivida pelos “catadores de lixo” é uma provocante tarefa à prática de formação voltada à cidadania. Pois, a área do saber necessita do exercício de pesquisa como parte do fazer acadêmico, abrindo um leque de reflexões para ampliar os horizontes do conhecimento a fim de compreender o presente e planejar um futuro possível.

Destarte, no primeiro momento dessa pesquisa, analisou-se a configuração existente entre os ex-catadores e os representantes do MP para organização e concretização de um espaço cooperativo visando à reformulação das suas atividades laborais. Admitiu-se como hipótese que tal relação estava consolidada sob uma sociabilidade e, em identificação a tal configuração, condicionada pelo princípio da participação. Por outro prisma, os atores visam

compartilhar um mesmo capital simbólico, ainda que alguns cooperados possuam interesses variados.

Intermediados por entrevistas realizadas com uma amostra de cooperados (em posição de liderança e de liderados), representantes do MP e ex-catadores afastados da cooperativa verificou-se que os cooperados aparentavam estar fundamentados nas modalidades típicas das práticas participativas. Porém, ocorre divergência entre os princípios professados e a existência explícita de relações de poder. Isto se deve ao fato de que existe um jogo de interesses que conduz esses cooperados a se relacionarem sob o comando da violência simbólica de um grupo. Diante desse fato, incide revelar implícitas práticas de dominação, as quais os agentes dessa cooperativa são constantemente submetidos.

Discursos proferidos pelos representantes do MP em relação à dinâmica instalada nessa cooperativa se constituem em afirmações ao princípio das práticas participativas e tem como proposta designar uma forte aliança, colocando-se como agentes motivadores das relações sociais vivenciadas no espaço da cooperativa. Entrementes, essa união está consolidada por breves intervenções que não abragem uma maior afinidade com os agentes aí atuantes.

Nesse sentido, foram identificadas incursões discursivas desses representantes em referência ao convívio baseado nos princípios de igualdade, ou seja, direcionado para interesses comuns e invalidando qualquer tipo que aventasse à motivação de diferença nessa cooperativa. Assim, as práticas dos cooperados estariam voltadas para o bem comum, todos seriam beneficiados e os interesses estariam intensamente ligados aos benefícios econômicos alcançados a partir de um trabalho sob os ditames do ordenamento social de uma cooperativa.

Entretanto, constatou-se que esta organização apresentava uma estrutura de poder concentrada na mão de poucos, caracterizando-se por um jogo de interesses. Assim é que, apesar dos discursos da liderança e do representante do MP se voltarem para questões

ideológicas, definidas nos princípios de participação, o que predomina é o reforço de um poder simbólico junto aos cooperados. Nesse caso, o representante do MP adquire um papel de destaque em relação à CARE, principalmente por dominar capitais sociais e políticos imprescindíveis à manutenção financeira da cooperativa. Capital este garantidor do poder de normatizar as práticas dos cooperados.

Na outra vertente de liderança da CARE estão indivíduos pertencentes a uma mesma família. Para efetivar a ocorrência de tal poder, esses agentes assinalados necessitam de constantes ações embasadas no constrangimento, construindo uma realidade de autoridade interna. Há o predomínio de um discurso disciplinador que, em certa medida, conduz as práticas e os debates destes cooperados. Esta configuração de liderança, legitimada pelo representante do MP, resulta em fatores limitantes às práticas participativas, delimitando os espaços de decisão.

É mister apontar a evidente incompatibilidade entre o capital simbólico que a liderança possui e a dominada pelo restante dos associados à cooperativa. A disparidade de poder simbólico propicia um processo de submissão dos cooperados. Ou seja, o poder conferido a esse “líder”, proclamado como principal mediador social vinculado a CARE, acaba provocando os efeitos de obediência de grande parte dos cooperados envolvidos. Como foi assinalado ao longo do trabalho, esse representante produz um efeito normatizador àquele espaço social, estabelecendo uma edificação do domínio sobre os cooperados, o qual permite ampliar e fortalecer ainda mais o seu papel legítimo de mediador.

Nesse sentido, os resultados apresentados nessa pesquisa concorrem para a conclusão de que a relação entre os cooperados e o representante do MP está condicionada por uma estrutura de poder, na qual se destacam os indivíduos com a detenção de um maior volume de capital social. Evidenciou-se que os representantes e cooperados da “família” ocupam e exercem papel de maior poder dentro da cooperativa, criando um espaço

circunstancialmente favorável em prevalecer à manutenção das suas práticas, ainda que o poder de decisão na CARE esteja mesmo com o representante do MP.

Porquanto, a dimensão fornecida pelos espaços de participação evidenciou a aplicação de práticas de domínio de um grupo sobre outro, em muitos casos identificados como uma violência simbólica, impeditivas à classificação desse espaço como participativo. A presença de instrumentos coercitivos aos quais cada indivíduo está submetido e, particularmente, a delimitação dos espaços que deveriam estar articulados para efetivar as práticas participativas, terminam por propiciar a distinção entre os cooperados, reforçando os aspectos referentes ao princípio do clientelismo.

De posse de tais informações, observou-se que a CARE poderia ser um espaço privilegiado para o exercício da capacidade intervencionista através de ações coletivas geradoras de mudanças e fomentar uma nova realidade social. Porém, na prática cotidiana, assistimos essa cooperativa não reconhecer a sua pluralidade, restringindo suas dinâmicas às estruturas do interesse e da dominação. Nesse sentido, torna-se premente repensar o contexto das relações existentes neste espaço eminentemente democrático, adequando-o às exigências sociais de modo a privilegiar cidadãos críticos-reflexivos. Pois, caso continue sob as condições ora existentes a proposta de mudança se faz urgente, começando pela sua nomenclatura, de autônoma para dependente.

Todavia, na proposta de examinar as ações dessa cooperativa, algumas respostas se apresentam às indagações iniciais que não se caracterizam como definitivas. É importante ressaltar que as análises da realidade podem desvendar novos caminhos conclusivos a partir das mesmas reflexões teóricas, bastando para tanto deslocar o olhar analítico sobre o mesmo objeto de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARACAJU (SE). Coleta Seletiva desenvolvida pela PMA é uma prioridade social. 2006. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php>. Acessado em: 05/2008.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Instituição e Poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições. Edições Graal. Rio de Janeiro, 1980.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta, 1977.

BAUER, Martin W. & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. 3. edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Bases sociais da prática da corrupção no Brasil*. Série Antropologia. Brasília, 1994.

_____. *Em nome das bases*. NUAP/Relume-Damará. Rio de Janeiro, 1999.

_____. Participação popular e conflitos de representação política: notas a partir de um caso de orçamento participativo. In: *Horizontes Antropológicos*, nº 15 (Antropologia e Política), 2004.

_____. Políticos, representação política e recursos públicos. *Horizontes Antropológicos*, nº 15 (Antropologia e Política), 2001.

_____. Práticas Participativas, Formas de Ação Coletiva e Trajetórias Políticas. In: *Anais*. VI Reunião de Antropologia do Mercosul, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed.; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a.

_____. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998b.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1997.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006. Diário Oficial da União. Brasília, 2006, p. 2.

CARE – Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE). *Relatório Final*. Ministério Público do Estado de Sergipe e EMSURB (orgs.), 1999.

CARVALHO, José M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: *Dados*, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1988.

- COMERFORD, John C. *Como uma família*. Rio de Janeiro: NUAP/Relume-Damará, 2003.
- _____. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: NUAP/Relume-Damará, 1999.
- CONCEIÇÃO, Márcio Magera. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade*. 2. ed.; Campinas Átomo, 2005.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis (para uma sociologia do dilema brasileiro)*. 2. ed.; Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. 3. ed.; São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 13. ed.; São Paulo: Globo, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 27ª edição. Editora Vozes, Petrópolis, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- JOBERT, Bruno. *Représentations sociales, controverses et débats dans la conduite des politiques publiques. Revue française de science politique*, nº2, vol. 42, p. 219-234, 1992.
- LARRATEA, Marcelo Gomes. *Representações sociais, atores e interesses: a formação das políticas públicas em habitação no Rio Grande do Sul (1999-2002)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. 3. ed.; Petrópolis: Vozes, 1982.
- LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 19, n. 56, p. 45-62, 2004.
- MAIA, Isa. *Cooperativa e prática democrática*. São Paulo: Cortez, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro Primeiro, Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *El Empleo en El Mundo 1966*.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed.; Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- RAMOS, Elival da Silva. *A ação popular como instrumento de participação política*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
- SEIDL, Ernesto. *A Espada como “vocação”*: padrões de recrutamento e de seleção das elites do exército no Rio Grande do Sul (1850-1930). Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SELLTIZ, Claire et alli. *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. 4. ed.; São Paulo: EPU, 1974.

SIMMEL, Georg. *Georg Simmel: Sociologia*. Evaristo de Moraes Filho (org.). São Paulo. Editora Ática, 1983.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Moraes, 1987.

_____. Conceitos sociológicos fundamentais. In: WEBER, Max: *Metodologia das ciências sociais*. Parte 2. São Paulo: Cortez, 2001, pp. 399-429.

_____. *Economia e sociedade*. 3. ed.; Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

_____. *Ensaio de sociologia*. 5. ed.; Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

_____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: WEBER, Max: *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 2. São Paulo: Cortez, 1992.

WOLF, Eric. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO Gustavo Lins (Org). *Antropologia e poder*. Brasília: UNB; São Paulo: Unicamp, 2003.

APÊNDICES

Apêndice A – Consentimento informado

Este documento informa que os sujeitos de pesquisa da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE) autorizam o uso de suas informações, sob a forma de entrevistas, como coleta de dados para a realização do estudo da Dissertação de Mestrado de Edson Paulo Santos Lima, que tem como título “*O PODER DA FAMÍLIA*”: *As Práticas de Participação e Sociabilidade na Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE)*. Os sujeitos consentem que os dados possam ser usados no banco de dados da Universidade Federal de Sergipe.

Este consentimento acontece mediante a assinatura por parte dos sujeitos deste documento.

Pesquisador

Sujeito de pesquisa (entrevistado)

São Cristóvão, março de 2008.

Apêndice B – Roteiro de Entrevista

I. Identificação

Nome: _____ Idade: _____

Sexo: _____ Estado Civil: _____

Escolaridade: _____

Onde nasceu? _____

Profissão dos pais? PAI: _____ MÃE: _____

Escolaridade dos pais? PAI: _____ MÃE: _____

Formação Profissional? _____

Quanto tempo trabalha com o lixo? _____

Antes da CARE, você morava na lixeira do Santa Maria? () SIM () NÃO

Como foi que você entrou na CARE?

() Cadastramento na lixeira () Indicação () Outros

Quanto tempo trabalha na CARE? _____

Qual a sua representação dentro da cooperativa?

() Cooperado () Membro da direção () Comprador () Outros

Quanto você ganha na CARE? _____

Tem parentes que trabalham na CARE?

() SIM () NÃO Quantos? _____ Quem são? _____

O que você acha da CARE?

Existe reuniões entre os cooperados na CARE?

() SIM () NÃO

Você participa das reuniões da CARE?

Existe alguma liderança na CARE? Quem?

Você se considera uma liderança na CARE? Por quê?

Quais as dificuldades atuais da CARE?

O que pode melhorar na CARE?

Hoje, você deixaria a CARE? Por quê?

SIM NÃO

Apêndice C – Dados da Pesquisa

Tabela I: Distribuição dos cooperados da CARE por sexo

Sexo	N° de cooperados	%
Feminino	21	78
Masculino	6	22
Total	27	100

Fonte: Resultados da pesquisa de campo, 2007-2008.

Tabela II: Escolaridade dos cooperados entrevistados

Cooperados/Escolaridade	N° de cooperados	%
Analfabetos	04	7
Ensino Fundamental Incompleto	21	89,5
Ensino Fundamental Completo	02	3,5
Total	27	100

Fonte: Resultados da pesquisa de campo, 2007-2008.

Tabela III: Cooperados que moravam na lixeira da Terra Dura

Moradia na lixeira	N° de cooperados	%
SIM	16	60
NÃO	11	40
Total	27	100

Fonte: Resultados da pesquisa de campo, 2007-2008.

Tabela IV: Tabela da entrada dos cooperados na CARE

Inserção na CARE	N° de cooperados	%
Cooperados que entraram através de cadastramento na lixeira da Terra Dura.	20	75
Cooperados que entraram através de indicação.	07	25
Total	27	100

Fonte: Resultados da pesquisa de campo, 2007-2008.

Tabela V: Cooperados com grau de parentesco na CARE

Parentesco na CARE	Nº de cooperados	%
Cooperados que possuem parentes na CARE	19	70
Cooperados que não possuem parentes na CARE	08	30
Total	27	100

Fonte: Resultados da pesquisa de campo, 2007-2008.

ANEXOS



Logotipo da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE)

Fonte: ARACAJU (SE). Coleta Seletiva desenvolvida pela PMA é uma prioridade social. 2006. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=3569>. Acessado em: 05/2008.



Aparelho de Prensa do Material Selecionado

Fonte: ARACAJU (SE). Coleta Seletiva desenvolvida pela PMA é uma prioridade social. 2006.



Caminhão para a coleta seletiva

Fonte: ARACAJU (SE). Coleta Seletiva desenvolvida pela PMA é uma prioridade social. 2006.



Separação dos resíduos sólidos

Fonte: ARACAJU (SE). Coleta Seletiva desenvolvida pela PMA é uma prioridade social. 2006.

Fotos do Galpão da CARE:



Organograma

